

## **Aula 04**

*MP-SC (Auxiliar do Ministério Público)  
Noções de Direito Constitucional - 2022  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Equipe Direito Constitucional  
Estratégia Concursos**

07 de Abril de 2022

# Índice

1) Direitos Sociais (Art. 6º): Introdução e Aspectos Principiológicos .....	3
2) Direitos Sociais dos Trabalhadores (Art. 7º - Art. 11º) .....	11
3) Direitos dos Trabalhadores Domésticos .....	29
4) Questões Comentadas - Direitos Sociais - FCC .....	33
5) Questões Comentadas - Direitos Sociais - FGV .....	58
6) Questões Comentadas - Direitos Sociais - FGV .....	69
7) Questões Comentadas - Direitos Sociais - Fundações .....	80
8) Questões Comentadas - Direitos Sociais - Institutos .....	99
9) Lista de Questões - Direitos Sociais - FCC .....	113
10) Lista de Questões - Direitos Sociais - FGV .....	129
11) Lista de Questões - Direitos Sociais - Fundações .....	135
12) Lista de Questões - Direitos Sociais - Institutos .....	146



## DIREITOS SOCIAIS

### 1 – Introdução

Ao estudarmos os direitos de 1ª geração, percebemos que estes buscam restringir a ação do Estado sobre os indivíduos, limitando o poder estatal. São, por isso, direitos que têm como valor-fonte a liberdade, impondo ao Estado uma **obrigação de não-fazer**, de não intervir na órbita privada. Em razão disso, a doutrina os denomina liberdades negativas.

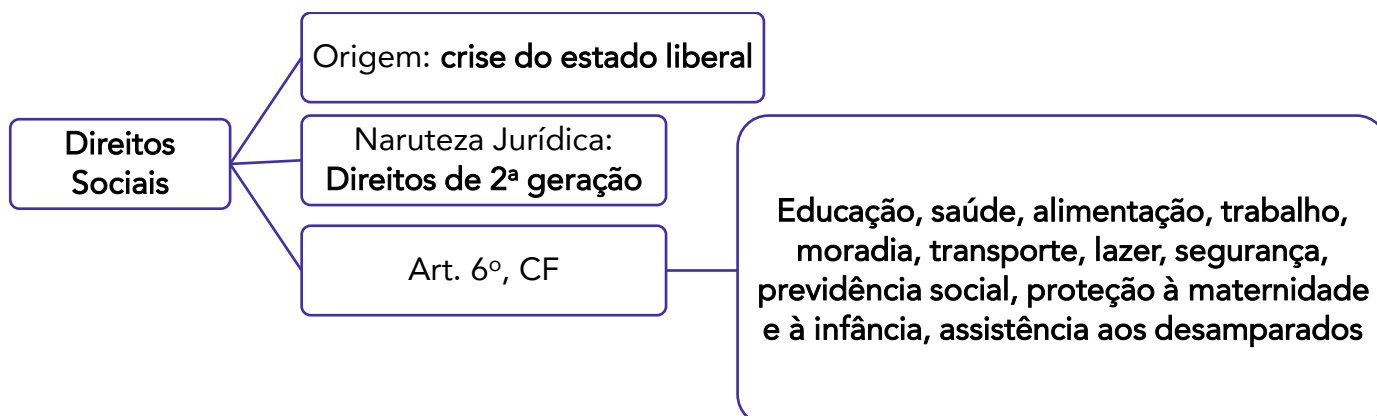
A natureza jurídica dos **direitos sociais** é diversa. Trata-se de direitos fundamentais de 2ª geração, que impõem ao Estado uma **“obrigação de fazer”**, uma obrigação de ofertar **prestações positivas** em favor dos indivíduos, visando concretizar a igualdade material. São, portanto, direitos que têm como valor-fonte a igualdade; eles buscam possibilitar melhores condições de vida aos indivíduos e, assim, realizar a justiça social.

Pode-se dizer que os direitos sociais são prestações positivas (ações) realizadas pelo Estado para **melhorar a qualidade de vida dos hipossuficientes**, ou seja, dos mais necessitados. Em razão disso, o Estado deve garantir que todos tenham acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, dentre outros. Segundo Alexandre de Moraes, os direitos sociais constituem **normas de ordem pública**, com a característica de **imperativas**.

A origem dos direitos sociais remonta à **crise do Estado liberal**, ocasionada pelo forte avanço da industrialização. Nas fábricas, os trabalhadores viviam em condições precárias. Movimentos reivindicatórios passaram, então, a exigir uma postura mais ativa do Estado, que não devia limitar-se a não intervir, mas também atuar positivamente, garantindo condições mínimas aos trabalhadores.

Os direitos sociais aparecem, portanto, em um contexto histórico marcado por reivindicações trabalhistas e pelo surgimento de **doutrinas socialistas**. Constatava-se que a mera consagração da igualdade formal não era suficiente para realizar a igualdade material. Como grande marco dos direitos sociais, citamos a **Constituição de Weimar de 1919** (Constituição do Império Alemão).

Na Constituição Federal de 1988, os direitos sociais estão relacionados nos art. 6º - art. 11. Há, também, outros dispositivos do texto constitucional que versam sobre os direitos sociais. É o caso, por exemplo, do art. 194 (que trata da seguridade social), art. 196 (direito à saúde) e art. 205 (direito à educação).



## 2 – Os direitos sociais (art. 6º)

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

**Parágrafo único.** Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

No texto original da Constituição Federal, não se fazia menção à **alimentação**, à **moradia** e ao **transporte**, cuja inserção na Carta Magna foi obra do Poder Constituinte Derivado. A moradia foi inserida pela EC nº 26/2000; a alimentação, pela EC nº 64/2010; e o transporte, pela EC nº 90/2015. Tenham uma especial atenção quanto a esses três direitos sociais! As bancas examinadoras adoram cobrá-los, especialmente pelo fato de eles não fazerem parte do texto original da CF/88.

Segundo o art. 6º, a Constituição consagra como **direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O STF entende que se trata de **rol exemplificativo**<sup>1</sup>, pois há outros direitos sociais espalhados pelo texto constitucional. Podem ser citados os direitos que constam no Título VIII - Da Ordem Social (Saúde e Assistência Social, por exemplo).

Quanto à eficácia das normas constitucionais atinentes aos direitos sociais, Pedro Lenza<sup>2</sup> defende que possuem **aplicação imediata** e que podem ser implementados, no caso de omissão legislativa, pelas técnicas de controle, (mandado de injunção ou ação direta de inconstitucionalidade por omissão). Os direitos sociais são direitos fundamentais alocados no Título II da CF/88. Com isso, nos termos do art. 5º, § 1º, teriam aplicação imediata.

Por outro lado, há quem defenda que os direitos sociais do art. 6º são, todos eles, **normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata**, dependendo, para sua concretização, da atuação estatal, seja através da edição de leis regulamentadoras, seja através da oferta de prestações positivas em favor dos indivíduos.

Acerca disso, veja essa questão da banca Cespe/Cebraspe:

**(CESPE - TRE/RJ - 2012)** As normas que tratam de direitos sociais são de eficácia limitada, ou seja, de aplicabilidade mediata, já que, para que se efetivem de maneira adequada, se devem cumprir exigências como prestações positivas por parte do Estado, gastos orçamentários e mediação do legislador.

**Gabarito oficial: CERTO.**

<sup>1</sup> STF, ADI nº 639, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 02.06.2005.

<sup>2</sup> Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2021, p. 1336.



Em que pese a divergência de entendimento apontada, o fato é que a implementação dos direitos sociais depende de **prestações positivas** a serem implementadas pelo Estado. Para serem viabilizadas, muitas dessas prestações dependem da atuação do legislador infraconstitucional, razão pela qual se diz que os direitos sociais teriam **eficácia limitada e aplicabilidade mediata**.

Uma das discussões mais relevantes sobre os direitos sociais diz respeito, justamente, à sua **concretização**. Não basta que esses direitos estejam previstos na Constituição; eles precisam, mais do que isso, **ser efetivados**, colocados em prática. Há necessidade, portanto, da firme atuação estatal por meio de políticas públicas voltadas para a concretização dos direitos sociais. **Não se pode considerar**, desse modo, que os direitos sociais são normas estritamente programáticas.

O parágrafo único do art. 6º, acrescido pela Emenda Constitucional nº 114/2021, mostra uma preocupação do legislador constituinte com brasileiros em situação de vulnerabilidade social. O dispositivo assegura uma **renda básica familiar** (programa de renda mínima) àqueles que necessitarem de tal auxílio para terem uma condição de vida um pouco mais digna. Logo, o programa de renda mínima está constitucionalmente alçado como um **direito social**, possibilitando a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Para estudarmos a problemática da concretização (efetivação) dos direitos sociais, é necessário conhecermos **três importantes princípios**: i) o princípio da “*reserva do possível*”; ii) o princípio do “*mínimo existencial*” e; iii) o princípio da vedação do retrocesso. É o que faremos a seguir.

## 2.1 - Os direitos sociais e a “reserva do possível”

A efetivação dos direitos sociais depende da execução de políticas públicas nas mais diversas áreas, como, por exemplo, em educação e saúde. Assim, é preciso ter em mente que a **concretização dos direitos sociais** depende, em larga escala, de **gastos estatais**.

A teoria da reserva do possível consiste na ideia de que cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, mas apenas “*na medida do financeiramente possível*”. A teoria da reserva do possível serve, portanto, para determinar os limites em que o **Estado deixa de ser obrigado a dar efetividade** aos direitos sociais.

Não é lícito ao Poder Público, todavia, simplesmente alegar que não possui recursos orçamentários; é fundamental que o **Poder Público demonstre objetivamente** a inexistência de recursos públicos e a falta de previsão orçamentária da respectiva despesa. Segundo a teoria da reserva do possível, a efetivação dos direitos sociais encontra, portanto, dois limites: a **suficiência de recursos públicos** e a **previsão orçamentária** da respectiva despesa.

Segundo o STF<sup>3</sup>, a cláusula da reserva do possível é ordinariamente invocável naquelas hipóteses em que se impõe ao Poder Público o exercício de verdadeiras “**escolhas trágicas**”, em contexto revelador de situação de antagonismo entre direitos básicos e insuficiências estatais financeiras.

A formulação e execução de políticas públicas são tarefas que competem, primariamente, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. No entanto, segundo o STF, **é possível que o Poder Judiciário determine**,

---

<sup>3</sup> STF, HC 172.136. Rel. Min. Nunes Marques. DJe 01.12.2020.



em bases excepcionais, a implementação, pelos órgãos inadimplentes, de **ações destinadas à concretização dos direitos sociais**. Pode-se dizer, portanto, que o controle judicial das políticas públicas pode ser realizado a fim de suprir a omissão dos órgãos estatais competentes, bem como para evitar a abusividade governamental. Assim, o Poder Judiciário poderá determinar, por exemplo, que o Estado conceda tratamento de câncer a um indivíduo. Vejamos trecho de julgado do STF:

Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão – por importar em descumprimento dos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório – mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional.<sup>4</sup>

A atuação do Poder Judiciário na concretização dos direitos sociais não é ilimitada; ao contrário, encontra **limites na cláusula da reserva do possível**. Assim, a cláusula da reserva do possível afasta a aptidão do Poder Judiciário para intervir na efetivação de direitos sociais. No entanto, para que esse limite à ação do Judiciário seja válido, é necessário que se **comprove objetivamente a ausência de recursos orçamentários suficientes** para a implementação da ação estatal. Nesse sentido, entende a Corte que:

(...) a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais - além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização - depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política. Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese - mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência.<sup>5</sup>

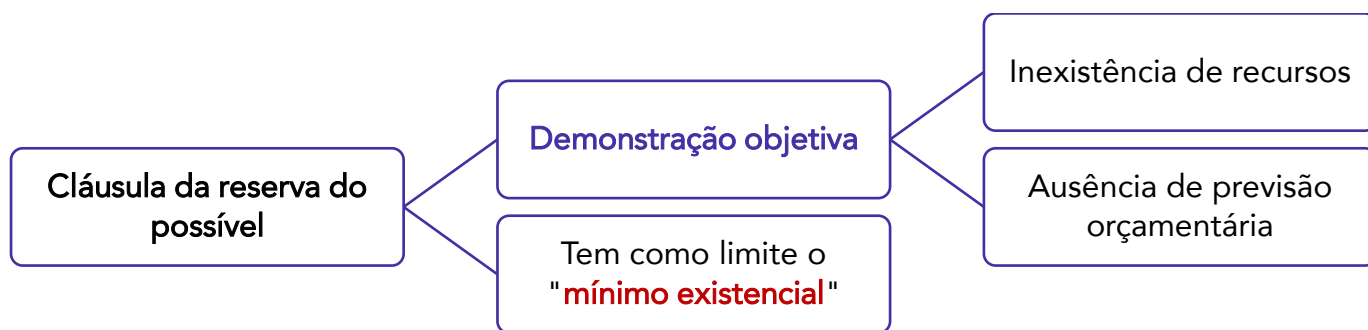
Por fim, vale destacar que os **direitos sociais**, por estarem sujeitos à reserva do possível, possuem uma **carga de eficácia menor** do que os direitos de primeira geração. Isso porque os direitos sociais somente podem ser concretizados com a execução eficiente de políticas públicas; por outro lado, a concretização dos direitos de defesa (direitos de 1ª geração) depende, essencialmente, de “*obrigações de não fazer*” do Estado.

<sup>4</sup> STF, RE 436.996 – AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 22.11.2005.

<sup>5</sup> ADPF 45 MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29.04.2004, DJ 04.05.2004.







## 2.2 - Os direitos sociais e o mínimo existencial

Os direitos sociais, na condição de direitos fundamentais, são indispensáveis para a realização da dignidade da pessoa humana. O Estado, na sua tarefa de concretização desses direitos, deve garantir o mínimo existencial. Considera-se **mínimo existencial** o grupo de **prestações essenciais** que se deve fornecer ao ser humano para que ele tenha uma existência digna.

O princípio do mínimo existencial **é compatível** e deve conviver com a **cláusula da reserva do possível**. O Estado, na busca da promoção do bem-estar do homem, deve proteger os direitos individuais e, além disso, garantir condições materiais mínimas de existência aos indivíduos. Assim, os gastos públicos devem ser voltados, prioritariamente, a garantir o mínimo existencial; uma vez garantido o mínimo existencial, o Estado poderá discutir em que outros projetos investir.

Segundo o STF, o mínimo existencial é uma **limitação à cláusula da reserva do possível**.<sup>6</sup> Isso porque a reserva do possível só poderá ser alegada pelo Poder Público como argumento para a não concretização de direitos sociais uma vez que tenha sido assegurado o mínimo existencial pelo Estado. Em outras palavras, a **reserva do possível somente é invocável após a garantia, pelo Estado, do mínimo existencial**. A garantia do mínimo existencial é uma obrigação inafastável do Estado, não sujeita à reserva do possível.



A visão que apresentamos a respeito da concretização dos direitos sociais busca **compatibilizar** a "reserva do possível" com o "mínimo existencial". É essa a visão adotada pelo STF.

Porém, **há visões mais radicais**: uma delas tende a conferir prevalência à reserva do possível; outra, defende a primazia do mínimo existencial.

<sup>6</sup> STF, RE 639.637. AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 15.09.2011

A primeira visão (de caráter liberal) entende que **não caberia ao Poder Judiciário**, sob pena de violação à separação dos poderes, intervir na execução de políticas públicas. Nesse sentido, há que se observar **integralmente** a “reserva do possível”.

A segunda visão (mais intervencionista) **não considera a “reserva do possível” como um limitador** para a concretização dos direitos sociais. Sob essa ótica, os direitos sociais não poderiam ser considerados normas de caráter meramente programático.

Essa linha de pensamento defende ferrenhamente a **judicialização das políticas públicas**, com vistas a promover a máxima efetivação dos direitos sociais. Chega-se até mesmo a argumentar que os direitos sociais, enquanto direitos fundamentais, teriam aplicação **imediata**, conforme o art. 5º, § 1º, CF/88.

O Poder Judiciário, com vistas à **concretização dos direitos sociais e à garantia do mínimo existencial**, tem adotado inúmeras decisões relacionadas ao **direito à saúde**. Nesse sentido, destacamos o seguinte:

a) Segundo o STF, o direito à saúde (art. 196) é um **direito público subjetivo**, assegurado à generalidade das pessoas, que conduz o indivíduo e o Estado a uma **relação jurídica obrigacional**.

Apesar de o art. 196, CF/88, ser uma norma programática, ele impõe aos entes federativos um dever de atuação positiva. Assim, para que se garanta a força normativa da Constituição, o Poder Público deve atuar na concretização do direito à saúde. Com base nesse entendimento, são várias as decisões do Poder Judiciário **determinando que a Administração Pública forneça medicamentos e tratamento médico** a indivíduos portadores de doença.



No RE 657.718, o STF deixou consignado que o Estado **não pode ser obrigado** a fornecer **medicamentos experimentais**. Assim, a ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.<sup>7</sup>

Em casos excepcionais, havendo mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido de registro, é possível que decisão judicial determine o fornecimento de medicamento, observados certos parâmetros fixados pelo STF.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> RE 657.718, Rel. Min. Marco Aurélio. Red. p/ o acórdão. Min. Roberto Barroso. 22.05.2019.

<sup>8</sup> Segundo o STF, o fornecimento de medicamento não registrado na ANVISA será possível quando forem preenchidos 3 requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.



As ações que demandem fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA devem ser **propostas em face da União**.

b) O STF decidiu que a **Administração Pública pode ser obrigada**, por **decisão do Poder Judiciário**, a **manter estoque mínimo de medicamento** utilizado no combate a doença grave.<sup>9</sup> A manutenção de estoque mínimo de medicamento é importante para que se possa garantir a continuidade dos tratamentos, evitando prejuízos aos pacientes.

c) O STJ considera que o **juiz pode determinar o bloqueio e o sequestro de verbas públicas** como forma de garantir o fornecimento de medicamentos pelo Poder Público.<sup>10</sup> Assim, caso a Administração Pública se negue a cumprir decisão judicial que determinou o fornecimento de medicamentos, o juiz poderá determinar o bloqueio e o sequestro de verbas públicas.

O bloqueio e sequestro de verbas públicas deve ser encarado, todavia, como uma **medida de caráter excepcional**, aplicável somente quando ficar configurado que o Estado não está cumprindo sua obrigação de fornecer os medicamentos e de que essa demora está trazendo **riscos à saúde e à vida do doente**.

É notório que a atuação do Poder Judiciário na **implementação de políticas públicas** com vistas a concretizar direitos fundamentais tem se intensificado nos últimos anos. Essa atuação tem ocorrido até mesmo em matéria de política penitenciária e de segurança pública.

Conforme decidiu o STF, o **Poder Judiciário pode determinar** à Administração Pública que execute **obras emergenciais em estabelecimentos prisionais** (presídios) a fim de proteger os direitos fundamentais dos detentos, assegurando-lhes o respeito à sua integridade física e moral. Não se pode invocar, para contestar tal decisão, o princípio da separação de poderes ou mesmo a cláusula da reserva do possível.<sup>11</sup>

## 2.3 - A vedação ao retrocesso

O princípio da vedação ao retrocesso busca evitar que as conquistas sociais já alcançadas pelo cidadão sejam desconstituídas. Segundo Canotilho, baseado no **princípio do não retrocesso social**, os **direitos sociais**, uma vez tendo sido previstos, passam a constituir tanto uma **garantia institucional** quanto um **direito subjetivo**. Isso limita o legislador e exige a realização de uma política condizente com esses direitos, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estatais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, anulem, revoguem ou aniquilem o seu núcleo essencial.

O STF considera que a *“cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado”*.<sup>12</sup>

<sup>9</sup> RE 429.903/RJ. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 25.06.2014

<sup>10</sup> REsp 1.069.810/RS. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. 23.10.2013.

<sup>11</sup> RE 592.581/RS. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 13.08.2015.

<sup>12</sup> STF, RE 436.996 – AgR. Rel. Min. Celso de Mello. 22.11.2005.





**(FUB – 2015)** Os direitos sociais impõem deveres ao Estado que assegurem ao cidadão condições mínimas para uma vida digna, independentemente da existência de recursos públicos para custeio; assim, autoriza-se a livre invasão da atividade administrativa pelo Poder Judiciário para efetivação daqueles direitos, fenômeno conhecido como judicialização de políticas públicas.

**Comentários:**

A existência de recursos públicos **deve ser levada em consideração** na efetivação dos direitos sociais, apesar de o Estado ter a obrigação de assegurar ao cidadão condições mínimas para uma vida digna. Questão errada.

**(PGE-PR – 2015)** No que toca à realização dos direitos sociais constitucionalmente garantidos, há que se atentar para a vedação do retrocesso social, que se coloca apenas às políticas públicas executivas, posto que não se pode ferir a liberdade do legislador.

**Comentários:**

A vedação ao retrocesso social é um princípio que deve ser observado pelo legislador (e não apenas pelas políticas públicas executivas). Questão errada.

**(PGE-PR – 2015)** A teoria de efetivação dos direitos sociais na dependência de recursos econômicos (“reserva do possível”) é a adaptação de entendimento fixado pela jurisprudência constitucional alemã e integralmente aceita pelo Supremo Tribunal Federal.

**Comentários:**

Não se pode dizer que a “reserva do possível” é integralmente aceita pelo STF. Isso porque, na visão da Corte, há que se observar, também, o “mínimo existencial”. Questão errada.

**(MPE-BA – 2015)** A implementação das prestações materiais e jurídicas exigíveis para a redução das desigualdades no plano fático, por dependerem em grande medida da disponibilidade orçamentária do Estado, faz com que estes direitos tenham o seu campo de efetividade mais dificultado que os direitos de primeira geração.

**Comentários:**

De fato, a concretização (efetivação) dos direitos sociais é **mais complexa** do que a dos direitos de liberdade (de primeira geração). Isso porque a efetivação dos direitos sociais depende da execução de políticas públicas, as quais, para serem realizadas, exigem recursos econômicos. Questão correta.

**(DPE-PE – 2015)** De acordo com o entendimento do STF, é inadmissível que o Poder Judiciário disponha sobre políticas públicas de segurança, mesmo em caso de persistente omissão do Estado, haja vista a indevida ingerência em questão, que envolve a discricionariedade do Poder Executivo.

**Comentários:**

A segurança é um direito social que deve ser garantido mediante políticas públicas do Estado. Porém, havendo persistente omissão do Estado, poderá, sim, o Poder Judiciário intervir. Questão errada.



## DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

### Os direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7º)

No art. 7º da Constituição, são enumerados os direitos sociais individuais dos trabalhadores. Leia-o atentamente, pois ele costuma ser cobrado em sua literalidade.

**Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Note que a Constituição, no *caput* do art. 7º, equipara os direitos do **trabalhador rural** aos do **trabalhador urbano**.

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Esse dispositivo é típica **norma de eficácia limitada**, exigindo lei complementar que proteja a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Trata-se do **direito à segurança no emprego**.

Segundo o art. 10, do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), até a promulgação da mencionada lei complementar, a **indenização** contra a despedida arbitrária ou sem justa causa ficará restrita a 40% sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), realizados em favor do empregado.

Cabe destacar que a proteção conferida pela Constituição somente alcança a **despedida arbitrária** ou **sem justa causa**. Não haverá indenização, portanto, diante da despedida por justa causa.

A CF/88 **extinguiu a antiga “estabilidade decenal”**, que, apesar de estar prevista na CLT, não foi recepcionada pela nova ordem constitucional. Pela regra da estabilidade decenal, o empregado que tivesse mais de 10 anos de empresa não poderia ser demitido, salvo em caso de falta grave ou circunstância de força maior.

Hoje, nem mesmo a despedida arbitrária ou sem justa causa são proibidas. Elas poderão ocorrer, cabendo, todavia, indenização. Destaque-se que o art. 10, do ADCT, estabelece **2 (dois) casos de vedação absoluta** à dispensa arbitrária ou sem justa causa:

**a)** Do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA), desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

**b)** Da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;



Note que o seguro-desemprego só é devido no caso de desemprego **involuntário**. As bancas examinadoras adoram confundir os candidatos, falando em desemprego “voluntário”, o que estará errado.

**III - fundo de garantia do tempo de serviço;**

O FGTS (Fundo de Garantia) é recolhido pelo empregador à alíquota de 8% sobre a remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador. Destaque-se que o FGTS **não é direito dos servidores públicos estatutários**.

**IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;**

O salário mínimo deve ser **fixado em lei formal**: verifica-se, aqui, hipótese de **reserva legal**. Em torno desse tema, houve relevante controvérsia apreciada pelo STF. A Lei Federal nº 12.382/2011 estabeleceu que o valor do salário mínimo seria de R\$ 545,00, mas que decreto presidencial seria responsável pelos reajustes e aumentos salariais segundo determinados índices.

Segundo o STF, a Lei nº 12.382/2011 é constitucional, não havendo óbice a que um decreto presidencial estabeleça os reajustes, cuja fórmula e índices estão previstos na própria lei. O decreto presidencial não estaria, assim, fixando o valor do salário mínimo; ele seria um **mero ato declaratório do valor reajustado** segundo a política de valorização prevista na lei.<sup>1</sup>

O salário mínimo é **único para todo o território nacional**, o que impede a existência de salários mínimos regionais. Destaque-se que existem os chamados “pisos salariais”, que não se confundem com salário mínimo, e são resultantes de negociações coletivas de trabalho.

O salário mínimo **não pode sofrer vinculação**, ou seja, servir como indexador, para qualquer fim. É relevante destacar que esse impedimento à vinculação do salário mínimo tem como objetivo evitar que aumentos do seu valor se propaguem para toda a economia, prejudicando o poder aquisitivo. Acerca disso, vale transcrever a Súmula Vinculante nº 4:

**Súmula Vinculante nº 04:** Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

No RE 842.157, contrariando essa regra geral, o STF admitiu a **fixação de pensão alimentícia com base no salário mínimo**.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> STF, ADI 4568/DF, Rel. Min. Carmen Lúcia. 03.11.2011.

<sup>2</sup> ARE 842.157, Rel. Min. Dias Toffoli, 25.11.2015



Já na ADI 4.726, o STF entende ser constitucional a **referência** ao salário mínimo em normas de benefícios assistenciais como a fixar valor unitário na data de edição da lei. O STF veda, contudo, a vinculação futura como mecanismo de indexação.<sup>3</sup>

Para fecharmos esse tópico, é importante que você saiba que o STF permite que os **conscritos recebam remuneração inferior ao salário-mínimo**. Veja o que dispõe a Súmula Vinculante nº 06, que poderá ser cobrada em sua prova:

**Súmula Vinculante nº 06:** Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

A justificativa para essa exceção é que a Constituição Federal **não estendeu aos militares** a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores. O regime a que se submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios. Isso porque os cidadãos que prestam serviço militar obrigatório exercem um múnus público relacionado com a defesa da soberania da pátria. Por isso mesmo, a obrigação do Estado quanto aos conscritos limita-se a fornecer-lhes as condições materiais para a adequada prestação do serviço militar obrigatório nas Forças Armadas.

**V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;**

O piso salarial é estabelecido por categoria de trabalhadores e fixado mediante **negociação coletiva de trabalho**. Na fixação do piso salarial, deve-se levar em consideração a extensão e a complexidade do trabalho.

**VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;**

A irredutibilidade do salário guarda estreita relação com o princípio da vedação ao retrocesso. Assim, em regra, o **salário não poderá ser reduzido**. A redução salarial é hipótese excepcional, que somente ocorrerá **mediante negociação coletiva de trabalho** (convenção coletiva ou acordo coletivo).

Destaque-se que convenção coletiva e acordo coletivo são espécies do gênero “negociação coletiva de trabalho”. **Convenção coletiva de trabalho** é uma negociação entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal. Já o **acordo coletivo de trabalho**, é uma negociação entre o sindicato dos trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas.

A negociação coletiva de trabalho pode, portanto, flexibilizar a irredutibilidade salarial. Essa flexibilidade se deve ao fato de que, muitas vezes, é mais benéfico para uma categoria aceitar uma redução salarial (numa crise econômica, por exemplo), que arcar com um grande aumento do desemprego.

<sup>3</sup> ADI 4.726/AP, Rel. Min. Marco Aurélio, 30.11.2020.





**(TRT 2ª Região – 2015)** A irredutibilidade salarial não é absoluta, sendo lícita mediante previsão em convenção ou acordo coletivo.

**Comentários:**

É possível a redução salarial através de convenção ou acordo coletivo. Portanto, a irredutibilidade salarial não é absoluta. Questão correta.

**VII** - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

Há alguns trabalhadores que possuem **remuneração variável**. Como exemplo, citamos um funcionário de uma loja que recebe por comissão de suas vendas. Em meses com alto volume de vendas, ele recebe muito bem; porém, em um mês de vendas fracas, ele terá uma remuneração bastante reduzida. A Constituição garante, entretanto, que esse trabalhador **nunca receberá uma remuneração inferior ao salário mínimo**.

**VIII** - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

O décimo terceiro salário é o que se conhece por **gratificação natalina**.

**IX** - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

Esse dispositivo garante aos trabalhadores a percepção de **adicional noturno**. Destaque-se que o valor do adicional noturno não é definido pela Constituição Federal, mas sim pela **legislação infraconstitucional**.

É importante que você saiba que a previsão de remuneração do trabalho noturno superior à do diurno é devida inclusive para os **empregados que trabalham em regime de revezamento**. É o que dispõe a Súmula 213 do STF, segundo a qual:

**Súmula 213** - É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

**X** - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

A maior parte da população brasileira não possui poupança, dependendo do salário para sobreviver. O salário é, portanto, uma verba de **natureza alimentar**; em razão disso é que constitui **crime sua retenção dolosa** por parte do empregador.





**XI** - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

Trata-se de norma de **eficácia limitada**, dependente de lei para produzir todos os seus efeitos. A participação nos lucros é **desvinculada da remuneração** e é uma forma de se estimular a produtividade do trabalhador.

**XII** - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

O salário-família é um **benefício previdenciário**, sendo devido somente ao **trabalhador de baixa renda**. É pago em cotas, de acordo com o número de dependentes (se o trabalhador possui um dependente, ele recebe uma cota do salário-família; se ele possui dois dependentes, ele recebe duas cotas de salário-família).

Os critérios para o recebimento do salário-família são definidos em **lei formal**. Mais uma vez, estamos diante de uma norma de eficácia limitada.



**(TRT 2ª Região – 2015)** O salário-família será pago em virtude do dependente do trabalhador, sem se cogitar da renda por ele auferida, já que se trata de um direito social garantido constitucionalmente.

**Comentários:**

O salário família somente é devido ao **trabalhador de baixa renda**. Questão errada.

**XIII** - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

A regra é a prestação de trabalho por **até 8 horas diárias** e **44 horas semanais**. Normalmente, isso é feito mediante jornadas de 8 horas de segunda-feira a sexta-feira e de 4 horas no sábado. É possível a **compensação de horários**: um trabalhador que tenha um contrato de trabalho de 44 horas semanais e 8 horas diárias poderá, por exemplo, trabalhar 2 horas a menos em um determinado dia, compensando-as posteriormente.

Cabe destacar que, excepcionalmente, é possível haver **redução da jornada de trabalho**, mediante acordo ou convenção coletiva.

**XIV** - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;



O trabalho prestado em turnos ininterruptos de revezamento é aquele em que há alternância de horários; nesse regime de trabalho, os trabalhadores se revezam nos postos de trabalho. Em um determinado dia, trabalha à noite; no outro, pela manhã; no outro, à tarde.

Nesse caso, devido ao grande desgaste para a saúde do trabalhador, a Constituição prevê uma **jornada de seis horas**. Note que esta **poderá, excepcionalmente, ser aumentada**, em caso de negociação coletiva.

**XV** - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

Atente para a palavra **preferencialmente**. Não há obrigação de concessão desse repouso no domingo: ele pode acontecer em qualquer outro dia da semana.

**XVI** - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

A remuneração do serviço extraordinário é o que se conhece por hora-extra. Note a expressão **“no mínimo”**! Uma questão de concurso que disser que essa remuneração é necessariamente 50% superior à do serviço normal estará errada.

**XVII** - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

Esse dispositivo trata do **adicional de férias**. O trabalhador faz jus a férias, recebendo, durante esse período, sua remuneração acrescida de, **no mínimo, 1/3 do salário normal**. Assim, o trabalhador poderá receber um adicional de férias superior a 1/3 do salário.

Note que a Constituição **não dispõe sobre a duração das férias**, deixando essa tarefa para a legislação infraconstitucional.

**XVIII** - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

**XIX** - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

A **licença à gestante** tem **duração de 120 dias**, conforme definido pela Constituição. Durante esse período, a gestante fica licenciada, sem que perca seu emprego e remuneração. Assim, ela mantém seu vínculo de emprego com a empresa e continua a receber sua remuneração. Cabe destacar que a licença à gestante **é também um direito outorgado às servidoras públicas**.



No RE nº 778.889/PE, o STF fixou a tese de que os prazos da licença-gestante **não podem ser superiores** aos prazos da **licença-adotante**, inclusive no que diz respeito às prorrogações. Assim, se uma lei concede 120 dias de licença à gestante, deverão ser concedidos também 120 dias de licença à adotante.<sup>4</sup>

A **licença-paternidade**, por sua vez, é benefício que depende de regulamentação por lei (norma constitucional de eficácia limitada). Segundo o art. 10, § 1º, do ADCT, "*até que lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de **cinco dias***". A Lei Federal nº 13.257/16, ao alterar a Lei Federal nº 11.770/08, que trata do Programa Empresa Cidadã, concedeu **mais 15 dias** à licença-paternidade, que agora pode chegar ao total de 20 dias.

A mesma lei federal que trata do Programa Empresa Cidadã prevê também a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, o que viabiliza a possibilidade de que ela tenha duração total de 180 dias. Apesar disso, lembre-se do seguinte: **do ponto de vista constitucional, a duração da licença maternidade é de 120 dias.**

**XX** - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

A proteção ao mercado de trabalho da mulher tem como objetivo alcançar a igualdade material. Nesse caso, almeja-se estabelecer a **igualdade de gêneros**. Trata-se de mais uma norma de eficácia limitada.

**XXI** - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

O aviso prévio se aplica aos contratos de trabalho por tempo indeterminado. É um instituto que tem como objetivo permitir que o trabalhador tenha um tempo para buscar um novo emprego após tomar conhecimento da intenção do empregador de demiti-lo.

O aviso prévio deve ser **proporcional ao tempo de serviço**: quanto maior o tempo de serviço, maior será o prazo do aviso prévio. Deve-se observar, contudo, que o **prazo mínimo do aviso prévio é de 30 dias**.

**XXII** - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

A segurança e a saúde no trabalho são consideradas direitos essenciais dos trabalhadores. A **redução dos riscos inerentes ao trabalho** é, portanto, uma face importante das políticas públicas em matéria trabalhista. Esse dispositivo é que ampara a edição, pelo então Ministério do Trabalho e Emprego (atual Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia), das chamadas NR's (Normas Regulamentadoras).

**XXIII** - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

<sup>4</sup> RE 788.889/PE, Rel. Min. Luiz Roberto Barroso. Julgamento: 10.03.2016. Nesse julgado, o STF considerou que o art. 210, da Lei nº 8.112/90, ao conceder apenas 90 dias de licença à adotante, é inconstitucional.



As atividades penosas, insalubres ou perigosas implicam no pagamento de **adicional de remuneração** aos trabalhadores. Assim, um trabalhador que exerça atividade perigosa (contato permanente com inflamáveis e explosivos) receberá adicional de periculosidade; por sua vez, um trabalhador que exerça atividade insalubre receberá o adicional de insalubridade.

**XXIV** - aposentadoria;

A aposentadoria é um **benefício previdenciário** assegurado aos trabalhadores. Não é nosso objetivo, nesse momento, discorrer sobre os vários tipos de aposentadoria e os requisitos para sua concessão.

**XXV** - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

A assistência gratuita em creches e pré-escolas é devida aos **filhos e dependentes** do trabalhador, desde o nascimento **até 5 (cinco anos) de idade**. Atente para esse limite de idade!

**XXVI** - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

As negociações coletivas de trabalho podem ser de dois tipos: **i) convenções coletivas de trabalho** (celebradas entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores) e; **ii) acordos coletivos de trabalho** (celebrados entre sindicato dos trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas). Destaque-se que as negociações coletivas de trabalho são consideradas **fontes do direito do trabalho**.

**XXVII** - proteção em face da automação, na forma da lei;

Trata-se de dispositivo que visa evitar que as inovações tecnológicas substituam o papel desempenhado pelos trabalhadores, buscando garantir que não haja diminuição do número de postos de trabalho. É uma típica **norma de eficácia limitada**, cuja concretização depende de lei regulamentadora.

**XXVIII** - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

O seguro contra acidentes de trabalho é um **encargo do empregador**, mas que **não o exime de indenizar o empregado**, quando tiver incorrido em dolo ou culpa. Em outras palavras, mesmo pagando seguro contra acidentes de trabalho, o empregador continua sujeito à indenização caso estes ocorram. Entretanto, é necessário que haja **dolo ou culpa**.

**XXIX** - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

Esse inciso precisa ser analisado com atenção. Inicialmente, verifique que, tanto para o trabalhador urbano quanto para o rural, há possibilidade de se requererem **créditos relativos aos últimos cinco anos do contrato de trabalho**. É a chamada prescrição quinquenal.



Entretanto, **desfeito o vínculo laboral**, o **trabalhador terá apenas dois anos para reclamar tais créditos na Justiça**. Nesse caso, entretanto, a cada dia de inércia, perderá um dia de direito. Se entrar com uma ação trabalhista no último dia do prazo de dois anos, só poderá reaver os créditos referentes aos três últimos anos do contrato de trabalho, por exemplo.

**XXX** - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

**XXXI** - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

**XXXII** - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

Esses três dispositivos traduzem obrigações de não-discriminação, de **isonomia**. O inciso XXX proíbe que sejam estabelecidas diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão **por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil**. O inciso XXXI impede que haja discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do **trabalhador portador de deficiência**. Por último, o inciso XXXII veda a distinção entre **trabalho manual, técnico e intelectual** ou entre os profissionais respectivos.

**XXXIII** - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

“Dissecando-se” esse dispositivo, temos que:

a) A idade mínima para se trabalhar é aos **dezesseis anos**. Há, entretanto, uma exceção a esse limite mínimo de idade: pode-se trabalhar a **partir dos quatorze anos** de idade, na **condição de aprendiz**.

b) Os **menores de dezoito anos** jamais poderão exercer **trabalho noturno, perigoso ou insalubre**.

Assim, entre os 14 e 16 anos, só pode trabalhar o menor aprendiz. Dos 16 aos 18 anos, qualquer um pode trabalhar, desde que não seja um trabalho noturno, perigoso ou insalubre. A partir dos 18 anos, o indivíduo pode exercer qualquer trabalho, inclusive o noturno, perigoso ou insalubre.



**(TRT 2ª Região – 2015)** O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, apenas quando for resultado de dolo ou culpa.

**Comentários:**



É isso mesmo. O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho. Ademais, a indenização somente será devida ao trabalhador quando o empregador incorrer em dolo ou culpa. Questão correta.

**(FUB – 2015)** A realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menor de dezoito anos de idade é permitida desde que o empregador pague a esse trabalhador adicional pecuniário.

**Comentários:**

Os menores de 18 anos não podem, em qualquer situação, realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Questão errada.

**(TJ-MG – 2015)** É prevista ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

**Comentários:**

É exatamente o que prevê a literalidade do art. 7º, XXIX, CF/88. Questão correta.

**XXXIV** - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

O trabalhador avulso é aquele que presta serviços a várias empresas, mas que é contratado por um órgão gestor de mão-de-obra (OGMO). É o caso, por exemplo, dos estivadores e carregadores que trabalham nos portos.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a **igualdade de direitos** entre o trabalhador avulso e o trabalhador com vínculo empregatício permanente.

**Parágrafo único.** São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013 que assegurou importantes **direitos trabalhistas aos empregados domésticos**. O objetivo da EC nº 72/2013 foi justamente assegurar **igualdade de direitos trabalhistas** entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Destaque-se que, mesmo após a referida emenda constitucional, nem todos os direitos trabalhistas foram assegurados aos empregados domésticos.

Como poucos direitos listados nos incisos do art. 7º da Constituição ficaram “de fora”, ou seja, poucos **não foram atribuídos aos domésticos**, acho interessante listá-los abaixo, para que você não caia em eventuais “pegadinhas” de prova:

**Direitos que não foram atribuídos, pela CF/88, aos domésticos.**

- Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;</li><li>• Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;</li><li>• Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;</li><li>• Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;</li><li>• Proteção em face da automação, na forma da lei;</li><li>• Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;</li><li>• Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;</li><li>• Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</li></ul>
--	---

Obviamente, alguns desses direitos não foram previstos para o doméstico pelas próprias características do trabalho. Não faria sentido, por exemplo, prever uma “participação nos lucros”, já que não trabalham em uma pessoa jurídica.

Apesar dessa aparente falta de isonomia, é importante que você atente para um detalhe: a Constituição Federal prevê, sim, a igualdade de direitos entre domésticos e demais trabalhadores, urbanos e rurais. Nos termos da PEC nº 72/2013, diz-se que esta *“altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para **estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais**”*.

## Os direitos sociais coletivos dos trabalhadores

Em seus arts. 8º a 11, a Constituição enumera vários **direitos coletivos dos trabalhadores**. Que tal lermos esses dispositivos juntos, fazendo os apontamentos necessários para gabaritar as questões de prova a eles referentes?

**Art. 8º** É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

A fundação de sindicato **independe de autorização estatal** (nem mesmo a lei poderá fazer tal exigência). Todavia, a fundação de sindicato necessita de **registro em órgão competente**, ou seja, registro na Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Destaque-se que é vedada a interferência do Poder Público nos sindicatos (princípio da autonomia sindical).



II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

Esse dispositivo consagra o princípio da **unicidade da organização sindical**, que é um limitador da autonomia sindical. Segundo esse princípio, **não podem coexistir mais de um sindicato** da mesma categoria profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) **dentro de uma idêntica base territorial**, que não poderá ser inferior à área de um Município. Como exemplo, só poderá haver um Sindicato de professores no Município de Belo Horizonte.

E em caso de existirem mais dois sindicatos na mesma base territorial?

Nesse caso, estaremos diante de um conflito, a ser **resolvido pela anterioridade**, ou seja, a categoria será representada pela entidade que primeiro realizou seu registro no órgão competente. Percebe-se, aqui, que o registro do sindicato na Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia é um instrumento essencial para que o Estado realize o **controle da unicidade sindical**.



**(TCE-PE – 2017)** Por imposição de lei, se um órgão estadual for criado, os servidores ocupantes de cargo efetivo desse órgão poderão, desde que com prévia autorização do órgão estatal competente, fundar sindicato.

#### Comentários:

A criação de sindicato **independe** de autorização do Poder Público. Segundo o art. 8º, I, CF/88, “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”. Questão errada.

**(Mausprev – 2015)** O princípio da unicidade sindical garante a existência de uma única organização sindical representativa de um mesmo grupo de trabalhadores ou de empresários numa mesma base territorial.

#### Comentários:

De fato, o **princípio da unicidade sindical**, previsto no inciso II do art. 8º da Constituição, determina que **não podem coexistir mais de um sindicato da mesma categoria** profissional (trabalhadores) ou econômica (empregadores) **dentro de uma idêntica base territorial**, que não poderá ser inferior à área de um Município. Questão correta.

**(Mausprev – 2015)** A fundação de sindicato depende de autorização estatal, cabendo ao Poder Público definir a abrangência territorial de determinada organização sindical.

#### Comentários:



A fundação de sindicato **independe** de autorização estatal. A abrangência territorial da organização sindical é definida pelo trabalhadores ou empregadores interessados. Questão errada.

**III** - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Destaca-se que o STF, com base no inciso acima, entende que o sindicato pode atuar na defesa de todos os direitos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa. Exemplo: o sindicato dos Auditores da Receita Federal poderá atuar na defesa judicial ou administrativa de um único membro acusado de acesso imotivado aos sistemas do órgão.

O STF considera, ainda, que o art. 8º, inciso III, assegura ampla legitimidade ativa aos sindicatos para atuarem como **substitutos processuais** das categorias que representam, na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes. Conforme já se sabe, quando se trata de substituição processual, **não há necessidade de prévia autorização** dos trabalhadores.<sup>5</sup>

**IV** - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

É fundamental sabermos a diferença entre a contribuição confederativa e a contribuição sindical.

A **contribuição confederativa** tem fundamento no art. 8º, inciso IV, CF/88. Possui **caráter facultativo**, sendo cobrada apenas dos filiados do sindicato. Sabe-se que ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado, mas aqueles que o fizerem deverão pagar a contribuição confederativa. Não possui natureza jurídica tributária, sendo seu **valor fixado pela assembleia geral**.

Sobre a contribuição confederativa, o STF editou a Súmula Vinculante nº 40:

**Súmula Vinculante nº 40:** A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

A **contribuição sindical**, por sua vez, tem fundamento no art. 149, CF/88, sendo seu **valor fixado por lei**. Até a Reforma Trabalhista, a contribuição sindical tinha que ser obrigatoriamente recolhida, o que fazia com que a doutrina entendesse que possuía natureza jurídica tributária.

Com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a contribuição sindical passou a ser obrigatoriamente recolhida pelos empregadores **apenas daqueles empregados que assim autorizarem**.<sup>6</sup> Na prática, portanto, o seu recolhimento passou a ser **facultativo**, o que nos permite afirmar que a contribuição sindical **não possui mais natureza jurídica tributária**.

<sup>5</sup> STF, RE nº 193.503/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa. 12.06.2006.

<sup>6</sup> Art. 582, CLT.



Segundo o STF, a Lei nº 13.467/2017 **retirou a natureza tributária** da contribuição sindical, não existindo nenhum comando na Constituição Federal que estabeleça a sua compulsoriedade. A Corte entendeu, ainda, que a supressão do caráter compulsória da contribuição sindical **não viola** a autonomia sindical, nem caracteriza retrocesso social e violação aos direitos básicos do trabalhador.<sup>7</sup>

Para melhor fixação das duas possíveis contribuições a serem fixadas por sindicato, veja o quadro abaixo:

Contribuição <b>confederativa</b>	Contribuição <b>sindical</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• É facultativa;</li><li>• Fixada pela assembleia geral</li><li>• Natureza jurídica não tributária</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• É obrigatoriamente recolhida pelos empregadores daqueles empregados que assim autorizarem;</li><li>• Fixada em lei;</li><li>• Natureza jurídica não tributária</li></ul>



**(Manausprev – 2015)** A contribuição confederativa é encargo de caráter tributário, compulsório, que sujeita, além dos filiados, todos os profissionais da categoria.

#### Comentários:

A contribuição confederativa é exigida apenas dos filiados e, em razão disso, não possui natureza tributária. Questão errada.

**V** - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

Trata-se do princípio da **liberdade de inscrição sindical**, segundo o qual os trabalhadores são livres para decidirem se filiar ou se manterem filiados a sindicato. Em outras palavras, a participação em sindicato não é compulsória. Cabe destacar que o art. 8º, V, CF/88 **é corolário** (consequência) **do princípio da liberdade de associação** (5º, XX), segundo o qual “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou manter-se associado”.

**VI** - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

Os sindicatos têm atuação importante nas **negociações coletivas de trabalho** (convenções coletivas e acordos coletivos). Nas convenções coletivas, a negociação se dá entre sindicato de trabalhadores e sindicato

<sup>7</sup> ADI 5794/DF. Rel. Min. Edson Fachin. red. para o acórdão: Min. Luiz Fux. 29.06.2018.



patronal; nos acordos coletivos, entre o sindicato de trabalhadores e uma empresa ou grupo de empresas. Em todos os casos, percebe-se que **haverá participação do sindicato**.

**VII** - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

A CF/88 **garante ao aposentado filiado ampla participação no sindicato** da categoria, podendo votar e ser votado. Assim, o aposentado poderá ser eleito dirigente sindical.

**VIII** - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Trata-se da **estabilidade sindical**, que consiste em proteção especial dispensada aos dirigentes eleitos dos trabalhadores. O empregado que se candidatar a cargo de direção ou representação sindical, **não poderá ser dispensado a partir do registro de sua candidatura**. Se eleito (mesmo suplente), **não poderá ser dispensado até um ano depois de findo o mandato**, exceto se cometer falta grave, nos termos da lei.

Perceba que, mesmo após ter sido eleito dirigente ou representante sindical, o empregado **poderá ser dispensado**. No entanto, a dispensa somente poderá ocorrer caso ele cometa **falta grave**.

A estabilidade sindical **é relativa**, sendo possível a dispensa do empregado em virtude da extinção da empresa na qual ele exercia suas atividades. Segundo o STF, “a garantia constitucional assegurada ao empregado enquanto no cumprimento de mandato sindical (CF, art. 8º, VIII) **não se destina a ele propriamente dito**, ex intuitu personae, **mas sim à representação sindical de que se investe**, que deixa de existir, entretanto, se extinta a empresa empregadora”.<sup>8</sup>



**(Manausprev – 2015)** A garantia constitucional assegurada ao empregado enquanto no cumprimento de mandato sindical se destina à pessoa do empregado e tem *intuitu personae*.

#### Comentários:

A jurisprudência do STF é no sentido contrário. Segundo a Corte, a garantia da estabilidade sindical não se destina à pessoa do empregado, mas sim à representação sindical de que ele se investe. Questão errada.

**Parágrafo único.** As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

<sup>8</sup> RE 222.334. Rel. Min. Maurício Corrêa. DJ: 08.03.2002.



A Constituição Federal, para não deixar qualquer margem de dúvida, dispôs que as regras do art.8º também se aplicam aos sindicatos rurais e de colônias de pescadores.

**Art. 9º** É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

**§ 1º** - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**§ 2º** - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

O art. 9º da CF assegura aos trabalhadores o **direito de greve**. **Não se trata de direito absoluto**, uma vez que as necessidades inadiáveis da comunidade deverão ser atendidas e aqueles que abusarem do direito ficarão sujeitos a penas fixadas em lei.

A doutrina majoritária considera que o **direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada** (regidos pela CLT) é **norma de eficácia contida**, pois poderá ser restringido por lei. Recorde-se que o direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada, dependendo, para seu exercício, da edição de lei regulamentadora.

Segundo o STF, “*não constitui falta grave a entrada do empregado em greve, desde que não se trate de movimento condenado pela Justiça do Trabalho e desde que o comportamento seja pacífico no pertinente.*”<sup>9</sup> Com efeito, a adesão ao movimento grevista não pode ser considerada falta grave, mas sim um direito do trabalhador.

Observe que, apesar de o direito de greve ser considerado um direito social, ele **não envolve qualquer prestação positiva** por parte do Estado. Ao contrário, **deverá o Estado abster-se de atuar**, permitindo que os trabalhadores defendam seus interesses por meio de movimento grevista.

Os **serviços ou atividades essenciais** mencionadas pelo § 1º do art. 9º estão elencadas no art. 10 da Lei Federal nº 7.783/89 (Lei de Greve). A título informativo, veja a lista dessas atividades essenciais:

- Tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- Assistência médica e hospitalar;
- Distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
- Funerários;
- Transporte coletivo;
- Captação e tratamento de esgoto e lixo;
- Telecomunicações;
- Guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
- Processamento de dados ligados a serviços essenciais;
- Controle de tráfego aéreo e navegação aérea;
- Compensação bancária;

<sup>9</sup> STF, RE nº 51.301. Rel. Min. Cunha Melo.





- Atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social;
- Atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e
- Outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
- Atividades portuárias.

A lei assegura ainda o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade vinculadas às atividades essenciais.



**(TJ / SC – 2015)** O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

**Comentários:**

Apesar de ser um direito social, o direito de greve não depende de prestação estatal específica para o seu exercício. Questão correta.

**Art. 10.** É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Esse dispositivo é, normalmente, cobrado em sua literalidade. Basta saber que os trabalhadores e empregadores têm **direito a participar no colegiado de órgãos públicos** em que seus **interesses profissionais ou previdenciários** sejam objeto de discussão e deliberação. Apenas para ilustrar com um exemplo, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) é um órgão colegiado do qual participam representantes do Governo, dos trabalhadores em atividade, dos empregadores e dos aposentados.

**Art. 11.** Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O objetivo do art. 11 é **melhorar a interlocução entre empregadores e empregados** naquelas empresas com grande número de trabalhadores. Assim, nas empresas com **mais de 200 empregados**, é assegurada a eleição de um representante destes. Esse representante terá a tarefa (finalidade exclusiva) de promover o entendimento direto entre os empregados e os empregadores.





**(Polícia Rodoviária Federal – 2014)** Nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

**Comentários:**

A questão foi no detalhe! Essa regra somente se aplica às empresas com mais de 200 empregados. Questão errada.



## DIREITOS DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

O parágrafo único do art. 7º da Constituição sofreu importantes modificações pela Emenda Constitucional nº 72/2013 que assegurou importantes **direitos trabalhistas aos empregados domésticos**. O objetivo da EC nº 72/2013 foi justamente assegurar **igualdade de direitos trabalhistas** entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Destaque-se que, mesmo após a referida emenda constitucional, nem todos os direitos trabalhistas foram assegurados aos empregados domésticos.

**Parágrafo único.** São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Na tabela abaixo, relaciono **todos os direitos dos domésticos** e destaco, em negrito, tudo aquilo que resulta de previsão da EC nº 72/2013:

D I R E I T O S	<b>Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.</b>
	Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
	<b>Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>
	<b>Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>
	Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
	<b>Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>
	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
	<b>Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>
	Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
	Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
	Licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
	<b>Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>
	Aposentadoria.
	<b>Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (direito assegurado após a EC nº 72/2013).</b>



D O M É S T I C O	Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Integração à previdência social.
	Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Fundo de garantia do tempo de serviço (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (direito assegurado após a EC nº 72/2013).
	Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (direito assegurado após a EC nº 72/2013).

Outro ponto importante é que alguns dos direitos previstos pela EC nº 72/2013 **precisam de regulamentação** para que possam ser usufruídos. Em outras palavras, eles **não puderam ser usufruídos de imediato**, assim que foi promulgada a EC nº 72/2013. Foi necessária a regulamentação, que só ocorreu por meio da Lei Complementar nº 150/ 2015. São eles:

- Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- Fundo de garantia do tempo de serviço;
- Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
- Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Não custa sistematizar tudo isso em outra tabela, para melhor compreensão:

Direitos assegurados aos domésticos por normas originárias da Constituição	Direitos assegurados aos domésticos pela PEC nº 72/2013
--	---



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;</li> <li>• Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;</li> <li>• Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;</li> <li>• Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;</li> <li>• Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;</li> <li>• Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;</li> <li>• Licença-paternidade, nos termos fixados em lei;</li> <li>• Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;</li> <li>• Aposentadoria;</li> <li>• Integração à previdência social.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b><u>De exercício imediato:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;</li> <li>• Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;</li> <li>• Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;</li> <li>• Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;</li> <li>• Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;</li> <li>• Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;</li> <li>• Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;</li> <li>• Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;</li> <li>• Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.</li> </ul> <p><b><u>Direitos de exercício condicionado à obediência à regulamentação legal</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;</li> <li>• Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;</li> <li>• Fundo de garantia do tempo de serviço;</li> <li>• Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;</li> <li>• Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;</li> <li>• Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;</li> <li>• Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.</li> </ul>
--	---

Como poucos direitos listados nos incisos do art. 7<sup>o</sup> da Constituição ficaram “de fora”, ou seja, poucos **não foram atribuídos aos domésticos**, acho interessante listá-los abaixo, para que você não caia em eventuais “pegadinhas” de prova:

<p><b>Direitos que não foram atribuídos, pela CF/88, aos domésticos.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;</li> <li>• Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;</li> <li>• Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;</li> <li>• Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;</li> </ul>
--	---



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;</li><li>• Proteção em face da automação, na forma da lei;</li><li>• Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;</li><li>• Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;</li><li>• Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</li></ul>
--	--

Obviamente, alguns desses direitos não foram previstos para o doméstico pelas próprias características do trabalho. Não faria sentido, por exemplo, prever uma “participação nos lucros”, já que não trabalham em uma pessoa jurídica.

Apesar dessa aparente falta de isonomia, é importante que você atente para um detalhe: a Constituição Federal prevê, sim, a igualdade de direitos entre domésticos e demais trabalhadores, urbanos e rurais. Nos termos da PEC nº 72/2013, diz-se que esta “*altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para **estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais***”.



**(UEG – 2015)** Os empregados domésticos passaram a ter direitos sociais antes previstos apenas para os demais trabalhadores em geral. É o caso do piso salarial nacional, que deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

**Comentários:**

A EC nº 72/2013 **não atribuiu** aos empregados domésticos o direito ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Questão errada.





## QUESTÕES COMENTADAS

### Direitos Sociais

1. (FCC/ TRF 3ª Região -2019) Edineia, trabalhadora urbana, foi dispensada sem justa causa de seu emprego e entende que possui créditos resultantes dessa relação de trabalho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Edineia tem direito de propor ação, em face de seu ex-empregador,

- a) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- c) a qualquer tempo, uma vez que o direito ao trabalho é um direito fundamental e, portanto, imprescritível.
- d) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- e) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

#### Comentários:

Edineia poderá propor ação com **prazo prescricional de cinco anos**, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Tal direito é conferido aos trabalhadores urbanos e rurais no art. 7º, XXIX, da Carta Magna. O gabarito é a letra A.

2. (FCC / TRF 4ª Região – 2019) Considere:

- I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- a) III e IV, apenas.
- b) I,II,III eIV.
- c) I e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. É direito dos trabalhadores o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (art. 7º, II, CF).

A **segunda assertiva** está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7º, VI, da Constituição. É direito social dos trabalhadores a irredutibilidade do salário, salvo acordo ou convenção coletiva de trabalho.



A **terceira assertiva** está correta. O direito ao gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal está previsto no art. 7º, XVII, da Carta Magna.

A **quarta assertiva** está errada. O aviso prévio é de, **no mínimo**, trinta dias, nos termos da lei (art. 7º, XXI, CF).

O gabarito é a letra E.

**3. (FCC / SEMEF Manaus – 2019) Depois de um longo período de desemprego, José da Silva foi contratado pela empresa Lar Doce Lar Ltda. para trabalhar como vendedor em uma loja de materiais de construção. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, José da Silva fará jus**

a) à participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

b) à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

c) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

d) à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

e) ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta e cinco dias, nos termos da lei.

#### Comentários:

Letra A: errada. É direito dos trabalhadores a participação nos lucros, ou resultados, **desvinculada da remuneração**, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7º, XI, CF).

Letra B: errada. Os trabalhadores têm direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e **quarenta e quatro semanais**, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF).

Letra C: correta. É o que determina o art. 7º, XXVIII, da CF/88.

Letra D: errada. Os trabalhadores têm assegurado o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até **5 (cinco) anos de idade** em creches e pré-escolas (art. 7º, XXV, CF).

Letra E: errada. A Carta Magna assegura aos trabalhadores o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de **trinta dias**, nos termos da lei (art. 7º, XXI, CF).

O gabarito é a letra C.

**4. (FCC / MPE-PE – 2018) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,**



- a) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.
- b) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.
- c) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- d) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

#### Comentários:

Letra A: errada. É direito dos trabalhadores a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em **cinquenta** por cento à do normal (art. 7º, XVI, CF).

Letra B: errada. Os trabalhadores têm direito à irredutibilidade do salário, **salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo** (art. 7º, VI, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores a jornada de **seis horas** para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (art. 7º, XIV, CF).

Letra D: correta. Trata-se de direito assegurado no art. 7º, XXXII, da Constituição.

Letra E: errada. Os trabalhadores têm direito ao seguro contra acidentes de trabalho, **a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa** (art. 7º, XXVIII, CF).

O gabarito é a letra D.

**5. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Em sede de ação de alimentos ajuizada pelos filhos em face do pai, a pensão alimentícia respectiva é fixada em 3 salários mínimos para cada um, por decisão de primeira, confirmada em segunda instância. Por discordar da fixação do valor de modo atrelado ao salário-mínimo, o pai deixa de efetuar o pagamento, por meses consecutivos, o que enseja o requerimento e consequente decretação de prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentícia. Nesse caso, à luz dos elementos fornecidos e consideradas a disciplina constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes:**

- a) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, embora seja lícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, por se tratar de hipótese de prisão civil expressamente admitida pela Constituição.
- b) tanto a fixação da pensão alimentícia quanto a decretação da prisão pelo respectivo inadimplemento são legítimas, não havendo que se falar em coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, razão pela qual é justificada a recusa ao pagamento e,



consequentemente, ilícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

d) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, pelo Supremo Tribunal Federal, em virtude de tratado internacional em matéria de direitos humanos do qual a República Federativa do Brasil é signatária, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

e) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, conforme súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao pai ajuizar reclamação perante aquela Corte pelo seu descumprimento.

### Comentários:

Há 2 (dois) pontos a serem examinados nessa questão:

**1)** No ordenamento jurídico brasileiro, apenas se admite uma hipótese de prisão civil por dívida: no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia. Logo, é legítima a decretação da prisão do devedor de alimentos.

**2)** Como regra geral, é vedada a vinculação do salário mínimo a qualquer finalidade (art. 7º, IV). Entretanto, no RE nº 842.157, o STF fixou a tese de que é possível a utilização do salário mínimo na fixação e na correção das obrigações alimentícias.

Por tudo o que comentamos, o gabarito é a letra B.

**6. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Ao disciplinar o regime jurídico dos servidores públicos de determinado Estado, a lei estadual respectiva, editada sob a vigência da Constituição brasileira de 1988, estabeleceu, para a servidora pública que viesse a obter a guarda de criança em sede de processo judicial de adoção, direito à licença maternidade de 60 dias, prorrogável uma vez por prazos variáveis conforme a idade da criança adotada, até o máximo de 45 dias. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a disciplina criada pela lei estadual em questão é:**

a) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

b) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de reclamação, perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.

c) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.



d) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de reclamação perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.

e) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, não cabendo, no entanto, ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.

#### Comentários:

No RE nº 778.889/PE, o STF fixou a tese de que **os prazos da licença-gestante não podem ser superiores aos prazos da licença-adotante**, inclusive no que diz respeito às prorrogações. Assim, se uma lei concede 120 dias de licença à gestante, deverão ser concedidos também 120 dias de licença à adotante.

Na situação apresentada, a lei estadual é ilegítima, podendo sua constitucionalidade ser aferida pelo STF mediante ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade).

O gabarito é a letra A.

#### 7. (FCC / TST – 2017) Lei ordinária federal que disponha sobre as condições para concessão de seguro-desemprego aos empregados domésticos, em caso de desemprego involuntário, será:

- a) incompatível com a Constituição Federal, que não assegura aos empregados domésticos direito ao seguro-desemprego.
- b) incompatível com a Constituição Federal, por cuidar de matéria que não se insere dentre as competências legislativas privativas da União.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre matéria reservada à lei complementar.
- d) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre direito que é assegurado aos empregados domésticos independentemente de regulamentação legal.
- e) compatível com a Constituição Federal.

#### Comentários:

O seguro-desemprego é um direito social conferido aos empregados domésticos. Com base no art. 7º, parágrafo único, CF/88, pode-se dizer essa é uma **norma de eficácia limitada**.

Logo, a lei federal que dispõe sobre as condições para a concessão de seguro-desemprego **é compatível** com a Constituição Federal.

O gabarito é a letra E.

#### 8. (FCC / TST – 2017) Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos em órgão legislativo de determinado Estado, reunidos em praça pública para se manifestarem contra a falta de ética na política, deliberaram constituir um sindicato, bem como promover uma paralisação de suas atividades, tão logo organizados em associação sindical. Nos termos da Constituição Federal, referidos servidores públicos



- a) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, mas estão autorizados a constituir sindicato e a realizar greve.
- b) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, nem estão autorizados a constituir sindicato, mas sim a realizar greve.
- c) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- d) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização ou aviso prévio à autoridade competente, desde que pacífica, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- e) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, assim como estão autorizados a constituir sindicato e, observados os termos e limites definidos em lei, a realizar greve.

#### Comentários:

Há vários pontos que podem ser analisados nesse enunciado:

- a) O direito de reunião é exercido para fins pacíficos, sem armas, em locais abertos ao público, **independentemente de autorização**, exigindo-se o prévio aviso à autoridade competente.
- b) A criação de sindicatos **independe de autorização** do Poder Público.
- c) É **assegurado o direito de greve**, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

O gabarito é a letra E.

**9. (FCC / TRE-SP – 2017) Os direitos ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal e à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, são todos assegurados, na Constituição Federal, aos**

- a) trabalhadores urbanos e rurais, mas não aos domésticos, nem aos servidores ocupantes de cargo público.
- b) trabalhadores urbanos e rurais, bem como aos domésticos e aos servidores ocupantes de cargo público.
- c) trabalhadores urbanos e rurais, bem como aos domésticos, mas não aos servidores ocupantes de cargo público.
- d) trabalhadores domésticos, mas não aos urbanos e rurais, nem aos servidores ocupantes de cargo público.
- e) servidores ocupantes de cargo público, mas não aos trabalhadores urbanos e rurais, nem aos domésticos.

#### Comentários:

A Constituição assegura vários direitos aos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, CF) e estende alguns deles aos trabalhadores domésticos (art. 7º, parágrafo único, CF) e aos servidores públicos (art. 39, § 3º, CF). É o





caso dos três direitos mencionados – décimo terceiro salário, adicional por serviço extraordinário e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. O gabarito é a letra B.

**10. (FCC / TST – 2017) Empregado de certa empresa privada foi eleito membro suplente de diretoria de sindicato de sua categoria, tendo sido demitido de seu emprego quatro meses após o término do mandato sindical, sem que tenha cometido qualquer falta. A demissão desse empregado mostra-se**

- a) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado desde a posse em cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- c) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- d) compatível com a Constituição Federal, que permite a dispensa do empregado sindicalizado eleito membro titular ou suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical, na situação retratada.
- e) compatível com a Constituição Federal, que não garante estabilidade no emprego àquele que tenha sido eleito membro suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical.

**Comentários:**

Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, “é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”.

O gabarito é a letra B.

**11. (FCC / TRE-SP – 2017) Seria incompatível com a Constituição Federal a constituição de associação sindical**

- a) por servidores públicos civis.
- b) em base territorial compreendendo a área de dois Municípios.
- c) que outorgasse a aposentados filiados o direito de votarem e de serem votados.
- d) cuja Assembleia Geral fixasse contribuição, exigível de seus filiados, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- e) que estabelecesse a filiação automática de trabalhadores da categoria que representa, quando de sua contratação por empresa sediada em sua base territorial.

**Comentários:**



Letra A: errada. A Carta Magna permite que os **servidores públicos civis** constituam associações sindicais e exerçam o direito de greve.

Letra B: errada. O art. 8º, II, da CF/88, veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, **na mesma base territorial**, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, **não podendo ser inferior à área de um Município**. Nada obsta, portanto, que o sindicato tenha base territorial que compreenda dois Municípios.

Letra C: errada. Trata-se de previsão compatível com o art. 8º, VII, da Constituição, que garante ao aposentado filiado o **direito de votar e ser votado** nas organizações sindicais.

Letra D: errada. A Carta Magna determina que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei (art. 8º, IV, CF).

Letra E: correta. Essa previsão seria incompatível com a **liberdade de inscrição** sindical, garantida no art. 8º, V, da Constituição. Segundo esse dispositivo, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a um sindicato.

O gabarito é a letra E.

**12. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Átila é um trabalhador rural que desenvolve suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento. Sua esposa, Domitila, que é professora em uma escola particular, acaba de dar à luz ao primeiro filho do casal. De acordo com a Constituição Federal, Átila tem direito à**

- a) jornada de seis horas, não podendo ser alterada por negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- b) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- c) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- d) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- e) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

#### Comentários:

A Carta Magna trata do regime de turnos ininterruptos de revezamento em seu art. 7º, inciso XIV. Para esse regime, exige a **jornada de seis horas, salvo negociação coletiva**.

A licença à gestante, a que Domitila faz jus, está prevista no inciso XVIII do art. 7º da CF. Sua duração é de **cento e vinte dias**, sem prejuízo do emprego e do salário.

O gabarito é a letra B.



**13. (FCC / SEGEF-MA – 2016)** Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação da sociedade no governo, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo [...]. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.

**À vista disso, “os direitos sociais” se fundamentam nos princípios**

- a) da igualdade e justiça social.
- b) do autogoverno e da cidadania ativa.
- c) da liberdade de ir e vir e da representação política.
- d) da autonomia política e da liberdade.
- e) da democracia da maioria e da vontade popular.

#### **Comentários:**

Os direitos sociais têm como valor-fonte a ideia de igualdade e de justiça social. Implicam em uma atuação positiva do Estado, por meio da oferta de bens e serviços aos cidadãos, na execução de políticas públicas. O gabarito é a letra A.

**14. (FCC / TRT 20ª Região – 2016)** Danúbia pretende se candidatar à vaga de trabalho exercido em turno ininterrupto de revezamento na empresa Y. Com dúvidas a respeito da jornada de trabalho, consultou a Constituição Federal de 1988. Neste caso, Danúbia

- a) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de oito horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- b) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal de 1988, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho e em lei específica.
- d) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de sete horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- e) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de seis horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, salvo negociação coletiva.

#### **Comentários:**

A Carta Magna fixa a jornada de **seis horas** para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, **salvo negociação coletiva** (art. 7º, XIV, CF). O gabarito é a letra E.



**15. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Matias, empregado da fazenda X, foi eleito suplente de cargo de direção no sindicato rural Y. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,**

- a) é vedada a sua dispensa a partir da sua posse até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange sindicatos rurais.
- c) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange eleitos como suplentes.
- d) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, podendo ser dispensado imediatamente após o término do referido mandato.
- e) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**Comentários:**

A Constituição veda a dispensa do empregado sindicalizado **a partir do registro da candidatura** a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, **até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei** (art. 8º, VIII, CF). O gabarito é a letra E.

**16. (FCC / DPE-BA – 2016) A respeito dos direitos sociais:**

- a) O direito à moradia encontra-se consagrado no caput do artigo 6º da Constituição Federal de 1988 desde o seu texto original.
- b) A localização “topográfica” dos direitos sociais no texto da Constituição Federal reforça a tese de que os mesmos não se tratam de direitos fundamentais.
- c) Muito embora a doutrina sustente a tese do “direito ao mínimo existencial”, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal rejeita o seu acolhimento, amparada, sobretudo, no princípio da separação dos poderes.
- d) O caput do art. 6º da Constituição Federal elenca rol taxativo dos direitos sociais consagrados pelo texto constitucional.
- e) A Constituição Federal consagra expressamente o direito à educação como direito público subjetivo.

**Comentários:**

Letra A: errada. A moradia foi inserida na CF/88 pela Emenda Constitucional nº 26/2000.

Letra B: errada. Os direitos sociais são uma espécie de direitos fundamentais.

Letra C: errada. O STF reconhece a aplicação da tese do “mínimo existencial”.

Letra D: errada. Os direitos sociais do art. 6º, CF/88, formam um rol meramente exemplificativo, não exaustivo.

Letra E: correta. A educação é um direito social expressamente consagrado pelo texto constitucional.



O gabarito é a letra E.

**17. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho**

- a) está previsto na Constituição Federal de forma implícita.
- b) não está previsto na Constituição Federal, expressa ou implicitamente.
- c) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos.
- d) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos sociais.
- e) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo pertinente ao Supremo Tribunal Federal.

**Comentários:**

O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho é direito social previsto no art. 7º, XXVI, da CF. O gabarito é a letra D.

**18. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Entre os direitos sociais, a Constituição Federal garante os direitos dos trabalhadores, EXCETO:**

- a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
- c) Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.
- d) Participação nos lucros ou resultados da empresa, vinculada à remuneração, nos termos da lei.
- e) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**Comentários:**

Letra A: correta. Trata-se de direito previsto no inciso I do art. 7º da Constituição.

Letra B: correta. Esse direito está previsto no inciso XII do art. 7º da CF/88.

Letra C: correta. O seguro contra acidentes de trabalho está previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição.

Letra D: incorreta. A Carta Magna prevê como direito dos trabalhadores a participação nos lucros ou resultados da empresa **desvinculada** da remuneração, nos termos da lei (art. 7º, XI, CF).

Letra E: correta. É o que prevê a Carta Magna no art. 7º, XIII, da Constituição.

O gabarito é a letra D.

**19. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Acerca dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, é correto afirmar:**



- a) A remuneração do serviço extraordinário será sempre superior em cinquenta por cento à do normal.
- b) O salário-família é direito apenas do trabalhador considerado de baixa renda, nos termos definidos em lei.
- c) É assegurada ao empregado a participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração e à participação na gestão da empresa.
- d) Para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada será sempre de seis horas.
- e) É assegurada a eleição, em todas as empresas, de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

#### Comentários:

Letra A: errada. A remuneração do serviço extraordinário é, **no mínimo**, superior em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, XVI, CF).

Letra B: correta. É o que determina o art. 7º, XII, da Carta Magna.

Letra C: errada. A Carta Magna assegura aos trabalhadores o direito à participação nos lucros, ou resultados, **desvinculada da remuneração**, e, **excepcionalmente, participação na gestão da empresa**, conforme definido em lei (art. 7º, XI, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna permite que seja fixada outra jornada de trabalho, por meio de convenção coletiva (art. 7º, XIV, CF).

Letra E: errada. A eleição desse representante dos empregados é assegurada nas empresas com mais de **duzentos empregados** (art. 11, CF).

O gabarito é a letra B.

#### 20. (FCC / TRT 14ª Região – 2016) No tocante à associação sindical, considere:

I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.





### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. A lei **não pode** exigir autorização estatal para a fundação de sindicato.

A **segunda assertiva** está correta. Pelo princípio da unicidade sindical, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. A menor base territorial possível será a de um Município.

A **terceira assertiva** está correta. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

A **quarta assertiva** está errada. Nas empresas com mais de **200 empregados** é que se assegura a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O gabarito é a letra D.

### 21. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) A respeito do direito ao trabalho, considere:

I. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

II. Pessoas a partir de dezesseis anos podem ser contratadas para trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres.

III. Nas empresas de mais de duzentos empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

IV. Pessoas a partir de doze anos podem trabalhar na condição de aprendiz.

Está correto o que consta em:

- a) III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

A **segunda assertiva** está errada. Trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres são permitidos somente para pessoas maiores de 18 anos.

A **terceira assertiva** está correta. Nas empresas com mais de 200 empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregados (art. 11, CF/88).



A **quarta assertiva** está errada. É possível que uma pessoa comece a trabalhar **a partir dos 14 anos**, na condição de menor aprendiz.

O gabarito é a letra A.

**22. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) Sobre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, considere:**

- I. O piso salarial garantido é aquele proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- II. A irredutibilidade do salário é garantia absoluta dos trabalhadores urbanos e rurais.
- III. A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, não alcança aqueles que percebem remuneração variável.
- IV. O prazo de prescrição da ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

**Comentários:**

A **primeira assertiva** está correta. É garantido aos trabalhadores piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (art. 7º, V, CF/88).

A **segunda assertiva** está errada. A irredutibilidade do salário pode ser flexibilizada mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho (art. 7º, IV, CF/88).

A **terceira assertiva** está errada. A garantia de salário nunca inferior ao mínimo também alcança aqueles que percebem remuneração variável (art. 7º, VII, CF/88).

A **quarta assertiva** está correta. É garantido aos trabalhadores ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

O gabarito é a letra A.

**23. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) Sobre a categoria dos trabalhadores domésticos, em face dos direitos sociais do trabalho decorrentes do sistema da Constituição Federal brasileira considere:**

- I. Atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades são assegurados todos os direitos sociais.
- II. Têm direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.



III. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

IV. É assegurada a proibição de trabalho noturno, a menores de dezoito anos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) IV.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. Nem todos os direitos sociais são assegurados aos trabalhadores domésticos. Por exemplo, não há é assegurado aos trabalhadores domésticos o piso salarial ou a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

A **segunda assertiva** está errada. A licença à gestante tem a duração de 120 dias.

A **terceira assertiva** está errada. A igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso não é um direito social dos trabalhadores domésticos.

A **quarta assertiva** está correta. De fato, é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos.

O gabarito é a letra E.

**24. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Profissionais de diferentes áreas que atuam no ramo da construção civil, em municípios situados na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, pretendem montar uma associação com atuação em âmbito regional, exclusivamente para promover a capacitação de mão de obra para o setor. Os recursos para manutenção de suas atividades viriam de contribuições anuais, pagas pelos associados, e dos cursos que organizariam, sob a condição de que fossem reaplicados nos objetivos da associação. Sob a ótica constitucional, associação com essas características:**

- a) não poderia ser constituída, por abranger área superior à de um Município.
- b) não poderia ser constituída, na medida em que, ao congrega profissionais de diferentes áreas, não atende ao requisito constitucional de representatividade de categoria profissional.
- c) poderia ser constituída, na medida em que atende aos pressupostos constitucionais para exercício da liberdade de associação, independentemente de autorização estatal para sua constituição e funcionamento.
- d) poderia ser constituída, mas não estaria autorizada a angariar recursos advindos de contribuições anuais dos associados, por configurar espécie de contribuição para custeio do sistema confederativo de representação sindical.



e) poderia ser constituída, mas não estaria autorizada a angariar recursos advindos da prestação de serviços, por conflitar com a finalidade de representação profissional.

#### Comentários:

Letra A: errada. **Não há qualquer impedimento** a que uma associação ou mesmo um sindicato tenha abrangência superior à área de um Município. O que a CF/88 proíbe é a existência de sindicatos com abrangência inferior à área de um Município.

Letra B: errada. As associações não precisam cumprir nenhum requisito de representatividade de categoria profissional.

Letra C: correta. É plenamente possível que a associação seja constituída, afinal, a CF/88 consagra a liberdade de associação para **fins lícitos**. A criação de associação **independe de autorização**, sendo **vedada a interferência estatal** em seu funcionamento.

Letras D e E: errada. Não há qualquer impedimento a que a associação angarie recursos, seja por meio de contribuições de seus associados ou por meio da prestação de serviços.

O gabarito é a letra C.

#### 25. (FCC / TRT 9ª Região – 2015) Nos termos da Constituição Federal, é direito social a

- a) despoluição dos rios.
- b) proteção à maternidade.
- c) criação de praças públicas.
- d) regulamentação de atividades de lazer.
- e) regulamentação da lei do silêncio.

#### Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade** e à infância, a assistência aos desamparados. O gabarito é a letra B.

#### 26. (FCC / TRT 15ª Região – 2015) Considere as seguintes afirmações:

I. Viola a liberdade sindical a disposição da Consolidação das Leis do Trabalho segundo a qual a administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral, podendo essa norma ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

II. Em razão da liberdade sindical, até que a lei disponha a respeito, não se pode exigir das entidades sindicais o respectivo registro junto ao Ministério do Trabalho.

III. É vedada, em qualquer caso, a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.



À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está INCORRETO o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I e III, apenas.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. O art. 522, da CLT, dispõe que “a administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral”. No RE 193.345-3/SC, o STF considerou que esse dispositivo **foi recepcionado** pela Constituição Federal de 1988.

A **segunda assertiva** está errada. A Súmula nº 677 dispõe que “até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade”.

A **terceira assertiva** está errada. Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, “é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, **salvo se cometer falta grave** nos termos da lei”.

O gabarito é a letra A.

#### 27. (FCC / TRE-PB – 2015) Dentre os direitos fundamentais sociais consagrados pela Constituição Federal, NÃO se encontra arrolado o direito

- a) ao transporte.
- b) à saúde.
- c) à vida.
- d) à moradia.
- e) à segurança.

#### Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Dentre as opções apresentadas pelo enunciado, **apenas a vida não é um direito social**. O gabarito é a letra C.

#### 28. (FCC / TRT 4ª Região – 2015) Considere as afirmações abaixo.



- I. Pode a lei exigir o registro do sindicato no órgão competente, em que pese a Constituição Federal vede a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.
- II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, que poderão admitir jornada superior a seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- III. Sindicato é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses de seus membros, ainda que esteja em funcionamento há menos de um ano, devendo ser proposto perante a Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- IV. Em que pese a Constituição Federal garanta a liberdade de associação sindical do servidor público, condiciona seu exercício à edição de lei que trate dos serviços ou atividades essenciais à comunidade, sendo que eventual omissão do legislador pode ser suprida através de decisão proferida em mandado de injunção.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II e III e IV.
- e) III e IV.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. A lei não pode exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato. Entretanto, **é plenamente possível que a lei exija o registro no órgão competente**. De qualquer modo, cabe destacar que é vedada ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A **segunda assertiva** está correta. O art. 8º, VI, CF/88, estabelece a **obrigatoriedade da participação dos sindicatos** nas negociações coletivas de trabalho. Por sua vez, o art. 7º, XIV, prevê jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, **salvo negociação coletiva**. Em outras palavras, mediante a negociação coletiva, admite-se jornada superior a 6 (seis) horas para turnos ininterruptos de revezamento.

A **terceira assertiva** está correta. Os sindicatos têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo. Para isso, **não precisam estar em funcionamento há pelo menos um ano**. Esse tempo mínimo de funcionamento é requisito para que as associações possam impetrar mandado de segurança coletivo.

A **quarta assertiva** está errada. A liberdade de associação sindical não está condicionada à edição de lei. Trata-se de **norma autoaplicável**, que independe de regulamentação.

O gabarito é a letra C.

**29. (FCC / MPE-PB – 2015) No tocante aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,**

- a) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.





- c) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 10 anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) a proteção em face da automação, na forma da lei.

#### Comentários:

Letra A: correta. É um direito social dos trabalhadores, conforme art. 7º, VI, CF/88.

Letra B: correta. É um direito social dos trabalhadores, conforme art. 7º, V, CF/88.

Letra C: errada. A assistência gratuita aos filhos e dependentes só é devida desde o nascimento até os 5 anos de idade, em creches e pré-escolas.

Letra D: correta. É um direito social dos trabalhadores, conforme art. 7º, XIV, CF/88.

Letra E: correta. É um direito social dos trabalhadores, conforme art. 7º, XXVII, CF/88.

O gabarito é a letra C.

**30. (FCC / MPE-PB – 2015) Marcos é empregado sindicalizado eleito para o cargo de diretor sindical suplente. Kátia é empregada sindicalizada eleita para o cargo de representante sindical. Nestes casos, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, é VEDADA a dispensa:**

- a) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato.
- b) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato.
- c) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.
- d) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.
- e) apenas de Marcos, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Kátia não foi eleita para o cargo de diretor suplente.

#### Comentários:

Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, *“é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, **ainda que suplente, até um ano após o final do mandato**, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”*.

Com base nesse dispositivo, Marcos e Kátia não poderão ser dispensados desde o registro da candidatura até 1 (um) ano após o final do mandato. O gabarito é a letra B.

**31. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Convenção coletiva de trabalho autorizou a redução da jornada de trabalho dos empregados que assim concordassem, bem como a correspondente redução salarial,**



**disciplinou a compensação de horários e fixou a variação do salário mínimo como índice de correção monetária dos salários dos empregados. A convenção coletiva compatibiliza-se, em tese, com a Constituição Federal apenas no que tange à**

- a) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.
- b) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à compensação de horários.
- c) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial.
- d) compensação de horários.
- e) fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.

#### **Comentários:**

Analisando-se as hipóteses apresentadas no enunciado, tem-se que:

- a) Convenção coletiva de trabalho **pode autorizar a redução da jornada**, bem como a correspondente **redução salarial**.
- b) Convenção coletiva de trabalho **pode disciplinar a compensação** de horários.
- c) Convenção coletiva de trabalho **não pode** fixar a variação do salário mínimo como índice de correção monetária dos salários dos empregados. Isso porque, segundo o art. 7º, IV, CF/88, **é vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim**.

O gabarito é a letra B.

**32. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Uma parcela de determinada categoria de profissionais de Belo Horizonte, descontente com a atuação de seu sindicato, defende a fundação de um novo sindicato. Os idealizadores do movimento pretendem que o novo sindicato represente a mesma categoria do sindicato já existente e que, tal qual o outro, tenha por base territorial o Município de Belo Horizonte. À luz da Constituição Federal, o novo sindicato:**

- a) não poderá ser fundado para a defesa da mesma categoria do sindicato já existente e tendo a mesma base territorial.
- b) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que mediante autorização governamental e registro no órgão competente.
- c) poderá ser fundado nos termos pretendidos, não sendo exigível para tanto qualquer autorização governamental em razão do princípio da liberdade sindical.
- d) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que se volte, exclusivamente, para a defesa dos interesses individuais de seus filiados.
- e) poderá ser fundado nos termos pretendidos, uma vez que a base territorial do sindicato não pode ser inferior à área do Município.



### Comentários:

O art. 8º, II, CF/88, estabelece o princípio da **unicidade sindical**. Por esse princípio, não pode ser criado mais de um sindicato de uma mesma categoria, na mesma base territorial. Dessa forma, em Belo Horizonte, somente pode existir um sindicato de cada categoria profissional. Em outras palavras, **não poderá ser fundado** um sindicato da mesma categoria dentro do município de Belo Horizonte. O gabarito é a letra A.

### 33. (FCC / TRE-RR – 2015) De acordo com a Constituição Federal, NÃO constitui direito fundamental social:

- a) a educação.
- b) o trabalho.
- c) a moradia.
- d) a crítica.
- e) a saúde.

### Comentários:

A questão cobra o conhecimento do art. 6º da CF/88, segundo o qual são direitos sociais a **educação**, a **saúde**, a alimentação, o **trabalho**, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. O gabarito é a letra D.

### 34. (FCC / TRT 2ª Região – 2014) Sobre a disciplina constitucional da associação sindical, considere:

- I. A independência e a autonomia dos sindicatos são asseguradas mediante autorização do Estado para sua fundação e manutenção, aferidas pelo registro no órgão competente.
- II. Os sindicatos podem se auto-organizar, sendo vedada, porém, a participação dos aposentados filiados nas decisões a serem tomadas.
- III. Os sindicatos podem promover a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- IV. Não há obrigatoriedade de filiação sindical, mas apenas da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

### Comentários:



A **primeira assertiva** está errada. O inciso I do art. 8º da Constituição determina que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A **segunda assertiva** está errada. A Constituição (art. 8º, VII) assegura que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

A **terceira assertiva** está correta. É o que determina o inciso III do art. 8º da CF/88.

A **quarta assertiva** está correta. A CF/88 prevê (art. 8º, V) que ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato. Também prevê, no inciso VI do mesmo artigo, que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

O gabarito é a letra D.

### 35. (FCC / TRT 19ª Região – 2014) Foi editada lei federal dispondo a respeito das organizações sindicais, determinando

I. a obrigatoriedade da participação dos sindicatos dos empregados nas negociações coletivas de trabalho, salvo se substituído por comissão eleita pelos próprios empregados interessados no acordo.

II. que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

III. que cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. A Carta Magna não prevê tal exceção (art. 8º, VI, CF).

A **segunda assertiva** está correta. É o que determina o art. 8º, VII, da CF/88.

A **terceira assertiva** está correta. O inciso III do art. 8º da Constituição destaca o papel do sindicato, estabelecendo que a ele cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

O gabarito é a letra E.

### 36. (FCC / TJ-AP – 2014) É direito social dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) a duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e quarenta semanais.



- b) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- c) o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de noventa dias, nos termos da lei.
- d) a proteção em face da automação, na forma da lei complementar.
- e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

#### Comentários:

Letra A: errada. A duração do trabalho não pode ser superior a **8 (oito) horas diárias**.

Letra B: errada. A licença à gestante tem a duração de **120 (cento e vinte) dias**.

Letra C: errada. O aviso prévio, proporcional ao tempo de serviço, é de, no mínimo, **30 (trinta) dias**.

Letra D: errada. Não é matéria de lei complementar, mas de mera **lei ordinária**.

Letra E: correta. É isso mesmo! O art. 7º, XXVIII, estabelece que é direito social dos trabalhadores o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

#### 37. (FCC / TCE-PI – 2014) A teoria da reserva do possível:

- a) significa a inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- b) gira em torno da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando caracterizada hipótese de omissão governamental.
- c) considera que as políticas públicas são reservadas discricionariamente à análise e intervenção do Poder Judiciário, que as limitará ou ampliará, de acordo com o caso concreto.
- d) é sinônima, em significado e extensão, à teoria do mínimo existencial, examinado à luz da violação dos direitos fundamentais sociais, culturais e econômicos, como o direito à saúde e à educação básica.
- e) defende a integridade e a intangibilidade dos direitos fundamentais, independentemente das possibilidades financeiras e orçamentárias do Estado.

#### Comentários:

Letra A: errada. A teoria da reserva do possível prevê que o Estado, **dentro dos limites do financeiramente possível**, deve efetivar os direitos sociais. O Estado não pode, arbitrariamente, se furtar à efetivação dos direitos sociais.

Letra B: correta. Pela teoria da reserva do possível, o Estado deverá, sempre que for “financeiramente possível”, buscar a efetivação dos direitos sociais. Surge a possibilidade, então, do **controle judicial das políticas públicas**, a fim de **suprir a omissão** dos órgãos estatais competentes.

Letra C: errada. Não é bem assim. O Poder Judiciário poderá, **apenas excepcionalmente**, intervir na execução das políticas públicas, buscando a efetivação dos direitos sociais.



Letra D: errada. A teoria do mínimo existencial é **outra teoria**, diferente da reserva do possível. Por essa teoria, o Estado deve garantir aos indivíduos **condições materiais mínimas** para sua existência.

Letra E: errada. É exatamente o contrário. A cláusula da reserva do possível reconhece que **há limites à efetivação dos direitos sociais**. Não havendo recursos orçamentários suficientes, não há como o Estado efetivar tais direitos.

**38. (FCC / Prefeitura de Recife – 2014) A Emenda Constitucional no 72, promulgada em 2 de abril de 2013, tem por finalidade estabelecer a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Nos termos de suas disposições, a Emenda:**

a) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

b) instituiu vedação ao legislador para conferir tratamento diferenciado aos trabalhadores domésticos, em relação aos trabalhadores urbanos e rurais.

c) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

d) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

e) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

#### Comentários:

Essa era uma questão que exigia uma boa capacidade de memorização do candidato.

Letra A: errada. **Não foi atribuído** aos trabalhadores domésticos o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Letra B: errada. A EC nº 72/2013 não estabeleceu essa vedação. É plenamente possível que, devido às peculiaridades do trabalho, o legislador confira um **tratamento diferenciado** aos trabalhador doméstico em relação aos trabalhadores urbanos e rurais.

Letra C: correta. De fato, esses dois direitos **não foram estendidos** aos trabalhadores domésticos.

Letra D: errada. Esses dois direitos (proteção em face da automação e piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho) **não foram estendidos** aos trabalhadores domésticos.

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário (“hora extra”) passou a ser um direito dos trabalhadores domésticos.

**39. (FCC / INSS - 2012) São direitos sociais, segundo rol expresso contido na Constituição Federal:**

a) a educação, a alimentação e a moradia.





- b) a saúde, o lazer e a felicidade.
- c) o trabalho, a segurança e a propriedade.
- d) a vida, a liberdade e o trabalho.
- e) a saúde, a alimentação e a felicidade.

#### Comentários:

De acordo com o art. 6º da Constituição, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A felicidade não é direito assegurado pela Constituição (risos) e a liberdade é direito de primeira geração, não um direito social. A letra A é o gabarito da questão.

#### 40. (FCC / TRT 23ª Região - 2011) Os direitos sociais previstos na Constituição Federal têm características de normas:

- a) funcionais e amplificativas.
- b) passivas e restritivas.
- c) imperativas e invioláveis.
- d) análogas e restritivas.
- e) centrífugas e amplificativas.

#### Comentários:

Segundo Alexandre de Moraes, os direitos sociais são normas de ordem pública, imperativas e invioláveis. Isso porque a vontade das partes é incapaz de legitimar sua violação. A letra C é, portanto, o gabarito da questão.

#### 41. (FCC / TRT 1ª Região - 2011) Os direitos sociais previstos constitucionalmente são normas:

- a) de liberdades negativas, de observância facultativa em um Estado Social de Direito.
- b) de ordem pública, com a característica de imperativas, sendo invioláveis, portanto, pela vontade das partes da relação trabalhista.
- c) de liberdades negativas, de observância obrigatórias em um Estado Social de Direito.
- d) insubordinadas à regra constitucional da autoaplicabilidade.
- e) insuscetíveis à impetração ao mandado de injunção no caso de omissão do poder público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e inviabilize seu exercício.

#### Comentários:

Cobra-se, aqui, a posição de Alexandre de Moraes referente aos direitos sociais. Segundo o autor, eles constituem normas de ordem pública, com a característica de imperativas, sendo invioláveis, portanto, pela vontade das partes da relação trabalhista. Destaque-se que os direitos sociais são liberdades positivas. A letra B é o gabarito.



## QUESTÕES COMENTADAS

### Direitos Sociais

1. (FGV / DPE-RJ – 2019) Antônio, pessoa hipossuficiente no plano econômico e morador de uma área carente do Estado, procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para obrigar o Poder Público a lhe fornecer certo medicamento indispensável à sua sobrevivência.

À luz da sistemática constitucional, a ação ajuizada buscará tutelar:

- a) um direito social;
- b) um direito coletivo;
- c) uma garantia coletiva;
- d) uma garantia individual;
- e) uma liberdade individual.

#### Comentários:

A ação judicial solicitada por Diogo tem como objetivo tutelar seu direito à saúde, que é um direito social (art. 6º, CF). O gabarito é a letra A.

2. (FGV / TJ-SC – 2018) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;
- b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

#### Comentários:

O direito à habitação é **norma constitucional programática**, de eficácia limitada. Depende, portanto, de regulamentação para produzir todos os seus efeitos. Além disso, está sujeito à **cláusula de reserva do**



**possível**, ou seja, à existência de recursos para sua efetivação. Desse modo, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal impedem a fruição direito pleiteado por Maria. O gabarito é a letra E.

3. (FGV / Procurador de Paulínia – 2016) Determinado Prefeito Municipal tinha a intenção de encaminhar projeto de lei à Câmara dos Vereadores disciplinando a concessão de direitos sociais a certa camada da população. No entanto, tinha dúvidas a respeito da compatibilidade dessa iniciativa com a ordem constitucional, mais especificamente com o princípio da igualdade, consagrado no Art. 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil. Em seu entender, a igualdade exigiria que os direitos sociais fossem igualitariamente oferecidos a todos, independentemente de suas características pessoais. Para sanar suas dúvidas, solicitou o pronunciamento da Procuradoria do Município, que exarou alentado parecer a respeito dessa temática.

À luz da presente narrativa, assinale a opção que se harmoniza com as construções teóricas em torno da igualdade.

- a) Os conceitos de igualdade formal e de igualdade material apresentam uma relação de sobreposição, de modo que a ideia do Prefeito não seria harmônica com a Constituição.
- b) O conceito de igualdade, tal qual consagrado na Constituição, não se projeta sobre as políticas públicas a cargo do Poder Executivo.
- c) As ações afirmativas excepcionam a igualdade formal em prol da construção da igualdade material, sendo incorreto afirmar que sempre serão incompatíveis com a Constituição
- d) O conceito constitucionalmente adequado de igualdade é somente aquele de ordem formal, de modo que qualquer tratamento diferenciado entre as camadas da população é inconstitucional.
- e) As ações afirmativas jamais acarretam o surgimento da denominada “discriminação reversa”, logo, a ideia do Prefeito não se mostra incompatível com a Constituição.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os conceitos de “igualdade formal” e “igualdade material” são distintos. Eles não se sobrepõem.

Letra B: errada. As políticas públicas a cargo do Poder Executivo também devem observar o princípio da igualdade.

Letra C: correta. A igualdade material ampara a realização de ações afirmativas pelo Poder Público. Assim, a concessão de direitos sociais a camadas menos favorecidas da população é compatível com a Constituição Federal de 1988.

Letra D: errada. Não se pode dizer que todo tratamento diferenciado entre as camadas da população seja inconstitucional. Tratamentos diferenciados são legítimos, desde que tendentes a realizar a igualdade material.

Letra E: errada. As ações afirmativas têm como objetivo promover uma **discriminação positiva** (“discriminação reversa”), dando um tratamento mais benéfico para camadas menos favorecidas da população.



O gabarito é a letra C.

**4. (FGV / PGE-RO – 2015) Inácio procurou um advogado e decidiu inteirar-se a respeito da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:**

- a) tanto os direitos individuais como os direitos sociais estão incluídos na categoria mais ampla dos “direitos de defesa”;
- b) a justiciabilidade dos direitos sociais, pelo Poder Judiciário, não apresenta nenhuma distinção substancial em relação aos direitos individuais;
- c) os direitos sociais costumam ter sua exigibilidade condicionada à prévia integração pela legislação infraconstitucional;
- d) a denominada “reserva do possível” é aplicada, indistintamente, com igual intensidade, aos direitos individuais e aos sociais;
- e) os direitos sociais, pelas suas próprias características existenciais, não podem ser fruídos por uma única pessoa.

#### Comentários:

Letra A: errada. **Apenas os direitos individuais** são considerados “direitos de defesa”, isto é, protegem os indivíduos contra a ingerência indevida por parte do Estado. Os direitos sociais implicam em atuação positiva do Estado, ofertando bens e serviços aos cidadãos por meio das chamadas políticas públicas.

Letra B: errada. O Poder Judiciário, ao analisar casos concretos envolvendo a concretização dos direitos sociais, deve observar a **cláusula da reserva do possível**. A concretização dos direitos sociais, afinal, depende da existência de recursos financeiros.

Letra C: correta. É isso mesmo. A concretização dos direitos sociais depende da integração legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra D: errada. A cláusula da reserva do possível se aplica à concretização dos **direitos sociais**.

Letra E: errada. Os direitos sociais podem, sim, ser usufruídos por uma pessoa, isoladamente considerada. Por exemplo, uma pessoa, ao se aposentar, usufrui do direito à previdência social.

O gabarito é a letra C.

**5. (FGV / PGE-RO – 2015) Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:**

- a) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- b) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- c) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- d) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;



e) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

#### Comentários:

Letra A: correta. Os direitos sociais são direitos de 2ª geração, que têm como valor-fonte a igualdade. Para concretizá-los, o Estado deverá adotar uma **postura ativa**, ofertando bens e serviços aos indivíduos por meio da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos sociais **podem, sim, beneficiar uma única pessoa**, isoladamente considerada. Por exemplo, quando uma pessoa faz um tratamento de saúde pelo SUS, ela está usufruindo do direito à saúde.

Letra C: errada. A cidadania é um atributo daqueles que estão no **pleno gozo dos direitos políticos** (podem votar e ser votados).

Letra D: errada. Os direitos que asseguram a liberdade são os direitos de 1ª geração.

Letra E: errada. Os brasileiros naturalizados, assim como os estrangeiros, também são titulares de direitos sociais.

O gabarito é a letra A.

#### 6. (FGV / TJ-BA – 2015) A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) sempre exigirão uma omissão por parte dos poderes constituídos;
- b) podem ser vistos como a primeira dimensão ou geração dos direitos fundamentais;
- c) nunca dependem da disponibilidade de recursos financeiros para a sua implementação;
- d) podem exigir o oferecimento de prestações específicas;
- e) somente devem ser atribuídos às pessoas naturais, jurídica e economicamente classificadas como necessitadas.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais envolvem uma atuação positiva do Estado em favor dos indivíduos. Por isso é que são chamados de “liberdades positivas”.

Letra B: errada. Os direitos sociais são direitos de segunda dimensão.

Letra C: errada. A efetivação dos direitos sociais depende, sim, da disponibilidade de recursos financeiros.

Letra D: correta. Os direitos sociais envolvem o oferecimento de prestações específicas pelo Estado. Por exemplo, o Estado irá ofertar saúde e educação às pessoas.

Letra E: errada. Os direitos sociais não são atribuídos apenas às pessoas necessitadas. Todas as pessoas são titulares de direitos sociais.

O gabarito é a letra D.



7. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetam aos:

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais do art. 6º, CF/88, são **normas de eficácia limitada**, uma vez que sua concretização depende de regulamentação legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos individuais são “**direitos de liberdade**”, que implicam em uma abstenção do Estado. Portanto, sua concretização independe de recursos financeiros voltados para a execução de políticas públicas. A situação é diferente para os direitos sociais, que demandam recursos financeiros do Estado para serem concretizados.

Letra C: correta. De fato, os direitos sociais **dependem de integração legislativa** para sua máxima concretização.

Letra D: errada. Há vários direitos individuais que são normas de eficácia plena e, portanto, independem de qualquer integração legislativa para produzirem seus efeitos.

Letra E: errada. A concretização dos direitos sociais está sujeita à **cláusula da reserva do possível**. Em outras palavras, os direitos sociais dependem da existência de **recursos financeiros estatais**, os quais são usados na execução de políticas públicas.

O gabarito é a letra C.

8. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetam aos:

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.





### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais do art. 6º, CF/88, são **normas de eficácia limitada**, uma vez que sua concretização depende de regulamentação legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos individuais são "**direitos de liberdade**", que implicam em uma abstenção do Estado. Portanto, sua concretização independe de recursos financeiros voltados para a execução de políticas públicas. A situação é diferente para os direitos sociais, que demandam recursos financeiros do Estado para serem concretizados.

Letra C: correta. De fato, os direitos sociais **dependem de integração legislativa** para sua máxima concretização.

Letra D: errada. Há vários direitos individuais que são normas de eficácia plena e, portanto, independem de qualquer integração legislativa para produzirem seus efeitos.

Letra E: errada. A concretização dos direitos sociais está sujeita à **cláusula da reserva do possível**. Em outras palavras, os direitos sociais dependem da existência de **recursos financeiros estatais**, os quais são usados na execução de políticas públicas.

O gabarito é a letra C.

**9. (FGV / Prefeitura de Paulínia – 2015) Paulo perguntou ao seu amigo João o que diferencia os "direitos sociais" dos "direitos e garantias individuais e coletivos". Como a única resposta que João poderia ter dado, corretamente, é:**

- a) a liberdade de ir e vir é um dos principais direitos individuais;
- b) o direito social é da sociedade, não do indivíduo;
- c) a educação é uma liberdade, logo, um direito individual;
- d) o direito de propriedade é um dos principais direitos sociais;
- e) a proteção da saúde não está prevista entre os direitos sociais.

### Comentários:

Letra A: correta. A liberdade de ir e vir é um direito individual.

Letra B: errada. Os direitos sociais são titularizados por indivíduos.

Letra C: errada. A educação é um direito social.

Letra D: errada. O direito de propriedade é um direito individual.

Letra E: errada. A saúde é um direito social.

O gabarito é a letra A.



**10. (FGV / TJ-SC – 2015) Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:**

I – Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II – O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III – As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente III;
- c) somente I e II;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. **Não se pode dizer** que os direitos individuais se transmudam em direitos sociais. São duas espécies diferentes de direitos fundamentais.

A **segunda assertiva** está correta. O direito de greve **é um direito social**. Apesar disso, não implica em prestação estatal específica. O Estado não precisa formular uma política pública específica para garantir o direito de greve. Perceba que essa é uma situação diversa daquela que ocorre para outros direitos sociais, como a educação e saúde, que são direitos sociais dependentes de prestações estatais.

A **terceira assertiva** está correta. As liberdades clássicas são os direitos de 1ª geração, que buscam **limitar a ação estatal** sobre a esfera individual. São direitos que têm como valor-fonte a “liberdade”.

O gabarito é a letra D.

**11. (FGV / PROCEMPA – 2014) Acerca dos Direitos Sociais Constitucionais, analise as afirmativas a seguir.**

I. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

II. É assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.



Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Ele reproduz a literalidade do art. 6º da Constituição.

A **segunda assertiva** está correta. Trata-se de direito assegurado aos domésticos pelo art. 7º, XIII, c/c parágrafo único, da CF/88.

A **terceira assertiva** está errada. O art. 7º, XXIX, da CF, garante aos trabalhadores rurais e urbanos o direito à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, **até o limite de dois anos** após a extinção do contrato de trabalho.

O gabarito é a letra D.

#### 12. (FGV / Prefeitura de Recife – 2014) No que tange à liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a afirmativa correta.

- a) É livre a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- b) Uma vez aposentado, o indivíduo, ainda que filiado, não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado somente a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical.
- d) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se a sindicato, mas, uma vez filiado, será obrigado a manter-se filiado até a aposentadoria.
- e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

#### Comentários:

Letra A: errada. A Constituição veda, em seu art. 8º, II, a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

Letra B: errada. O inciso VII do art. 8º da CF/88 garante ao **aposentado** filiado o **direito a votar e ser votado** nas organizações sindicais.



Letra C: errada. A Constituição veda a dispensa do empregado sindicalizado **a partir do registro da candidatura** a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna garante a **liberdade de inscrição**, permitindo que os trabalhadores filiem-se ou não a sindicato, e, uma vez filiados, decidam sobre a conveniência de manterem ou não esse vínculo.

Letra E: correta. É o que prevê o inciso I do art. 8º da CF/88.

O gabarito é a letra E.

**13. (FGV / TJ-AM – 2013) Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o art. 7º da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.**

I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.

II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Comentários:**

A **primeira assertiva** está errada. O inciso IV do art. 7º da Constituição prevê como direitos dos trabalhadores o “salário mínimo, fixado em lei, **nacionalmente unificado**, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

A **segunda assertiva** está correta. É o que prevê o inciso XVI do art. 7º da CF/88.

A **terceira assertiva** está correta. O inciso XXX do art. 7º da Constituição garante aos trabalhadores a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

O gabarito é a letra D.



**14. (FGV / TJ-AM – 2013) Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui:**

- a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.
- b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.
- c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.
- e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

**Comentários:**

Letra A: correta. É direito dos trabalhadores participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7º, XI, CF).

Letra B: errada. A Carta Magna prevê que a duração do trabalho **normal** não será a oito horas diárias e **quarenta e quatro** semanais, **facultada a compensação de horários e a redução da jornada**, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF).

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, CF).

Letra D: correta. No inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, esta proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra E: correta. O fundo de garantia do tempo de serviço é direito dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, III, CF).

O gabarito é a letra B.

**15. (FGV / TJ-AM – 2013) Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa incorreta.**

- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

**Comentários:**



Letra A: errada. Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, **salvo se cometer falta grave nos termos da lei**.

Letra B: correta. É isso mesmo! A lei não pode exigir autorização estatal para que seja fundado o sindicato, ressalvado o registro no órgão competente. O Poder Público não pode interferir/intervir na organização sindical.

Letra C: correta. De fato, **é obrigatória a participação dos sindicatos** nas negociações coletivas de trabalho (art.8º, VI).

Letra D: correta. A CF/88 garante o **direito de greve aos trabalhadores**, atribuindo-lhes o poder de decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

Letra E: correta. Segundo o art. 8º, III, ao sindicato cabe a **defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais** da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

O gabarito é a letra A.

**16. (FGV / PC-RJ – 2008) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.**

- a) Estabilidade.
- b) Licença paternidade.
- c) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- d) Participação nos lucros.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

#### Comentários:

A estabilidade não é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais. A resposta é a letra A.





## QUESTÕES COMENTADAS

### Direitos Sociais

1. (FGV / DPE-RJ – 2019) Antônio, pessoa hipossuficiente no plano econômico e morador de uma área carente do Estado, procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para obrigar o Poder Público a lhe fornecer certo medicamento indispensável à sua sobrevivência.

À luz da sistemática constitucional, a ação ajuizada buscará tutelar:

- a) um direito social;
- b) um direito coletivo;
- c) uma garantia coletiva;
- d) uma garantia individual;
- e) uma liberdade individual.

#### Comentários:

A ação judicial solicitada por Diogo tem como objetivo tutelar seu direito à saúde, que é um direito social (art. 6º, CF). O gabarito é a letra A.

2. (FGV / TJ-SC – 2018) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;
- b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

#### Comentários:

O direito à habitação é **norma constitucional programática**, de eficácia limitada. Depende, portanto, de regulamentação para produzir todos os seus efeitos. Além disso, está sujeito à **cláusula de reserva do**



**possível**, ou seja, à existência de recursos para sua efetivação. Desse modo, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal impedem a fruição direito pleiteado por Maria. O gabarito é a letra E.

3. (FGV / Procurador de Paulínia – 2016) Determinado Prefeito Municipal tinha a intenção de encaminhar projeto de lei à Câmara dos Vereadores disciplinando a concessão de direitos sociais a certa camada da população. No entanto, tinha dúvidas a respeito da compatibilidade dessa iniciativa com a ordem constitucional, mais especificamente com o princípio da igualdade, consagrado no Art. 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil. Em seu entender, a igualdade exigiria que os direitos sociais fossem igualitariamente oferecidos a todos, independentemente de suas características pessoais. Para sanar suas dúvidas, solicitou o pronunciamento da Procuradoria do Município, que exarou alentado parecer a respeito dessa temática.

À luz da presente narrativa, assinale a opção que se harmoniza com as construções teóricas em torno da igualdade.

- a) Os conceitos de igualdade formal e de igualdade material apresentam uma relação de sobreposição, de modo que a ideia do Prefeito não seria harmônica com a Constituição.
- b) O conceito de igualdade, tal qual consagrado na Constituição, não se projeta sobre as políticas públicas a cargo do Poder Executivo.
- c) As ações afirmativas excepcionam a igualdade formal em prol da construção da igualdade material, sendo incorreto afirmar que sempre serão incompatíveis com a Constituição
- d) O conceito constitucionalmente adequado de igualdade é somente aquele de ordem formal, de modo que qualquer tratamento diferenciado entre as camadas da população é inconstitucional.
- e) As ações afirmativas jamais acarretam o surgimento da denominada “discriminação reversa”, logo, a ideia do Prefeito não se mostra incompatível com a Constituição.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os conceitos de “igualdade formal” e “igualdade material” são distintos. Eles não se sobrepõem.

Letra B: errada. As políticas públicas a cargo do Poder Executivo também devem observar o princípio da igualdade.

Letra C: correta. A igualdade material ampara a realização de ações afirmativas pelo Poder Público. Assim, a concessão de direitos sociais a camadas menos favorecidas da população é compatível com a Constituição Federal de 1988.

Letra D: errada. Não se pode dizer que todo tratamento diferenciado entre as camadas da população seja inconstitucional. Tratamentos diferenciados são legítimos, desde que tendentes a realizar a igualdade material.

Letra E: errada. As ações afirmativas têm como objetivo promover uma **discriminação positiva** (“discriminação reversa”), dando um tratamento mais benéfico para camadas menos favorecidas da população.



O gabarito é a letra C.

**4. (FGV / PGE-RO – 2015) Inácio procurou um advogado e decidiu inteirar-se a respeito da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:**

- a) tanto os direitos individuais como os direitos sociais estão incluídos na categoria mais ampla dos “direitos de defesa”;
- b) a justiciabilidade dos direitos sociais, pelo Poder Judiciário, não apresenta nenhuma distinção substancial em relação aos direitos individuais;
- c) os direitos sociais costumam ter sua exigibilidade condicionada à prévia integração pela legislação infraconstitucional;
- d) a denominada “reserva do possível” é aplicada, indistintamente, com igual intensidade, aos direitos individuais e aos sociais;
- e) os direitos sociais, pelas suas próprias características existenciais, não podem ser fruídos por uma única pessoa.

#### Comentários:

Letra A: errada. **Apenas os direitos individuais** são considerados “direitos de defesa”, isto é, protegem os indivíduos contra a ingerência indevida por parte do Estado. Os direitos sociais implicam em atuação positiva do Estado, ofertando bens e serviços aos cidadãos por meio das chamadas políticas públicas.

Letra B: errada. O Poder Judiciário, ao analisar casos concretos envolvendo a concretização dos direitos sociais, deve observar a **cláusula da reserva do possível**. A concretização dos direitos sociais, afinal, depende da existência de recursos financeiros.

Letra C: correta. É isso mesmo. A concretização dos direitos sociais depende da integração legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra D: errada. A cláusula da reserva do possível se aplica à concretização dos **direitos sociais**.

Letra E: errada. Os direitos sociais podem, sim, ser usufruídos por uma pessoa, isoladamente considerada. Por exemplo, uma pessoa, ao se aposentar, usufrui do direito à previdência social.

O gabarito é a letra C.

**5. (FGV / PGE-RO – 2015) Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:**

- a) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- b) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- c) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- d) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;



e) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

#### Comentários:

Letra A: correta. Os direitos sociais são direitos de 2ª geração, que têm como valor-fonte a igualdade. Para concretizá-los, o Estado deverá adotar uma **postura ativa**, ofertando bens e serviços aos indivíduos por meio da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos sociais **podem, sim, beneficiar uma única pessoa**, isoladamente considerada. Por exemplo, quando uma pessoa faz um tratamento de saúde pelo SUS, ela está usufruindo do direito à saúde.

Letra C: errada. A cidadania é um atributo daqueles que estão no **pleno gozo dos direitos políticos** (podem votar e ser votados).

Letra D: errada. Os direitos que asseguram a liberdade são os direitos de 1ª geração.

Letra E: errada. Os brasileiros naturalizados, assim como os estrangeiros, também são titulares de direitos sociais.

O gabarito é a letra A.

#### 6. (FGV / TJ-BA – 2015) A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) sempre exigirão uma omissão por parte dos poderes constituídos;
- b) podem ser vistos como a primeira dimensão ou geração dos direitos fundamentais;
- c) nunca dependem da disponibilidade de recursos financeiros para a sua implementação;
- d) podem exigir o oferecimento de prestações específicas;
- e) somente devem ser atribuídos às pessoas naturais, jurídica e economicamente classificadas como necessitadas.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais envolvem uma atuação positiva do Estado em favor dos indivíduos. Por isso é que são chamados de “liberdades positivas”.

Letra B: errada. Os direitos sociais são direitos de segunda dimensão.

Letra C: errada. A efetivação dos direitos sociais depende, sim, da disponibilidade de recursos financeiros.

Letra D: correta. Os direitos sociais envolvem o oferecimento de prestações específicas pelo Estado. Por exemplo, o Estado irá ofertar saúde e educação às pessoas.

Letra E: errada. Os direitos sociais não são atribuídos apenas às pessoas necessitadas. Todas as pessoas são titulares de direitos sociais.

O gabarito é a letra D.



7. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetam aos:

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.

#### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais do art. 6º, CF/88, são **normas de eficácia limitada**, uma vez que sua concretização depende de regulamentação legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos individuais são “**direitos de liberdade**”, que implicam em uma abstenção do Estado. Portanto, sua concretização independe de recursos financeiros voltados para a execução de políticas públicas. A situação é diferente para os direitos sociais, que demandam recursos financeiros do Estado para serem concretizados.

Letra C: correta. De fato, os direitos sociais **dependem de integração legislativa** para sua máxima concretização.

Letra D: errada. Há vários direitos individuais que são normas de eficácia plena e, portanto, independem de qualquer integração legislativa para produzirem seus efeitos.

Letra E: errada. A concretização dos direitos sociais está sujeita à **cláusula da reserva do possível**. Em outras palavras, os direitos sociais dependem da existência de **recursos financeiros estatais**, os quais são usados na execução de políticas públicas.

O gabarito é a letra C.

8. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetam aos:

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.



### Comentários:

Letra A: errada. Os direitos sociais do art. 6º, CF/88, são **normas de eficácia limitada**, uma vez que sua concretização depende de regulamentação legislativa e, ainda, da execução de políticas públicas.

Letra B: errada. Os direitos individuais são **“direitos de liberdade”**, que implicam em uma abstenção do Estado. Portanto, sua concretização independe de recursos financeiros voltados para a execução de políticas públicas. A situação é diferente para os direitos sociais, que demandam recursos financeiros do Estado para serem concretizados.

Letra C: correta. De fato, os direitos sociais **dependem de integração legislativa** para sua máxima concretização.

Letra D: errada. Há vários direitos individuais que são normas de eficácia plena e, portanto, independem de qualquer integração legislativa para produzirem seus efeitos.

Letra E: errada. A concretização dos direitos sociais está sujeita à **cláusula da reserva do possível**. Em outras palavras, os direitos sociais dependem da existência de **recursos financeiros estatais**, os quais são usados na execução de políticas públicas.

O gabarito é a letra C.

**9. (FGV / Prefeitura de Paulínia – 2015) Paulo perguntou ao seu amigo João o que diferencia os “direitos sociais” dos “direitos e garantias individuais e coletivos”. Como a única resposta que João poderia ter dado, corretamente, é:**

- a) a liberdade de ir e vir é um dos principais direitos individuais;
- b) o direito social é da sociedade, não do indivíduo;
- c) a educação é uma liberdade, logo, um direito individual;
- d) o direito de propriedade é um dos principais direitos sociais;
- e) a proteção da saúde não está prevista entre os direitos sociais.

### Comentários:

Letra A: correta. A liberdade de ir e vir é um direito individual.

Letra B: errada. Os direitos sociais são titularizados por indivíduos.

Letra C: errada. A educação é um direito social.

Letra D: errada. O direito de propriedade é um direito individual.

Letra E: errada. A saúde é um direito social.

O gabarito é a letra A.





**10. (FGV / TJ-SC – 2015) Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:**

I – Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II – O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III – As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente III;
- c) somente I e II;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. **Não se pode dizer** que os direitos individuais se transmudam em direitos sociais. São duas espécies diferentes de direitos fundamentais.

A **segunda assertiva** está correta. O direito de greve **é um direito social**. Apesar disso, não implica em prestação estatal específica. O Estado não precisa formular uma política pública específica para garantir o direito de greve. Perceba que essa é uma situação diversa daquela que ocorre para outros direitos sociais, como a educação e saúde, que são direitos sociais dependentes de prestações estatais.

A **terceira assertiva** está correta. As liberdades clássicas são os direitos de 1ª geração, que buscam **limitar a ação estatal** sobre a esfera individual. São direitos que têm como valor-fonte a “liberdade”.

O gabarito é a letra D.

**11. (FGV / PROCEMPA – 2014) Acerca dos Direitos Sociais Constitucionais, analise as afirmativas a seguir.**

I. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

II. É assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.



Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Ele reproduz a literalidade do art. 6º da Constituição.

A **segunda assertiva** está correta. Trata-se de direito assegurado aos domésticos pelo art. 7º, XIII, c/c parágrafo único, da CF/88.

A **terceira assertiva** está errada. O art. 7º, XXIX, da CF, garante aos trabalhadores rurais e urbanos o direito à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, **até o limite de dois anos** após a extinção do contrato de trabalho.

O gabarito é a letra D.

#### 12. (FGV / Prefeitura de Recife – 2014) No que tange à liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a afirmativa correta.

- a) É livre a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- b) Uma vez aposentado, o indivíduo, ainda que filiado, não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado somente a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical.
- d) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se a sindicato, mas, uma vez filiado, será obrigado a manter-se filiado até a aposentadoria.
- e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

#### Comentários:

Letra A: errada. A Constituição veda, em seu art. 8º, II, a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

Letra B: errada. O inciso VII do art. 8º da CF/88 garante ao **aposentado** filiado o **direito a votar e ser votado** nas organizações sindicais.



Letra C: errada. A Constituição veda a dispensa do empregado sindicalizado **a partir do registro da candidatura** a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna garante a **liberdade de inscrição**, permitindo que os trabalhadores filiem-se ou não a sindicato, e, uma vez filiados, decidam sobre a conveniência de manterem ou não esse vínculo.

Letra E: correta. É o que prevê o inciso I do art. 8º da CF/88.

O gabarito é a letra E.

**13. (FGV / TJ-AM – 2013) Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o art. 7º da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.**

I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.

II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Comentários:**

A **primeira assertiva** está errada. O inciso IV do art. 7º da Constituição prevê como direitos dos trabalhadores o “salário mínimo, fixado em lei, **nacionalmente unificado**, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

A **segunda assertiva** está correta. É o que prevê o inciso XVI do art. 7º da CF/88.

A **terceira assertiva** está correta. O inciso XXX do art. 7º da Constituição garante aos trabalhadores a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

O gabarito é a letra D.



**14. (FGV / TJ-AM – 2013) Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui:**

- a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.
- b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.
- c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.
- e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

**Comentários:**

Letra A: correta. É direito dos trabalhadores participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (art. 7º, XI, CF).

Letra B: errada. A Carta Magna prevê que a duração do trabalho **normal** não será a oito horas diárias e **quarenta e quatro** semanais, **facultada a compensação de horários e a redução da jornada**, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF).

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, CF).

Letra D: correta. No inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, esta proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Letra E: correta. O fundo de garantia do tempo de serviço é direito dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, III, CF).

O gabarito é a letra B.

**15. (FGV / TJ-AM – 2013) Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa incorreta.**

- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

**Comentários:**



Letra A: errada. Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, **salvo se cometer falta grave nos termos da lei**.

Letra B: correta. É isso mesmo! A lei não pode exigir autorização estatal para que seja fundado o sindicato, ressalvado o registro no órgão competente. O Poder Público não pode interferir/intervir na organização sindical.

Letra C: correta. De fato, **é obrigatória a participação dos sindicatos** nas negociações coletivas de trabalho (art.8º, VI).

Letra D: correta. A CF/88 garante o **direito de greve aos trabalhadores**, atribuindo-lhes o poder de decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

Letra E: correta. Segundo o art. 8º, III, ao sindicato cabe a **defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais** da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

O gabarito é a letra A.

**16. (FGV / PC-RJ – 2008) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.**

- a) Estabilidade.
- b) Licença paternidade.
- c) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- d) Participação nos lucros.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

#### Comentários:

A estabilidade não é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais. A resposta é a letra A.



## QUESTÕES COMENTADAS

### Direitos Sociais

**1. (FEPESE / Prefeitura de Rio das Antas – 2018) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988:**

- a) o trabalho, a assistência social e a proteção ao idoso.
- b) o transporte, o lazer e a ressocialização do apenado.
- c) a educação, a saúde e a previdência social.
- d) a segurança, a assistência aos desamparados e o direito de petição.
- e) a proteção à maternidade e à infância, a moradia e a presunção de inocência.

**Comentários:**

Os direitos sociais estão expressamente previstos no art. 6º da Carta Magna, segundo a qual “são direitos sociais a **educação**, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a **previdência social**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. O gabarito é a letra C.

**2. (FUNRIO / AL-RR – 2018) NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o**

- a) alimentação.
- b) lazer.
- c) propriedade.
- d) proteção à maternidade e à infância.

**Comentários:**

Os direitos sociais estão expressamente previstos no art. 6º da Carta Magna: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A propriedade é um direito individual previsto no art. 5º da Constituição. O gabarito é a letra C.

**3. (FUNRIO / CGE-RO – 2018) São inúmeros os projetos pertinentes à mudança dos direitos sociais quer utilizando a lei ordinária ou valendo-se da emenda constitucional. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição encontra-se o:**

- a) fundo de desemprego.
- b) fundo de propagação social.
- c) fundo de preservação social.
- d) fundo de trabalhadores.





e) fundo de garantia do tempo de serviço.

#### Comentários:

O **fundo de garantia do tempo de serviço** é direito social previsto no art. 7º, III, da Constituição. O gabarito é a letra E.

#### 4. (FAFIPA / Fundação Araucária-PR – 2017) De acordo com o disposto expressamente no artigo 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Relação de emprego protegida contra despedida por justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- c) Garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- d) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

#### Comentários:

Letra A: errada. O art. 7º, I, da Carta Magna, assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o direito à “relação de emprego protegida **contra despedida arbitrária ou sem justa causa**, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”.

Letra B: errada. É direito dos trabalhadores o seguro-desemprego, em caso de desemprego **involuntário** (art. 7º, II, CF).

Letra C: errada. A Carta Magna garante salário **nunca inferior ao mínimo** para os trabalhadores que percebem remuneração variável (art. 7º, VII, CF).

Letra D: correta. Trata-se de direito dos trabalhadores assegurado no art. 7º, XXV, CF.

O gabarito é a letra D.

#### 5. (FUNDATEC / Prefeitura de Viamão – 2016) Fábio trabalha na iniciativa privada como vendedor em uma loja de automóveis e recebe sua remuneração mensal somente com base nas vendas que realiza. No entanto, em decorrência da crise que também atingiu o setor automobilístico, Fábio tem recebido como remuneração, em média, o valor correspondente a quinhentos reais por mês. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- I. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- II. Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.
- III. Redução do salário nos casos em que ficar comprovado a incapacidade da empresa em manter a média salarial dos efetivos, em decorrência de crises econômicas generalizadas.

Quais estão INCORRETOS?



- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7º, V, da CF/88.

A **segunda assertiva** está correta. Esse direito está previsto no inciso VII do art. 7º da Constituição.

A **terceira assertiva** está errada. Os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à **irredutibilidade do salário**, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CF).

O gabarito é a letra C.

#### 6. (FEPESE / SJC-SC – 2016) Assinale a alternativa correta sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

- a) É proibida a prática de qualquer espécie de trabalho a menores de dezoito anos.
- b) É vedada a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- c) A distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos deverá ser aferida por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos.
- d) O prêmio do seguro contra acidentes do trabalho contratado pelo empregador exclui a sua responsabilidade civil, mesmo quando incorrer em dolo ou culpa.
- e) O empregador poderá descontar até o limite de dez por cento da remuneração do trabalhador em razão da restrição decorrente de sua deficiência, física ou motora.

#### Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna veda, aos menores de dezoito anos, apenas os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres (art. 7º, XXXIII, CF).

Letra B: correta. É o que dispõe o inciso XXX do art. 7º da CF/88.

Letra C: errada. A Constituição Federal proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (art. 7º, XXXII, CF).

Letra D: errada. O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, não excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII, CF).

Letra E: errada. A Constituição proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (art. 7º, XXXI, CF).



O gabarito é a letra B.

**7. (FUNCAB / PC-PA - 2016) Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:**

- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.
- b) É vedada à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- c) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- d) Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.
- e) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

**Comentários:**

Letra A: errada. A estabilidade sindical se estende **até 1 (um) ano** após o final do mandato (art. 8º, VIII, CF).

Letra B: errada. A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno é direito dos domésticos (art. 7º, parágrafo único, CF).

Letra C: correta. Trata-se da redação da súmula nº 683 do STF, abordada na aula de Administração Pública.

Letra D: errada. A Constituição **veda** a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial (art. 8º, II, CF).

Letra E: errada. A lei **não poderá exigir** autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical (art. 8º, I, CF).

O gabarito é a letra C.

**8. (FUNRIO / IFPA – 2016) Constituem direitos sociais conforme Constituição Federal de 1988, dentre outros, os seguintes:**

- a) a religião, o lazer e a segurança.
- b) o voto, a cultura e a integração nacional.
- c) o trabalho, a moradia e a segurança.
- d) a igualdade tributária, a cultura e a segurança.
- e) a cultura, a religião e o transporte.



### Comentários:

Letra A: errada. A religião não é um direito social.

Letra B: errada. O voto é um direito político. A cultura e a integração nacional não são direitos sociais.

Letra C: correta. Segundo o art. 6º, CF/88, “são direitos sociais *a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados*”.

Letra D: errada. A igualdade tributário é um direito individual. A cultura não é um direito social.

Letra E: errada. A cultura e a religião não são direitos sociais.

O gabarito é a letra C.

### 9. (FUNDATEC / Prefeitura de Nova Bassano – 2015) São direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com o Art. 7º, da Constituição Federal, EXCETO:

- a) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- b) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- e) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

### Comentários:

Letra A: correta. De fato, a gestante tem direito a licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (art. 7º, XVIII, CF).

Letra B: correta. Trata-se de direito previsto no inciso VI do art. 7º da Constituição.

Letra C: errada. Os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até **5 (cinco) anos de idade** em creches e pré-escolas (art. 7º, XXV, CF).

Letra D: correta. Esse direito está previsto no inciso IX do art. 7º da CF/88.

Letra E: errada. O direito às férias anuais remuneradas está garantido no inciso XVII do art. 7º da Carta Magna.

O gabarito é a letra C.

### 10. (FUNCAB / MPOG – 2015) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que corresponde a um direito social constitucionalmente previsto.

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta e cinco dias, nos termos da lei.



- b) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- c) Proibição de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- d) Irredutibilidade de salário, mesmo em face de convenção ou acordo coletivo.
- e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

#### Comentários:

Letra A: errada. É direito social previsto no art. 7º, XXI, da CF/88, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de **trinta dias**, nos termos da lei.

Letra B: correta. É o que dispõe o art. 7º, XXXIV, da Constituição.

Letra C: errada. A Carta Magna prevê a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de **qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos**, salvo na condição de **aprendiz, a partir de quatorze anos** (art. 7º, XXXIII, CF).

Letra D: errada. A Constituição prevê como direito social a irredutibilidade do salário, **salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo** (art. 7º, VI, CF).

Letra E: errada. O seguro-desemprego só é garantido em caso de desemprego involuntário (art. 7º, II, CF).

O gabarito é a letra B.

#### 11. (FUNCAB / PC-AC – 2015) A alternativa que enumera corretamente quatro direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal vigente é:

- a) vida, felicidade, educação e segurança.
- b) paz, alimentação, propriedade e lazer.
- c) alimentação, trabalho, moradia e lazer.
- d) educação, saúde, seguridade social e felicidade.
- e) alimentação, trabalho, moradia e propriedade.

#### Comentários:

O art. 6º da Constituição, após a Emenda Constitucional nº 90, de 2015, prevê que são direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o **trabalho**, a **moradia**, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. A EC nº 90/2015 incorporou o transporte ao rol de direitos sociais garantidos no art. 6º da CF/88. O gabarito é a letra C.

#### 12. (FEPESE / Prefeitura de Balneário Camboriú – 2015) Assinale a alternativa que indica corretamente um dos instrumentos por meio do qual é exercida a soberania popular.

- a) aprovação



- b) referendo
- c) ratificação
- d) medida provisória
- e) decreto autônomo

**Comentário:**

De acordo com a previsão expressa da Constituição Federal, “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: i) plebiscito; ii) **referendo**; iii) iniciativa popular” (art. 14, II, CF). O gabarito é a letra B.

**13. (FUNRIO / IFBA – 2015) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,**

- a) o seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) a garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- c) o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- d) a remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

**Comentários:**

Letra A: errada. O seguro desemprego é devido em caso de desemprego **involuntário**.

Letra B: errada. A CF/88 prevê que aqueles que percebem remuneração variável **não podem** receber salário inferior ao mínimo.

Letra C: correta. O décimo terceiro salário é determinado com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria (art. 7º, VIII, CF/88).

Letra D: errada. A remuneração do trabalho noturno é superior à do diurno.

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário é superior, no mínimo, a 50% do normal.

O gabarito é a letra C.

**14. (FUNRIO / IFBA – 2015) Quanto aos sindicatos e à associação sindical, a Constituição Federal de 1988 estabelece que**

- a) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
- b) a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- c) todo trabalhador é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exceto em questões judiciais.



e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

#### Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 8º, I, CF/88, *“a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”*.

Letra B: errada. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI, CF/88).

Letra C: errada. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato (art. 8º, V, CF/88).

Letra D: errada. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Letra E: errada. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais (art. 8º, VII, CF/88).

O gabarito é a letra A.

#### 15. (FUNRIO / UFRB – 2015) Com relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta dias, nos termos da lei.
- b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.
- d) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.
- e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

#### Comentários:

Letra A: errada. O aviso prévio terá, no mínimo, **30 dias**.

Letra B: errada. A assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas se dará desde o nascimento **até 5 anos de idade**.

Letra C: correta. É direito dos trabalhadores a *“participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”* (art. 7º, XI, CF/88).





Letra D: errada. É direito dos trabalhadores a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com **prazo prescricional de cinco anos** para os trabalhadores urbanos e rurais, **até o limite de três anos** após a extinção do contrato de trabalho.

Letra E: errada. A CF/88 estabelece uma proibição de qualquer trabalho **aos menores de 16 anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

O gabarito é a letra C.

**16. (FUNRIO / UFRB – 2015) É livre a associação profissional ou sindical, nos termos da Constituição Federal, sendo correto afirmar que**

I) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

a) todas as opções estão corretas.

b) somente as opções I, II e III estão corretas.

c) somente as opções III, IV e V estão corretas.

d) somente as opções II, III e IV estão corretas.

e) somente as opções I, III e V estão corretas.

**Comentários:**

A **primeira assertiva** está correta. É o que está previsto no art. 8º, I, CF/88. A criação de sindicato independe de autorização estatal, ressalvado o registro no órgão competente. Além disso, é vedado ao Poder Público a interferência e intervenção na organização sindical.

A **segunda assertiva** está correta. Segundo o art. 8º, II, CF/88, “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Esse é o princípio da **unicidade sindical**.

A **terceira assertiva** está correta. O sindicato tem a função de defender os direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.



A **quarta assertiva** está correta. É exatamente o que está previsto no art. 8º, IV, CF/88. A assembleia geral do sindicato irá fixar a contribuição confederativa, que tem natureza não-tributária. Além desta, existe a contribuição sindical, prevista em lei e que, portanto, tem natureza tributária.

A **quinta assertiva** está correta. Pelo princípio da liberdade sindical, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

O gabarito é a letra A.

**17. (FUNRIO / IFBA – 2014) Considerando o que prevê a Constituição Federal, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais está indicado na seguinte alternativa:**

- a) o aviso prévio, com antecedência de no mínimo de trinta dias, proporcional ao tempo de serviço, nos termos da lei.
- b) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
- c) a jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.
- e) o repouso semanal remunerado, aos domingos.

**Comentários:**

Letra A: correta. O aviso prévio será proporcional ao tempo de serviço, tendo, no mínimo, 30 dias.

Letra B: errada. A assistência gratuita em creches e pré-escolas é devida desde o nascimento **até os 5 anos de idade**.

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores a **jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento**, salvo negociação coletiva.

Letra D: errada. A **negociação coletiva de trabalho** é que pode flexibilizar a irredutibilidade do salário. O contrato de trabalho não pode fazer isso.

Letra E: errada. O repouso semanal remunerado será **preferencialmente** aos domingos.

O gabarito é a letra A.

**18. (FEPESE / MPE-SC – 2014) Assinale a alternativa correta.**

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração percebida na empresa e repouso semanal remunerado aos domingos.



- c) Todas as gestantes têm direito à licença remunerada, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.
- e) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

#### Comentários:

Letra A: correta. É exatamente o que dispõe o art. 6º, CF/88.

Letra B: errada. Segundo o art. 7º, XI, CF/88, é direito social dos trabalhadores a **participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração**, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Letra C: errada. A duração da licença à gestante é de **120 dias**.

Letra D: errada. O menor poderá trabalhar como aprendiz **a partir dos 14 anos**.

Letra E: errada. Segundo o art. 8º, I, CF/88, “a lei **não poderá exigir autorização do Estado** para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

O gabarito é a letra A.

#### 19. (FEPESE / TCE-SC – 2014) Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais.

1. É vedada a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
2. É assegurado o pagamento de seguro-desemprego, em caso de despedida por justa causa.
3. É assegurado o direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
4. O repouso semanal remunerado deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) É correta apenas a afirmativa 1.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

#### Comentários:



A **primeira assertiva** está correta. É o que reza o art. 7º, XXXII, da CF.

A **segunda assertiva** está errada. A Carta Magna garante o direito ao seguro-desemprego nos casos de **dispensa involuntária** (art. 7º, II, CF). Não há qualquer disposição no sentido de assegurar este direito em caso de demissão por justa causa.

A **terceira assertiva** está errada. O examinador inverteu os prazos contidos no art. 7º, XXIX, da Constituição. Não confunda: o prazo para a prescrição é de **cinco anos** (quinquenal), enquanto **dois anos** é o prazo para que o trabalhador ajuíze a ação trabalhista.

A **quarta assertiva** está errada. O repouso semanal remunerado deve acontecer, **preferencialmente, aos domingos** (art. 7º, XV, CF).

O gabarito é a letra A.

**20. (FUNDATEC / Prefeitura de Vacaria – 2014) De acordo com Art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais, EXCETO:**

- a) Educação.
- b) Saúde.
- c) Alimentação.
- d) Inviolabilidade da vida privada.
- e) Moradia.

**Comentários:**

O art. 6º da Carta Magna dispõe que são direitos sociais a **educação**, a **saúde**, a **alimentação**, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição. O gabarito é a letra D.

**21. (FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos expressamente no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 estão:**

- a) o fundo de garantia do tempo de serviço e a licença-paternidade.
- b) o décimo terceiro salário e a igualdade na remuneração dos trabalhos noturno e diurno.
- c) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.
- d) a garantia do salário mínimo, exceto para os que recebem remuneração variável, e a aposentadoria.

**Comentários:**

Letra A: correta. Ambos os direitos são assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais no art. 7º da Constituição.



Letra B: errada. A Carta Magna assegura que a remuneração do trabalho noturno será superior à do diurno (art. 7º, IX, CF).

Letra C: errada. O seguro-desemprego só é garantido em caso de desemprego involuntário (art. 7º, II, CF).

Letra D: errada. A Constituição Federal assegura que aqueles que percebem remuneração variável nunca terão salário inferior ao mínimo (art. 7º, VII, CF).

O gabarito é a letra A.

## 22. (FUNCAB / PC-ES – 2013 - Adaptada) São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:

- a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- c) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) o direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.
- e) a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

### Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, **são direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A resposta, portanto, é a letra A.

## 23. (FUNCAB / ANS – 2013) Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) a localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.
- b) não cabe o ajuizamento do Mandado de Injunção, quando houver a omissão do Poder Público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e, consequentemente, inviabilize seu exercício.
- c) a Constituição Federal proclama serem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) os róis dos direitos sociais enumerados taxativamente no capítulo II do título II do texto constitucional esgotam os direitos constitucionais dos trabalhadores.
- e) o direito de greve dos servidores públicos civis entra em vigor imediatamente, não dependendo seu exercício de lei ordinária específica.

### Comentários:



Letra A: errada. Essa era uma questão difícil! O art. 5º, § 1º, CF/88 determina que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **aplicação imediata**. A pergunta que se faz, então, é a seguinte: o art. 5, § 1º, é aplicável também aos direitos sociais? A resposta é positiva. Os direitos sociais estão subordinados a essa regra de autoaplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais.

Letra B: errada. O mandado de injunção é cabível diante de **omissão do Poder Público** que impeça o exercício de direito previsto na Constituição. Assim, se o Poder Público deixar de regulamentar norma que preveja um direito social, será cabível mandado de injunção.

Letra C: correta. É exatamente o que prevê o art. 6º, CF/88. São **direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Letra D: errada. Há outros direitos dos trabalhadores espalhados pelo texto constitucional. O art. 201, CF/88, por exemplo, trata da previdência social, que é um importante direito dos trabalhadores.

Letra E: errada. O direito de greve dos servidores públicos é uma norma constitucional de **eficácia limitada**. Ele **depende de regulamentação** para que possa ser usufruído.

**24. (FUMARC/ PC-MG – 2013) A Constituição Federal de 1988 traz previsão expressa no sentido de que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Logo depois, relaciona como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:**

- a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- b) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.
- c) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- d) Licença paternidade, nos termos fixados em lei.

#### Comentários:

O repouso semanal remunerado dar-se-á **preferencialmente aos domingos**, nos termos do art. 7º, XV, da Constituição. O gabarito é a letra B.

**25. (FADESP / MPE-PA – 2012) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, sem previsão de indenização compensatória.
- b) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.
- c) a proteção em face da automação, na forma da lei.
- d) o repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.

#### Comentários:



Letra A: errada. Caso ocorra despedida arbitrária ou sem justa causa, haverá direito à indenização compensatória, nos termos da lei complementar (art. 7º, I, CF).

Letra B: errada. A duração do trabalho normal não pode superior a quarenta e quatro horas semanais (art. 7º, XIII, CF).

Letra C: correta. É o que determina o art. 7º, XXVII, da CF/88.

Letra E: errada. O repouso semanal remunerado deve se dar **preferencialmente** aos domingos (art. 7º, XV, CF).

O gabarito é a letra C.

## 26. (FUNDATEC / CEEERS – 2010) Assinale a alternativa que não está de acordo com os Direitos Sociais.

- a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesesseis anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
- e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

### Comentários:

A questão cobra o conhecimento dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos na Constituição.

Letra A: correta. É o que prevê o inciso XXVIII do art. 7º da Carta Magna.

Letra B: correta. Trata-se da literalidade do inciso XXV do art. 7º da Constituição, após redação dada pela EC nº 53/06.

Letra C: errada. A CF/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 7º, XXXIII, CF).

Letra D: correta. A Constituição assegura (art. 7º, XVIII) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

Letra E: correta. Tem-se a literalidade do art. 7º, XII, da Constituição.

O gabarito é a letra C.

## 27. (FEPESE / Prefeitura Balneário Camboriú – 2010) Com base nas disposições constitucionais, constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais:





- a) Irredutibilidade do salário, sem ressalva.
- b) Seguro contra os acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- c) Relação de emprego protegida contra a despedida, com ou sem justa causa, mediante previsão de indenização compensatória.
- d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

#### Comentários:

Letra A: errada. É possível a redução salarial, desde que por negociação coletiva.

Letra B: correta. O seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, não exclui a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Letra C: errada. A relação de emprego é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Não se protege a relação de emprego contra despedida por justa causa.

Letra D; errada. A duração da licença à gestante é de 120 dias.

Letra E: errada. É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

#### 28. (FADESP / Pref. Castanhal-PA – 2012) A respeito de associação profissional ou sindical, assinale a resposta correta.

- a) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um distrito Municipal.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- c) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.
- d) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

#### Comentários:

A Carta Magna determina que “é vedada a criação de **mais de uma** organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos



trabalhadores ou empregadores interessados, **não podendo ser inferior à área de um Município**” (art. 8º, II, CF). A letra B é o gabarito.

**29. (FUNDATEC / Câmara de Porto Alegre – 2012) Considerando as regras da Constituição da República Federativa do Brasil sobre os Direitos Sociais, analise as seguintes afirmativas:**

- I. É vedada a redução de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- II. A duração do trabalho normal não deverá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais.
- III. As férias serão remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

**Comentários:**

A **primeira assertiva** está correta. De fato, a Carta Magna assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CF).

A **segunda assertiva** está errada. A Carta Magna prevê a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e **quarenta e quatro semanais**, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XIII, CF).

A **terceira assertiva** está correta. Trata-se de direito previsto no art. 7º, XVII, da CF/88.

O gabarito é a letra D.

**30. (FUNDATEC / Advogado Pref. Sapucaia do Sul – 2012) – As chamadas ‘ações afirmativas’ ou ‘discriminações positivas’ são colocadas no Direito Constitucional como relacionadas ao princípio da:**

- a) legalidade.
- b) igualdade ou isonomia.
- c) proporcionalidade.
- d) liberdade de expressão e de pensamento.
- e) liberdade de iniciativa econômica.

**Comentários:**

As ações afirmativas buscam realizar a igualdade material, ao tratar desigualmente aqueles que estão, em termos concretos, em situação desigual. A resposta é a letra B.



**31. (FUNDATEC / PROCERGS – 2012) Com a Constituição da República de 1988, o serviço extraordinário passou a ser remunerado com adicional de, no mínimo,**

- a) 30% (trinta por cento).
- b) 35% (trinta e cinco por cento).
- c) 40% (quarenta por cento).
- d) 45% (quarenta e cinco por cento).
- e) 50% (cinquenta por cento).

**Comentários:**

A CF/88 assegura remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (art. 7º, XVI). A letra E é o gabarito.

**32. (FUNIVERSA / Seplag DF – 2010) É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988:**

- a) a liberdade de associação e de religião.
- b) a proteção do meio ambiente.
- c) a proteção da saúde e da educação.
- d) a proteção da paz mundial.
- e) o mandado de segurança.

**Comentários:**

Cobra-se o conhecimento do art. 6º da Constituição, segundo o qual são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A letra C é o gabarito.

**33. (FUNIVERSA / PC-GO – 2010 - Adaptada) Caracterizam-se os direitos e as garantias fundamentais como uma árdua conquista dos cidadãos no decorrer dos tempos, mas que, nem pelo fato de sua previsão, têm garantida sua efetividade no âmbito social, sendo este o maior problema vigente no que diz respeito à matéria posta. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) Constam, exaustivamente, como direitos sociais expressos do texto constitucional vigente a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) O salário-família é concedido aos dependentes de todos os trabalhadores, públicos ou privados, desde que estes tenham vínculo formal de emprego.
- c) É pleno o exercício do direito de greve dos servidores públicos.
- d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.



### Comentários:

Letra A: errada. O rol de direitos sociais previsto na Constituição não é exaustivo, mas exemplificativo.

Letra B: errada. O salário-família é concedido aos dependentes apenas dos trabalhadores de baixa renda.

Letra C: errada. O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada, dependendo, para seu exercício, da edição de lei regulamentadora.

Letra D: correta. É o que prevê o inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

O gabarito é a letra D.



## QUESTÕES COMENTADAS

### Direitos Sociais

1. (IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Apresenta-se como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, constitucionalmente assegurado:

- a) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- b) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, vedada a participação na gestão da empresa
- c) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que deve prever ressarcimento e reintegração, dentre outros direitos
- d) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário

#### Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o inciso XXIX do art. 7º da Carta Magna.

Letra B: errada. A Carta Magna prevê que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, **excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei** (art. 7º, XI, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, **nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos** (art. 7º, I, CF).

Letra D: errada. O seguro-desemprego é assegurado aos trabalhadores em caso de desemprego **involuntário** (art. 7º, II, CF).

O gabarito é a letra A.

2. (IADES / CAU-RO – 2018) O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar o tema 982 dos recursos repetitivos, entendeu que, quando comprovada a necessidade de assistência permanente de terceiro, é devido o acréscimo de 25%, previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/1991, a todas as modalidades de aposentadoria pagas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (STJ – 1ª Seção, REsp: 1.720.805-RJ e 1648305-RS, Rel. para acórdão: Min. Regina Helena Costa, julgados em 23/8/2018).

A referida decisão aborda, de forma aplicada, a previdência social. A esse respeito, nos termos constitucionais, a previdência social é um

- a) direito social.
- b) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.



- c) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) remédio constitucional.
- e) direito de nacionalidade.

#### Comentários:

A previdência social é um direito social, com previsão no art. 6º da Carta Magna. O gabarito é a letra A.

### 3. (IADES / Correios – 2017) O artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a (o)

- a) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.
- b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) seguro-desemprego, em caso de demissão voluntária.
- d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos sábados e aos domingos.
- e) remuneração do trabalho noturno equivalente à do diurno.

#### Comentários:

Letra A: errada. O inciso XXXII do art. 7º da CF/88 **proíbe a distinção** entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

Letra B: correta. É o que prevê o inciso VI do art. 7º da CF/88.

Letra C: errada. A Carta Magna assegura o direito ao seguro-desemprego apenas em caso de desemprego **involuntário** (art. 7º, II, CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado deve ocorrer **preferencialmente aos domingos** (art. 7º, XV, CF).

Letra E: correta. A remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno (art. 7º, IX, CF).

O gabarito é a letra B.

### 4. (IADES / PM-DF – 2017) A Constituição Federal prevê, como direitos sociais,

- a) educação, transporte e lazer.
- b) água, saúde e trabalho.
- c) energia elétrica, segurança e previdência social.
- d) assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à juventude.
- e) proteção à paternidade e à infância.

#### Comentários:



Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. O gabarito é a letra A.

**5. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o prazo nela prevista para a licença gestante.**

- a) 150 dias para todas as trabalhadoras
- b) 180 dias para todas as trabalhadoras
- c) 120 dias para todas as trabalhadoras
- d) 120 dias apenas para trabalhadoras do setor privado
- e) 180 dias apenas para trabalhadoras do setor público

**Comentários:**

A Carta Magna assegura o direito à licença à gestante de 120 dias para todas as trabalhadoras urbanas e rurais, inclusive para as domésticas e servidoras públicas (art. 7º, XVIII, c/c art. 7º, parágrafo único e art. 39, § 3º, CF). O gabarito é a letra C.

**6. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a liberdade de associação profissional ou sindical.**

- a) É obrigatória a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado ou território
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exclusivamente em questões judiciais
- d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas
- e) Todo trabalhador será obrigado a filiar-se a sindicato

**Comentários:**

Letra A: errada. A Carta Magna veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial (art. 8º, II, CF).

Letra B: correta. É o que determina o art. 8º, II, da Constituição.

Letras C e D: erradas. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses da categoria tanto em questões judiciais quanto em administrativas (art. 8º, III, CF).

O gabarito é a letra B.





**7. (IBFC / EBSERH – 2017) Considere as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada qualquer disposição em contrário.

**Comentários:**

A questão cobra vários direitos sociais dos trabalhadores, previstos no art. 7º da Constituição.

A letra E é a única alternativa errada. O inciso XV do referido dispositivo permite que a jornada de trabalho seja aumentada no trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, por meio de **negociação coletiva**.

**8. (IBFC / EBSERH – 2017) A Constituição Federal estabelece que é livre a associação profissional ou sindical, observadas certas regras. Com base nisso, assinale a alternativa correta.**

- a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, garantida ao Poder Público a interferência na organização sindical.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e vedada no âmbito administrativo.
- d) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva em equiparação de valores da contribuição prevista em lei;
- e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**Comentários:**

Letra A: errada. A Carta Magna veda que o Poder Público interfira na organização sindical (art. 8º, I, CF).



Letra B: errada. A base territorial do sindicato não pode ser inferior à área de um **Município** (art. 8º, II, CF).

Letra C: errada. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses **coletivos ou individuais da categoria, inclusive** em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III, CF).

Letra D: errada. A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, **independentemente da contribuição prevista em lei** (art. 8º, IV, CF).

Letra E: correta. É o que determina o inciso VIII do art. 8º da CF/88.

O gabarito é a letra E.

**9. (IBFC / TJ-PE – 2017) Assinale a alternativa que não indica Direitos Sociais dispostos no texto constitucional.**

- a) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos
- b) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa
- c) Irredutibilidade do salário, mesmo na existência de convenção ou acordo coletivo
- d) Licença-paternidade
- e) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

**Comentários:**

Letra A: correta. Esse direito está previsto no art. 7º, XV, da Constituição.

Letra B: correta. O art. 7º, I, da Carta Magna, determina que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”.

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a “irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo” (art. 7º, VI, CF).

Letra D: correta. A licença-paternidade está garantida no art. 7º, XIX, da Constituição.

Letra E: correta. O inciso XI do art. 7º da CF/88 assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a “participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”.

O gabarito é a letra C.

**10. (IESES / ALGÁS – 2017) Sobre os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:**



- a) É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) Não é obrigatória e nem assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- d) É livre a associação profissional ou sindical, observado que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

#### Comentários:

Letra A: errada. É o contrário! A Carta Magna veda a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei (art. 8º, VIII, CF).

Letra B: errada. A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é obrigatória (art. 8º, VI, CF).

Letra C: errada. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação (art. 10, CF).

Letra D: correta. É o que determina o art. 8º, I, da CF/88.

O gabarito é a letra D.

#### **11. (IESES / CRMV-SC – 2017) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal:**

- a) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não podendo ser aceito quaisquer negociações para sua majoração.
- b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e o aumento da jornada, mediante somente tratado em dissídio coletivo de trabalho.
- c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

#### Comentários:



Letra A: errada. A Carta Magna admite que haja majoração dessa jornada por meio de negociação coletiva (art. 7º, XIV, CF).

Letra B: errada. É direito dos trabalhadores a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e **quarenta e quatro semanais**, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, **mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho** (art. 7º, XIII, CF).

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento **até 5 (cinco) anos de idade** em creches e pré-escolas (art. 7º, XXV, CF).

Letra D: correta. É o que determinam os incisos I e II do art. 7º da Constituição.

O gabarito é a letra D.

**12. (IESES / TJ-PA -2016) Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:**

- a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- b) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
- d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

**Comentários:**

Letra A: errada. É o contrário. A remuneração do trabalho noturno é maior que a do diurno (art. 7º, IX, CF).

Letra B: correta. É o que prevê o inciso XVI do art. 7º da Constituição.

Letra C: errada. É direito dos trabalhadores o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, **um terço** a mais do que o salário normal (art. 7º, XVII, CF).

Letra D: errada. A Carta Magna garante a jornada de **seis** horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (art. 7º, XIV, CF).

O gabarito é a letra B.

**13. (IBEG / Prefeitura Teixeira de Freitas/BA – 2016) Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva. Assim, diferentemente dos direitos a liberdade, os direitos sociais se realizam por meio de atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, por isso tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo.**

**São direitos sociais previstos expressamente como tais na Constituição Federal:**



- a) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) A educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.
- c) A educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.
- d) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada.
- e) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

#### Comentários:

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O gabarito é a letra A.

#### 14. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Assinale a alternativa INCORRETA com base nas regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais.

- a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado da federação.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

#### Comentários:

Letra A: correta. Segundo o art. 8º, I, CF/88, a lei não pode exigir autorização estatal para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente. Além disso, cabe destacar que é vedada a interferência e a intervenção estatal na organização sindical.

Letra B: errada. Segundo o art. 8º, II, CF/88, “*é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município*”. É o princípio da unicidade sindical.



Letra C: correta. O sindicato tem competência para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas (art. 8º, III, CF/88).

Letra D: correta. Segundo o art. 8º, V, CF/88, *“ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado”*. Por sua vez, o art. 8º, VII, CF/88, prevê que *“o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais”*.

Letra E: correta. O art. 8º, VII, CF/88, prevê a estabilidade sindical. Segundo esse dispositivo, *“é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”*.

O gabarito é a letra B.

**15. (IADES / CRC-MG – 2015) A Constituição Federal dispõe acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, como o direito social. A esse respeito, assinale a alternativa que indica um direito social.**

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 33 dias.
- b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.
- c) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração.
- d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

**Comentários:**

Letra A: errada. O tempo mínimo de aviso prévio é de **trinta** dias, e não trinta e três (art. 7º, XXI, CF).

Letra B: errada. A licença à gestante tem duração prevista na Constituição de **120** dias (art. 7º, XVIII, CF).

Letra C: errada. A participação nos lucros ou resultados é **desvinculada** da remuneração (art. 7º, XI, CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado se dá preferencialmente aos **domingos** (art. 7º, XV, CF).

Letra E: correta. É o que prevê o art. 7º, XXV, da Constituição.

O gabarito é a letra E.

**16. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais e assinale a alternativa correta.**

- a) O trabalhador tem proteção do salário na forma da lei, constituindo ilícito civil sua retenção intencional.
- b) O trabalhador tem direito e proteção da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, apenas mediante acordo individual de trabalho.
- c) O trabalhador tem direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço até o máximo de trinta dias.





d) É prevista a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

e) O trabalhador tem direito a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

#### Comentários:

Letra A: errada. A retenção dolosa do salário é considerada **crime** (ilícito penal).

Letra B: errada. A duração do trabalho normal não será superior a 8 horas diárias e **44 horas semanais**, sendo facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante **acordo ou convenção coletiva de trabalho**.

Letra C: errada. O aviso prévia tem o **período mínimo** de 30 dias.

Letra D: errada. A CF/88 **proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos**. Aos menores de 16 anos, é vedado o exercício de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, **a partir de 14 anos**.

Letra E: correta. Segundo o art. 7º, XIV, CF/88, é direito dos trabalhadores a “jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva”.

O gabarito é a letra E.

#### 17. (IESES / TRE-MA – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I. Fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

III. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

IV. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

V. Piso salarial proporcional à extensão, duração e à complexidade do trabalho.





Estão corretas apenas as afirmações:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) II, III e IV estão corretas.
- c) I, II e III estão corretas.
- d) I, III, IV e V estão corretas.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. É o que dispõem os incisos III, IV e V do art. 7º da Constituição.

A **segunda assertiva** está correta. É o que determinam os incisos VIII, IX, X e XI do art. 7º da CF/88.

A **terceira assertiva** está correta. É o que preveem os incisos XIII, XV, XVII e XIX do art. 7º da Constituição.

A **quarta assertiva** está errada. O seguro-desemprego é devido apenas no caso de **desemprego involuntário** (art. 7º, II, CF).

A **quinta assertiva** está errada. O piso salarial não tem relação com a duração do trabalho (art. 7º, V, CF).

O gabarito é a letra C.

#### 18. (IESES / TRT 14ª Região – 2014) No tocante à associação sindical, considere:

I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

#### Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. De acordo com o art. 8º, I, da CF/88, a lei **não poderá exigir autorização do Estado** para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.



A **segunda assertiva** está correta. É o que prevê o inciso II do art. 8º da Constituição, que trata do **princípio da unicidade da organização sindical**.

A **terceira assertiva** está correta. Tem-se a literalidade do inciso VII do art. 8º da CF/88.

A **quarta assertiva** está errada. Segundo o art. 11 da Constituição, nas empresas de **mais de duzentos empregados**, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

O gabarito é a letra D.

**19. (IBFC / SEDS-MG – 2014) NÃO é direito social expressamente previsto na Constituição Federal:**

- a) Saúde.
- b) Previdência social.
- c) Moradia.
- d) Proteção à juventude.

**Comentários:**

Segundo o art. 6º, CF/88, são direitos sociais “a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a **previdência social**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

A proteção à juventude não é um direito social expresso na CF/88. O gabarito é a letra D.

**20. (IBFC / SEDS-MG – 2014) No que se refere aos direitos sociais, indique a alternativa CORRETA:**

- a) Somente através de lei alguém poderá ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- d) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**Comentários:**

Letra A: errada. Segundo o art. 8º, V, CF/88, “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”.

Letra B: errada. É **obrigatória** a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI, CF/88).

Letra C: correta. De fato, o aposentado filiado tem **direito a votar e ser votado** nas organizações sindicais (art. 8º, VII, CF/88).



Letra D: errada. Segundo o art. 8º, VIII, CF/88, “é vedada a dispensa do empregado sindicalizado **a partir do registro da candidatura** a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, **até um ano após o final do mandato**, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”.

O gabarito é a letra C.

**21. (IADES /EBSERH – 2014) No que se refere à efetividade na aplicação dos direitos sociais, conforme previsão do art. 6o da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- a) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.
- b) A localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e às garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político recém criado, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal, remunerado aos domingos.
- e) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em 70%.

**Comentários:**

Letra A: correta. É o que determina o art. 7º, XVII, da CF/88.

Letra B: errada. Os direitos sociais, assim como os demais direitos fundamentais, sujeita-se à regra da **autoaplicabilidade** das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais (art. 5º, § 1º, CF).

Letra C: errada. Somente partidos políticos com **representação no Congresso Nacional** podem impetrar mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, “a”, CF).

Letra D: errada. O repouso semanal remunerado é garantido **preferencialmente** ( e não necessariamente!) aos domingos (art. 7º, XV, CF).

Letra E: errada. A remuneração do serviço extraordinário é, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior à normal (art. 7º, XVI, CF).

O gabarito é a letra A.

**22. (IADES / CONAB – 2014) Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de**

- a) 30 empregados.



- b) 50 empregados.
- c) 100 empregados.
- d) 200 empregados.
- e) 500 empregados.

**Comentários:**

A questão cobra o conhecimento do art. 11 da Constituição, segundo o qual “nas empresas de mais de **duzentos** empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores”. O gabarito é a letra D.



## LISTA DE QUESTÕES

### Direitos Sociais

**1. (FCC/ TRF 3ª Região -2019) Edineia, trabalhadora urbana, foi dispensada sem justa causa de seu emprego e entende que possui créditos resultantes dessa relação de trabalho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Edineia tem direito de propor ação, em face de seu ex-empregador,**

- a) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- c) a qualquer tempo, uma vez que o direito ao trabalho é um direito fundamental e, portanto, imprescritível.
- d) com prazo prescricional de dez anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- e) com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

**2. (FCC / TRF 4ª Região – 2019) Considere:**

- I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- a) III e IV, apenas.
- b) I,II,III eIV.
- c) I e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**3. (FCC / SEMEF Manaus – 2019) Depois de um longo período de desemprego, José da Silva foi contratado pela empresa Lar Doce Lar Ltda. para trabalhar como vendedor em uma loja de materiais de construção. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, José da Silva fará jus**

- a) à participação nos lucros, ou resultados, vinculada à sua remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- b) à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- c) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.



d) à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

e) ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta e cinco dias, nos termos da lei.

**4. (FCC / MPE-PE – 2018) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,**

a) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.

b) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.

c) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

**5. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Em sede de ação de alimentos ajuizada pelos filhos em face do pai, a pensão alimentícia respectiva é fixada em 3 salários mínimos para cada um, por decisão de primeira, confirmada em segunda instância. Por discordar da fixação do valor de modo atrelado ao salário-mínimo, o pai deixa de efetuar o pagamento, por meses consecutivos, o que enseja o requerimento e consequente decretação de prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentícia. Nesse caso, à luz dos elementos fornecidos e consideradas a disciplina constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes:**

a) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, embora seja lícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, por se tratar de hipótese de prisão civil expressamente admitida pela Constituição.

b) tanto a fixação da pensão alimentícia quanto a decretação da prisão pelo respectivo inadimplemento são legítimas, não havendo que se falar em coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

c) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, razão pela qual é justificada a recusa ao pagamento e, consequentemente, ilícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

d) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, pelo Supremo Tribunal Federal, em virtude de tratado internacional em matéria de direitos humanos do qual a República Federativa do Brasil é signatária, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

e) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, conforme



súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao pai ajuizar reclamação perante aquela Corte pelo seu descumprimento.

**6. (FCC / TRT 2ª Região – 2018) Ao disciplinar o regime jurídico dos servidores públicos de determinado Estado, a lei estadual respectiva, editada sob a vigência da Constituição brasileira de 1988, estabeleceu, para a servidora pública que viesse a obter a guarda de criança em sede de processo judicial de adoção, direito à licença maternidade de 60 dias, prorrogável uma vez por prazos variáveis conforme a idade da criança adotada, até o máximo de 45 dias. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a disciplina criada pela lei estadual em questão é:**

a) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

b) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de reclamação, perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.

c) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

d) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de reclamação perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.

e) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, não cabendo, no entanto, ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.

**7. (FCC / TST – 2017) Lei ordinária federal que disponha sobre as condições para concessão de seguro-desemprego aos empregados domésticos, em caso de desemprego involuntário, será:**

a) incompatível com a Constituição Federal, que não assegura aos empregados domésticos direito ao seguro-desemprego.

b) incompatível com a Constituição Federal, por cuidar de matéria que não se insere dentre as competências legislativas privativas da União.

c) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre matéria reservada à lei complementar.

d) incompatível com a Constituição Federal, por versar sobre direito que é assegurado aos empregados domésticos independentemente de regulamentação legal.

e) compatível com a Constituição Federal.

**8. (FCC / TST – 2017) Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos em órgão legislativo de determinado Estado, reunidos em praça pública para se manifestarem contra a falta de ética na política,**





**deliberaram constituir um sindicato, bem como promover uma paralisação de suas atividades, tão logo organizados em associação sindical. Nos termos da Constituição Federal, referidos servidores públicos**

- a) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, mas estão autorizados a constituir sindicato e a realizar greve.
- b) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, nem estão autorizados a constituir sindicato, mas sim a realizar greve.
- c) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- d) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização ou aviso prévio à autoridade competente, desde que pacífica, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- e) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, assim como estão autorizados a constituir sindicato e, observados os termos e limites definidos em lei, a realizar greve.

**9. (FCC / TRE-SP – 2017) Os direitos ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal e à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, são todos assegurados, na Constituição Federal, aos**

- a) trabalhadores urbanos e rurais, mas não aos domésticos, nem aos servidores ocupantes de cargo público.
- b) trabalhadores urbanos e rurais, bem como aos domésticos e aos servidores ocupantes de cargo público.
- c) trabalhadores urbanos e rurais, bem como aos domésticos, mas não aos servidores ocupantes de cargo público.
- d) trabalhadores domésticos, mas não aos urbanos e rurais, nem aos servidores ocupantes de cargo público.
- e) servidores ocupantes de cargo público, mas não aos trabalhadores urbanos e rurais, nem aos domésticos.

**10. (FCC / TST – 2017) Empregado de certa empresa privada foi eleito membro suplente de diretoria de sindicato de sua categoria, tendo sido demitido de seu emprego quatro meses após o término do mandato sindical, sem que tenha cometido qualquer falta. A demissão desse empregado mostra-se**

- a) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado desde a posse em cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- c) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.



d) compatível com a Constituição Federal, que permite a dispensa do empregado sindicalizado eleito membro titular ou suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical, na situação retratada.

e) compatível com a Constituição Federal, que não garante estabilidade no emprego àquele que tenha sido eleito membro suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical.

**11. (FCC / TRE-SP – 2017) Seria incompatível com a Constituição Federal a constituição de associação sindical**

a) por servidores públicos civis.

b) em base territorial compreendendo a área de dois Municípios.

c) que outorgasse a aposentados filiados o direito de votarem e de serem votados.

d) cuja Assembleia Geral fixasse contribuição, exigível de seus filiados, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

e) que estabelecesse a filiação automática de trabalhadores da categoria que representa, quando de sua contratação por empresa sediada em sua base territorial.

**12. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Átila é um trabalhador rural que desenvolve suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento. Sua esposa, Domitila, que é professora em uma escola particular, acaba de dar à luz ao primeiro filho do casal. De acordo com a Constituição Federal, Átila tem direito à**

a) jornada de seis horas, não podendo ser alterada por negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

b) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

c) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

d) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

e) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.

**13. (FCC / SEGE-MA – 2016) Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação da sociedade no governo, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo [...]. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.**

**À vista disso, “os direitos sociais” se fundamentam nos princípios**

a) da igualdade e justiça social.



- b) do autogoverno e da cidadania ativa.
- c) da liberdade de ir e vir e da representação política.
- d) da autonomia política e da liberdade.
- e) da democracia da maioria e da vontade popular.

**14. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Danúbia pretende se candidatar à vaga de trabalho exercido em turno ininterrupto de revezamento na empresa Y. Com dúvidas a respeito da jornada de trabalho, consultou a Constituição Federal de 1988. Neste caso, Danúbia**

- a) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de oito horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- b) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) não encontrou dispositivo constitucional, uma vez que o referido trabalho não possui jornada regulamentada na Constituição Federal de 1988, estando somente disciplinada na Consolidação das Leis do Trabalho e em lei específica.
- d) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de sete horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, sendo vedada a negociação coletiva nesta hipótese.
- e) encontrou dispositivo constitucional, dentre os Direitos Sociais, prevendo jornada de seis horas para trabalho realizado em turno ininterrupto de revezamento, salvo negociação coletiva.

**15. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) Matias, empregado da fazenda X, foi eleito suplente de cargo de direção no sindicato rural Y. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,**

- a) é vedada a sua dispensa a partir da sua posse até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange sindicatos rurais.
- c) Matias poderá ser dispensado livremente, uma vez que a estabilidade sindical não abrange eleitos como suplentes.
- d) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, podendo ser dispensado imediatamente após o término do referido mandato.
- e) é vedada a sua dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**16. (FCC / DPE-BA – 2016) A respeito dos direitos sociais:**

- a) O direito à moradia encontra-se consagrado no caput do artigo 6º da Constituição Federal de 1988 desde o seu texto original.



- b) A localização “topográfica” dos direitos sociais no texto da Constituição Federal reforça a tese de que os mesmos não se tratam de direitos fundamentais.
- c) Muito embora a doutrina sustente a tese do “direito ao mínimo existencial”, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal rejeita o seu acolhimento, amparada, sobretudo, no princípio da separação dos poderes.
- d) O caput do art. 6º da Constituição Federal elenca rol taxativo dos direitos sociais consagrados pelo texto constitucional.
- e) A Constituição Federal consagra expressamente o direito à educação como direito público subjetivo.

**17. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho**

- a) está previsto na Constituição Federal de forma implícita.
- b) não está previsto na Constituição Federal, expressa ou implicitamente.
- c) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos.
- d) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos sociais.
- e) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo pertinente ao Supremo Tribunal Federal.

**18. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Entre os direitos sociais, a Constituição Federal garante os direitos dos trabalhadores, EXCETO:**

- a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
- c) Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.
- d) Participação nos lucros ou resultados da empresa, vinculada à remuneração, nos termos da lei.
- e) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**19. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) Acerca dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, é correto afirmar:**

- a) A remuneração do serviço extraordinário será sempre superior em cinquenta por cento à do normal.
- b) O salário-família é direito apenas do trabalhador considerado de baixa renda, nos termos definidos em lei.
- c) É assegurada ao empregado a participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração e à participação na gestão da empresa.
- d) Para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada será sempre de seis horas.
- e) É assegurada a eleição, em todas as empresas, de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

**20. (FCC / TRT 14ª Região – 2016) No tocante à associação sindical, considere:**



I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

**21. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) A respeito do direito ao trabalho, considere:**

I. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

II. Pessoas a partir de dezesseis anos podem ser contratadas para trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres.

III. Nas empresas de mais de duzentos empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

IV. Pessoas a partir de doze anos podem trabalhar na condição de aprendiz.

Está correto o que consta em:

- a) III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I e III, apenas.

**22. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) Sobre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, considere:**

I. O piso salarial garantido é aquele proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. A irredutibilidade do salário é garantia absoluta dos trabalhadores urbanos e rurais.

III. A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, não alcança aqueles que percebem remuneração variável.

IV. O prazo de prescrição da ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em



- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

**23. (FCC / TRT 23ª Região – 2016) Sobre a categoria dos trabalhadores domésticos, em face dos direitos sociais do trabalho decorrentes do sistema da Constituição Federal brasileira considere:**

I. Atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades são assegurados todos os direitos sociais.

II. Têm direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

III. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

IV. É assegurada a proibição de trabalho noturno, a menores de dezoito anos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) IV.

**24. (FCC / Procurador de Campinas – 2016) Profissionais de diferentes áreas que atuam no ramo da construção civil, em municípios situados na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, pretendem montar uma associação com atuação em âmbito regional, exclusivamente para promover a capacitação de mão de obra para o setor. Os recursos para manutenção de suas atividades viriam de contribuições anuais, pagas pelos associados, e dos cursos que organizariam, sob a condição de que fossem reaplicados nos objetivos da associação. Sob a ótica constitucional, associação com essas características:**

- a) não poderia ser constituída, por abranger área superior à de um Município.
- b) não poderia ser constituída, na medida em que, ao congregar profissionais de diferentes áreas, não atende ao requisito constitucional de representatividade de categoria profissional.
- c) poderia ser constituída, na medida em que atende aos pressupostos constitucionais para exercício da liberdade de associação, independentemente de autorização estatal para sua constituição e funcionamento.
- d) poderia ser constituída, mas não estaria autorizada a angariar recursos advindos de contribuições anuais dos associados, por configurar espécie de contribuição para custeio do sistema confederativo de representação sindical.



e) poderia ser constituída, mas não estaria autorizada a angariar recursos advindos da prestação de serviços, por conflitar com a finalidade de representação profissional.

**25. (FCC / TRT 9ª Região – 2015) Nos termos da Constituição Federal, é direito social a**

- a) despoluição dos rios.
- b) proteção à maternidade.
- c) criação de praças públicas.
- d) regulamentação de atividades de lazer.
- e) regulamentação da lei do silêncio.

**26. (FCC / TRT 15ª Região – 2015) Considere as seguintes afirmações:**

I. Viola a liberdade sindical a disposição da Consolidação das Leis do Trabalho segundo a qual a administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral, podendo essa norma ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

II. Em razão da liberdade sindical, até que a lei disponha a respeito, não se pode exigir das entidades sindicais o respectivo registro junto ao Ministério do Trabalho.

III. É vedada, em qualquer caso, a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está INCORRETO o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I e III, apenas.

**27. (FCC / TRE-PB – 2015) Dentre os direitos fundamentais sociais consagrados pela Constituição Federal, NÃO se encontra arrolado o direito**

- a) ao transporte.
- b) à saúde.
- c) à vida.
- d) à moradia.
- d) à segurança.

**28. (FCC / TRT 4ª Região – 2015) Considere as afirmações abaixo.**





- I. Pode a lei exigir o registro do sindicato no órgão competente, em que pese a Constituição Federal vede a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.
- II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, que poderão admitir jornada superior a seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- III. Sindicato é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses de seus membros, ainda que esteja em funcionamento há menos de um ano, devendo ser proposto perante a Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- IV. Em que pese a Constituição Federal garanta a liberdade de associação sindical do servidor público, condiciona seu exercício à edição de lei que trate dos serviços ou atividades essenciais à comunidade, sendo que eventual omissão do legislador pode ser suprida através de decisão proferida em mandado de injunção.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II e III e IV.
- e) III e IV.

**29. (FCC / MPE-PB – 2015) No tocante aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,**

- a) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 10 anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) a proteção em face da automação, na forma da lei.

**30. (FCC / MPE-PB – 2015) Marcos é empregado sindicalizado eleito para o cargo de diretor sindical suplente. Kátia é empregada sindicalizada eleita para o cargo de representante sindical. Nestes casos, salvo se cometer falta grave nos termos da lei, é VEDADA a dispensa:**

- a) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato.
- b) de Marcos e Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato.
- c) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 1 ano após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.
- d) apenas de Kátia, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Marcos foi eleito suplente.



e) apenas de Marcos, a partir do registro da candidatura até 6 meses após o final do mandato, uma vez que Kátia não foi eleita para o cargo de diretor suplente.

**31. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Convenção coletiva de trabalho autorizou a redução da jornada de trabalho dos empregados que assim concordassem, bem como a correspondente redução salarial, disciplinou a compensação de horários e fixou a variação do salário mínimo como índice de correção monetária dos salários dos empregados. A convenção coletiva compatibiliza-se, em tese, com a Constituição Federal apenas no que tange à**

a) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.

b) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à compensação de horários.

c) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial.

d) compensação de horários.

e) fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.

**32. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Uma parcela de determinada categoria de profissionais de Belo Horizonte, descontente com a atuação de seu sindicato, defende a fundação de um novo sindicato. Os idealizadores do movimento pretendem que o novo sindicato represente a mesma categoria do sindicato já existente e que, tal qual o outro, tenha por base territorial o Município de Belo Horizonte. À luz da Constituição Federal, o novo sindicato:**

a) não poderá ser fundado para a defesa da mesma categoria do sindicato já existente e tendo a mesma base territorial.

b) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que mediante autorização governamental e registro no órgão competente.

c) poderá ser fundado nos termos pretendidos, não sendo exigível para tanto qualquer autorização governamental em razão do princípio da liberdade sindical.

d) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que se volte, exclusivamente, para a defesa dos interesses individuais de seus filiados.

e) poderá ser fundado nos termos pretendidos, uma vez que a base territorial do sindicato não pode ser inferior à área do Município.

**33. (FCC / TRE-RR – 2015) De acordo com a Constituição Federal, NÃO constitui direito fundamental social:**

a) a educação.

b) o trabalho.

c) a moradia.

d) a crítica.



e) a saúde.

**34. (FCC / TRT 2ª Região – 2014) Sobre a disciplina constitucional da associação sindical, considere:**

I. A independência e a autonomia dos sindicatos são asseguradas mediante autorização do Estado para sua fundação e manutenção, aferidas pelo registro no órgão competente.

II. Os sindicatos podem se auto-organizar, sendo vedada, porém, a participação dos aposentados filiados nas decisões a serem tomadas.

III. Os sindicatos podem promover a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

IV. Não há obrigatoriedade de filiação sindical, mas apenas da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

**35. (FCC / TRT 19ª Região – 2014) Foi editada lei federal dispendo a respeito das organizações sindicais, determinando**

I. a obrigatoriedade da participação dos sindicatos dos empregados nas negociações coletivas de trabalho, salvo se substituído por comissão eleita pelos próprios empregados interessados no acordo.

II. que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

III. que cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

**36. (FCC / TJ-AP – 2014) É direito social dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) a duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e quarenta semanais.
- b) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
- c) o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de noventa dias, nos termos da lei.
- d) a proteção em face da automação, na forma da lei complementar.



e) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

**37. (FCC / TCE-PI – 2014) A teoria da reserva do possível:**

- a) significa a inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais.
- b) gira em torno da legitimidade constitucional do controle e da intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas, quando caracterizada hipótese de omissão governamental.
- c) considera que as políticas públicas são reservadas discricionariamente à análise e intervenção do Poder Judiciário, que as limitará ou ampliará, de acordo com o caso concreto.
- d) é sinônima, em significado e extensão, à teoria do mínimo existencial, examinado à luz da violação dos direitos fundamentais sociais, culturais e econômicos, como o direito à saúde e à educação básica.
- e) defende a integridade e a intangibilidade dos direitos fundamentais, independentemente das possibilidades financeiras e orçamentárias do Estado.

**38. (FCC / Prefeitura de Recife – 2014) A Emenda Constitucional no 72, promulgada em 2 de abril de 2013, tem por finalidade estabelecer a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Nos termos de suas disposições, a Emenda:**

- a) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- b) instituiu vedação ao legislador para conferir tratamento diferenciado aos trabalhadores domésticos, em relação aos trabalhadores urbanos e rurais.
- c) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
- d) determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à proteção em face da automação e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e) não determinou a extensão ao trabalhador doméstico, dentre outros, dos direitos à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

**39. (FCC / INSS - 2012) São direitos sociais, segundo rol expresso contido na Constituição Federal:**

- a) a educação, a alimentação e a moradia.
- b) a saúde, o lazer e a felicidade.
- c) o trabalho, a segurança e a propriedade.
- d) a vida, a liberdade e o trabalho.
- e) a saúde, a alimentação e a felicidade.

**40. (FCC / TRT 23ª Região - 2011) Os direitos sociais previstos na Constituição Federal têm características de normas:**



- a) funcionais e amplificativas.
- b) passivas e restritivas.
- c) imperativas e invioláveis.
- d) análogas e restritivas.
- e) centrífugas e amplificativas.

**41. (FCC / TRT 1ª Região - 2011) Os direitos sociais previstos constitucionalmente são normas:**

- a) de liberdades negativas, de observância facultativa em um Estado Social de Direito.
- b) de ordem pública, com a característica de imperativas, sendo invioláveis, portanto, pela vontade das partes da relação trabalhista.
- c) de liberdades negativas, de observância obrigatórias em um Estado Social de Direito.
- d) insubordinadas à regra constitucional da autoaplicabilidade.
- e) insuscetíveis à impetração ao mandado de injunção no caso de omissão do poder público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e inviabilize seu exercício.



## GABARITO

- |             |             |
|-------------|-------------|
| 1. LETRA A  | 22. LETRA A |
| 2. LETRA E  | 23. LETRA E |
| 3. LETRA C  | 24. LETRA C |
| 4. LETRA D  | 25. LETRA B |
| 5. LETRA B  | 26. LETRA A |
| 6. LETRA A  | 27. LETRA C |
| 7. LETRA E  | 28. LETRA C |
| 8. LETRA E  | 29. LETRA C |
| 9. LETRA B  | 30. LETRA B |
| 10. LETRA B | 31. LETRA B |
| 11. LETRA E | 32. LETRA A |
| 12. LETRA B | 33. LETRA D |
| 13. LETRA A | 34. LETRA D |
| 14. LETRA E | 35. LETRA E |
| 15. LETRA E | 36. LETRA E |
| 16. LETRA E | 37. LETRA B |
| 17. LETRA D | 38. LETRA C |
| 18. LETRA D | 39. LETRA A |
| 19. LETRA B | 40. LETRA C |
| 20. LETRA D | 41. LETRA B |
| 21. LETRA A |             |



## LISTA DE QUESTÕES

### Direitos Sociais

1. (FGV / DPE-RJ – 2019) Antônio, pessoa hipossuficiente no plano econômico e morador de uma área carente do Estado, procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para obrigar o Poder Público a lhe fornecer certo medicamento indispensável à sua sobrevivência.

À luz da sistemática constitucional, a ação ajuizada buscará tutelar:

- a) um direito social;
- b) um direito coletivo;
- c) uma garantia coletiva;
- d) uma garantia individual;
- e) uma liberdade individual.

2. (FGV / TJ-SC – 2018) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar. O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentara a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

À luz da sistemática constitucional, os argumentos invocados pela Secretaria Municipal:

- a) não impedem o atendimento do pleito de Maria, já que a fruição de todo direito fundamental deve ser garantida;
- b) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de recursos para o seu oferecimento;
- c) estão parcialmente incorretos, já que o direito pleiteado por Maria independe de regulamentação;
- d) se somam à impossibilidade de um direito social ser postulado por uma única pessoa;
- e) impedem a fruição do direito social pleiteado administrativamente por Maria.

3. (FGV / Procurador de Paulínia – 2016) Determinado Prefeito Municipal tinha a intenção de encaminhar projeto de lei à Câmara dos Vereadores disciplinando a concessão de direitos sociais a certa camada da população. No entanto, tinha dúvidas a respeito da compatibilidade dessa iniciativa com a ordem constitucional, mais especificamente com o princípio da igualdade, consagrado no Art. 5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil. Em seu entender, a igualdade exigiria que os direitos sociais fossem igualmente oferecidos a todos, independentemente de suas características pessoais.





**Para sanar suas dúvidas, solicitou o pronunciamento da Procuradoria do Município, que exarou alentado parecer a respeito dessa temática.**

**À luz da presente narrativa, assinale a opção que se harmoniza com as construções teóricas em torno da igualdade.**

- a) Os conceitos de igualdade formal e de igualdade material apresentam uma relação de sobreposição, de modo que a ideia do Prefeito não seria harmônica com a Constituição.
- b) O conceito de igualdade, tal qual consagrado na Constituição, não se projeta sobre as políticas públicas a cargo do Poder Executivo.
- c) As ações afirmativas excepcionam a igualdade formal em prol da construção da igualdade material, sendo incorreto afirmar que sempre serão incompatíveis com a Constituição
- d) O conceito constitucionalmente adequado de igualdade é somente aquele de ordem formal, de modo que qualquer tratamento diferenciado entre as camadas da população é inconstitucional.
- e) As ações afirmativas jamais acarretam o surgimento da denominada “discriminação reversa”, logo, a ideia do Prefeito não se mostra incompatível com a Constituição.

**4. (FGV / PGE-RO – 2015) Inácio procurou um advogado e decidiu inteirar-se a respeito da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:**

- a) tanto os direitos individuais como os direitos sociais estão incluídos na categoria mais ampla dos “direitos de defesa”;
- b) a justiciabilidade dos direitos sociais, pelo Poder Judiciário, não apresenta nenhuma distinção substancial em relação aos direitos individuais;
- c) os direitos sociais costumam ter sua exigibilidade condicionada à prévia integração pela legislação infraconstitucional;
- d) a denominada “reserva do possível” é aplicada, indistintamente, com igual intensidade, aos direitos individuais e aos sociais;
- e) os direitos sociais, pelas suas próprias características existenciais, não podem ser fruídos por uma única pessoa.

**5. (FGV / PGE-RO – 2015) Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:**

- a) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- b) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- c) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- d) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;
- e) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.



**6. (FGV / TJ-BA – 2015) A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar que:**

- a) sempre exigirão uma omissão por parte dos poderes constituídos;
- b) podem ser vistos como a primeira dimensão ou geração dos direitos fundamentais;
- c) nunca dependem da disponibilidade de recursos financeiros para a sua implementação;
- d) podem exigir o oferecimento de prestações específicas;
- e) somente devem ser atribuídos às pessoas naturais, jurídica e economicamente classificadas como necessitadas.

**7. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetas aos:**

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.

**8. (FGV / TJ-PI – 2015) Considerando a preocupação da ordem constitucional com a proteção da pessoa humana, é correto afirmar, sob a ótica da eficácia, que as normas constitucionais afetas aos:**

- a) direitos sociais têm sempre eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) direitos individuais sempre dependem de previsão orçamentária para que tenham eficácia;
- c) direitos sociais normalmente dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que tenham eficácia;
- d) direitos individuais sempre dependem de integração pela legislação infraconstitucional para que produzam efeitos;
- e) direitos sociais, por serem inerentes à sociedade, devem ser efetivados independentemente dos recursos disponíveis.

**9. (FGV / Prefeitura de Paulínia – 2015) Paulo perguntou ao seu amigo João o que diferencia os “direitos sociais” dos “direitos e garantias individuais e coletivos”. Como a única resposta que João poderia ter dado, corretamente, é:**

- a) a liberdade de ir e vir é um dos principais direitos individuais;
- b) o direito social é da sociedade, não do indivíduo;
- c) a educação é uma liberdade, logo, um direito individual;
- d) o direito de propriedade é um dos principais direitos sociais;



e) a proteção da saúde não está prevista entre os direitos sociais.

**10. (FGV / TJ-SC – 2015) Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:**

I – Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II – O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III – As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente III;
- c) somente I e II;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

**11. (FGV / PROCempa – 2014) Acerca dos Direitos Sociais Constitucionais, analise as afirmativas a seguir.**

I. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

II. É assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**12. (FGV / Prefeitura de Recife – 2014) No que tange à liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a afirmativa correta.**



- a) É livre a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- b) Uma vez aposentado, o indivíduo, ainda que filiado, não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado somente a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical.
- d) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se a sindicato, mas, uma vez filiado, será obrigado a manter-se filiado até a aposentadoria.
- e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

**13. (FGV / TJ-AM – 2013) Com relação aos direitos dos trabalhadores, segundo o art. 7º da Constituição Federal/88, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Garantia de salário-mínimo, fixado em lei, definido por regiões geoeconômicas, capaz de atender suas necessidades vitais básicas.
- II. Garantia de remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- III. Garantia de salários e de critérios de admissão iguais, sendo vedada a discriminação por sexo, cor ou estado civil.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**14. (FGV / TJ-AM – 2013) Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui:**

- a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.
- b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.
- c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.
- e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

**15. (FGV / TJ-AM – 2013) Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa incorreta.**



- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

**16. (FGV / PC-RJ – 2008) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.**

- a) Estabilidade.
- b) Licença paternidade.
- c) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- d) Participação nos lucros.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

## GABARITO

- |            |             |             |
|------------|-------------|-------------|
| 1. LETRA A | 7. LETRA C  | 13. LETRA D |
| 2. LETRA E | 8. LETRA C  | 14. LETRA B |
| 3. LETRA C | 9. LETRA A  | 15. LETRA A |
| 4. LETRA C | 10. LETRA D | 16. LETRA A |
| 5. LETRA A | 11. LETRA D |             |
| 6. LETRA D | 12. LETRA E |             |



## LISTA DE QUESTÕES

### Direitos Sociais

**1. (FEPESE / Prefeitura de Rio das Antas – 2018) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988:**

- a) o trabalho, a assistência social e a proteção ao idoso.
- b) o transporte, o lazer e a ressocialização do apenado.
- c) a educação, a saúde e a previdência social.
- d) a segurança, a assistência aos desamparados e o direito de petição.
- e) a proteção à maternidade e à infância, a moradia e a presunção de inocência.

**2. (FUNRIO / AL-RR – 2018) NÃO se trata de um direito social, consagrado constitucionalmente, a/o**

- a) alimentação.
- b) lazer.
- c) propriedade.
- d) proteção à maternidade e à infância.

**3. (FUNRIO / CGE-RO – 2018) São inúmeros os projetos pertinentes à mudança dos direitos sociais quer utilizando a lei ordinária ou valendo-se da emenda constitucional. Dentre os direitos sociais previstos na Constituição encontra-se o:**

- a) fundo de desemprego.
- b) fundo de propagação social.
- c) fundo de preservação social.
- d) fundo de trabalhadores.
- e) fundo de garantia do tempo de serviço.

**4. (FAFIPA / Fundação Araucária-PR – 2017) De acordo com o disposto expressamente no artigo 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**

- a) Relação de emprego protegida contra despedida por justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- c) Garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.



d) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

**5. (FUNDATEC / Prefeitura de Viamão – 2016) Fábio trabalha na iniciativa privada como vendedor em uma loja de automóveis e recebe sua remuneração mensal somente com base nas vendas que realiza. No entanto, em decorrência da crise que também atingiu o setor automobilístico, Fábio tem recebido como remuneração, em média, o valor correspondente a quinhentos reais por mês. De acordo com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:**

I. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.

III. Redução do salário nos casos em que ficar comprovado a incapacidade da empresa em manter a média salarial dos efetivos, em decorrência de crises econômicas generalizadas.

Quais estão INCORRETOS?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

**6. (FEPESE / SJC-SC – 2016) Assinale a alternativa correta sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal.**

a) É proibida a prática de qualquer espécie de trabalho a menores de dezoito anos.

b) É vedada a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

c) A distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos deverá ser aferida por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos.

d) O prêmio do seguro contra acidentes do trabalho contratado pelo empregador exclui a sua responsabilidade civil, mesmo quando incorrer em dolo ou culpa.

e) O empregador poderá descontar até o limite de dez por cento da remuneração do trabalhador em razão da restrição decorrente de sua deficiência, física ou motora.

**7. (FUNCAB / PC-PA - 2016) Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:**

a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.

b) É vedada à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.





c) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

e) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

**8. (FUNRIO / IFPA – 2016) Constituem direitos sociais conforme Constituição Federal de 1988, dentre outros, os seguintes:**

- a) a religião, o lazer e a segurança.
- b) o voto, a cultura e a integração nacional.
- c) o trabalho, a moradia e a segurança.
- d) a igualdade tributária, a cultura e a segurança.
- e) a cultura, a religião e o transporte.

**9. (FUNDATEC / Prefeitura de Nova Bassano – 2015) São direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com o Art. 7º, da Constituição Federal, EXCETO:**

- a) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- b) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- e) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

**10. (FUNCAB / MPOG – 2015) Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que corresponde a um direito social constitucionalmente previsto.**

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta e cinco dias, nos termos da lei.
- b) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- c) Proibição de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- d) Irredutibilidade de salário, mesmo em face de convenção ou acordo coletivo.
- e) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

**11. (FUNCAB / PC-AC – 2015) A alternativa que enumera corretamente quatro direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal vigente é:**



- a) vida, felicidade, educação e segurança.
- b) paz, alimentação, propriedade e lazer.
- c) alimentação, trabalho, moradia e lazer.
- d) educação, saúde, seguridade social e felicidade.
- e) alimentação, trabalho, moradia e propriedade.

**12. (FEPESE / Prefeitura de Balneário Camboriú – 2015) Assinale a alternativa que indica corretamente um dos instrumentos por meio do qual é exercida a soberania popular.**

- a) aprovação
- b) referendo
- c) ratificação
- d) medida provisória
- e) decreto autônomo

**13. (FUNRIO / IFBA – 2015) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,**

- a) o seguro desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) a garantia de salário, podendo ser inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- c) o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- d) a remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
- e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

**14. (FUNRIO / IFBA – 2015) Quanto aos sindicatos e à associação sindical, a Constituição Federal de 1988 estabelece que**

- a) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.
- b) a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- c) todo trabalhador é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- d) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exceto em questões judiciais.
- e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

**15. (FUNRIO / UFRB – 2015) Com relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.**

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quarenta dias, nos termos da lei.
- b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.



- c) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.
- d) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.
- e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

**16. (FUNRIO / UFRB – 2015) É livre a associação profissional ou sindical, nos termos da Constituição Federal, sendo correto afirmar que**

- I) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;
  - II) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;
  - III) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
  - IV) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
  - V) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- a) todas as opções estão corretas.
  - b) somente as opções I, II e III estão corretas.
  - c) somente as opções III, IV e V estão corretas.
  - d) somente as opções II, III e IV estão corretas.
  - e) somente as opções I, III e V estão corretas.

**17. (FUNRIO / IFBA – 2014) Considerando o que prevê a Constituição Federal, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais está indicado na seguinte alternativa:**

- a) o aviso prévio, com antecedência de no mínimo de trinta dias, proporcional ao tempo de serviço, nos termos da lei.
- b) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
- c) a jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- d) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em contrato de trabalho.
- e) o repouso semanal remunerado, aos domingos.

**18. (FEPESE / MPE-SC – 2014) Assinale a alternativa correta.**



- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração percebida na empresa e repouso semanal remunerado aos domingos.
- c) Todas as gestantes têm direito à licença remunerada, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 12 anos.
- e) É livre a associação profissional ou sindical, observando-se que a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

**19. (FEPESE / TCE-SC – 2014) Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais.**

- 1. É vedada a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- 2. É assegurado o pagamento de seguro-desemprego, em caso de despedida por justa causa.
- 3. É assegurado o direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- 4. O repouso semanal remunerado deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) É correta apenas a afirmativa 1.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

**20. (FUNDATEC / Prefeitura de Vacaria – 2014) De acordo com Art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais, EXCETO:**

- a) Educação.
- b) Saúde.
- c) Alimentação.
- d) Inviolabilidade da vida privada.
- e) Moradia.

**21. (FUNCAB / SEDS-TO – 2014) Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos expressamente no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 estão:**



- a) o fundo de garantia do tempo de serviço e a licença-paternidade.
- b) o décimo terceiro salário e a igualdade na remuneração dos trabalhos noturno e diurno.
- c) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.
- d) a garantia do salário mínimo, exceto para os que recebem remuneração variável, e a aposentadoria.

**22. (FUNCAB / PC-ES – 2013 - Adaptada) São direitos sociais preceituados na Constituição de 1988:**

- a) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- c) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) o direito de herança, a intimidade, a privacidade, a informação dos órgãos públicos.
- e) a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens.

**23. (FUNCAB / ANS – 2013) Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:**

- a) a localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.
- b) não cabe o ajuizamento do Mandado de Injunção, quando houver a omissão do Poder Público na regulamentação de alguma norma que preveja um direito social e, consequentemente, inviabilize seu exercício.
- c) a Constituição Federal proclama serem direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- d) os róis dos direitos sociais enumerados taxativamente no capítulo II do título II do texto constitucional esgotam os direitos constitucionais dos trabalhadores.
- e) o direito de greve dos servidores públicos civis entra em vigor imediatamente, não dependendo seu exercício de lei ordinária específica.

**24. (FUMARC/ PC-MG – 2013) A Constituição Federal de 1988 traz previsão expressa no sentido de que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Logo depois, relaciona como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:**

- a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- b) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.
- c) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.



d) Licença paternidade, nos termos fixados em lei.

**25. (FADESP / MPE-PA – 2012) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, sem previsão de indenização compensatória.
- b) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais.
- c) a proteção em face da automação, na forma da lei.
- d) o repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.

**26. (FUNDATEC / CEEERS – 2010) Assinale a alternativa que não está de acordo com os Direitos Sociais.**

- a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesesseis anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
- e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

**27. (FEPESE / Prefeitura Balneário Camboriú – 2010) Com base nas disposições constitucionais, constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) Irredutibilidade do salário, sem ressalva.
- b) Seguro contra os acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- c) Relação de emprego protegida contra a despedida, com ou sem justa causa, mediante previsão de indenização compensatória.
- d) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- e) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

**28. (FADESP / Pref. Castanhal-PA – 2012) A respeito de associação profissional ou sindical, assinale a resposta correta.**

- a) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um distrito Municipal.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.



c) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

d) É vedada a criação de mais de duas organizações sindicais, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

**29. (FUNDATEC / Câmara de Porto Alegre – 2012) Considerando as regras da Constituição da República Federativa do Brasil sobre os Direitos Sociais, analise as seguintes afirmativas:**

I. É vedada a redução de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. A duração do trabalho normal não deverá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais.

III. As férias serão remuneradas com pelo menos um terço a mais que o salário normal.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

**30. (FUNDATEC / Advogado Pref. Sapucaia do Sul – 2012) – As chamadas ‘ações afirmativas’ ou ‘discriminações positivas’ são colocadas no Direito Constitucional como relacionadas ao princípio da:**

a) legalidade.

b) igualdade ou isonomia.

c) proporcionalidade.

d) liberdade de expressão e de pensamento.

e) liberdade de iniciativa econômica.

**31. (FUNDATEC / PROCERGS – 2012) Com a Constituição da República de 1988, o serviço extraordinário passou a ser remunerado com adicional de, no mínimo,**

a) 30% (trinta por cento).

b) 35% (trinta e cinco por cento).

c) 40% (quarenta por cento).

d) 45% (quarenta e cinco por cento).

e) 50% (cinquenta por cento).

**32. (FUNIVERSA / Seplag DF – 2010) É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988:**





- a) a liberdade de associação e de religião.
- b) a proteção do meio ambiente.
- c) a proteção da saúde e da educação.
- d) a proteção da paz mundial.
- e) o mandado de segurança.

**33. (FUNIVERSA / PC-GO – 2010 - Adaptada) Caracterizam-se os direitos e as garantias fundamentais como uma árdua conquista dos cidadãos no decorrer dos tempos, mas que, nem pelo fato de sua previsão, têm garantida sua efetividade no âmbito social, sendo este o maior problema vigente no que diz respeito à matéria posta. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) Constam, exaustivamente, como direitos sociais expressos do texto constitucional vigente a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) O salário-família é concedido aos dependentes de todos os trabalhadores, públicos ou privados, desde que estes tenham vínculo formal de emprego.
- c) É pleno o exercício do direito de greve dos servidores públicos.
- d) É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

▪



## GABARITO

- |             |             |             |
|-------------|-------------|-------------|
| 1. LETRA C  | 12. LETRA B | 23. LETRA C |
| 2. LETRA C  | 13. LETRA C | 24. LETRA B |
| 3. LETRA E  | 14. LETRA A | 25. LETRA C |
| 4. LETRA D  | 15. LETRA C | 26. LETRA C |
| 5. LETRA C  | 16. LETRA A | 27. LETRA B |
| 6. LETRA B  | 17. LETRA A | 28. LETRA B |
| 7. LETRA C  | 18. LETRA A | 29. LETRA D |
| 8. LETRA C  | 19. LETRA A | 30. LETRA B |
| 9. LETRA C  | 20. LETRA D | 31. LETRA E |
| 10. LETRA B | 21. LETRA A | 32. LETRA C |
| 11. LETRA C | 22. LETRA A | 33. LETRA D |



## LISTA DE QUESTÕES

### Direitos Sociais

**1. (IBFC / Prefeitura de Divinópolis – 2018) Apresenta-se como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, constitucionalmente assegurado:**

- a) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho
- b) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, vedada a participação na gestão da empresa
- c) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que deve prever ressarcimento e reintegração, dentre outros direitos
- d) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário

**2. (IADES / CAU-RO – 2018) O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar o tema 982 dos recursos repetitivos, entendeu que, quando comprovada a necessidade de assistência permanente de terceiro, é devido o acréscimo de 25%, previsto no artigo 45 da Lei nº 8.213/1991, a todas as modalidades de aposentadoria pagas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (STJ – 1ª Seção, REsp: 1.720.805-RJ e 1648305-RS, Rel. para acórdão: Min. Regina Helena Costa, julgados em 23/8/2018).**

**A referida decisão aborda, de forma aplicada, a previdência social. A esse respeito, nos termos constitucionais, a previdência social é um**

- a) direito social.
- b) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) remédio constitucional.
- e) direito de nacionalidade.

**3. (IADES / Correios – 2017) O artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a (o)**

- a) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.
- b) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c) seguro-desemprego, em caso de demissão voluntária.
- d) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos sábados e aos domingos.
- e) remuneração do trabalho noturno equivalente à do diurno.

**4. (IADES / PM-DF – 2017) A Constituição Federal prevê, como direitos sociais,**

- a) educação, transporte e lazer.



- b) água, saúde e trabalho.
- c) energia elétrica, segurança e previdência social.
- d) assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à juventude.
- e) proteção à paternidade e à infância.

**5. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o prazo nela prevista para a licença gestante.**

- a) 150 dias para todas as trabalhadoras
- b) 180 dias para todas as trabalhadoras
- c) 120 dias para todas as trabalhadoras
- d) 120 dias apenas para trabalhadoras do setor privado
- e) 180 dias apenas para trabalhadoras do setor público

**6. (IBFC / Polícia Científica-PR – 2017) Considerando as normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a liberdade de associação profissional ou sindical.**

- a) É obrigatória a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado ou território
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, exclusivamente em questões judiciais
- d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas
- e) Todo trabalhador será obrigado a filiar-se a sindicato

**7. (IBFC / EBSERH – 2017) Considere as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.



e) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada qualquer disposição em contrário.

**8. (IBFC / EBSERH – 2017) A Constituição Federal estabelece que é livre a associação profissional ou sindical, observadas certas regras. Com base nisso, assinale a alternativa correta.**

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, garantida ao Poder Público a interferência na organização sindical.

b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.

c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e vedada no âmbito administrativo.

d) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva em equiparação de valores da contribuição prevista em lei;

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**9. (IBFC / TJ-PE – 2017) Assinale a alternativa que não indica Direitos Sociais dispostos no texto constitucional.**

a) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos

b) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa

c) Irredutibilidade do salário, mesmo na existência de convenção ou acordo coletivo

d) Licença-paternidade

e) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.

**10. (IESES / ALGÁS – 2017) Sobre os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:**

a) É permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) Não é obrigatória e nem assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

d) É livre a associação profissional ou sindical, observado que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.



**11. (IESES / CRMV-SC – 2017) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, previstos na Constituição Federal:**

- a) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não podendo ser aceito quaisquer negociações para sua majoração.
- b) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e o aumento da jornada, mediante somente tratado em dissídio coletivo de trabalho.
- c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

**12. (IESES / TJ-PA -2016) Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:**

- a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- b) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- c) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
- d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

**13. (IBEG / Prefeitura Teixeira de Freitas/BA – 2016) Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado uma intervenção na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva. Assim, diferentemente dos direitos a liberdade, os direitos sociais se realizam por meio de atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, por isso tendem a possuir um custo excessivamente alto e a se realizar em longo prazo.**

**São direitos sociais previstos expressamente como tais na Constituição Federal:**

- a) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) A educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.
- c) A educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.
- d) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada.
- e) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.

**14. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Assinale a alternativa INCORRETA com base nas regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais.**



- a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado da federação.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**15. (IADES / CRC-MG – 2015) A Constituição Federal dispõe acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, como o direito social. A esse respeito, assinale a alternativa que indica um direito social.**

- a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 33 dias.
- b) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.
- c) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração.
- d) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.
- e) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

**16. (IBFC / SAEB-BA – 2015) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais e assinale a alternativa correta.**

- a) O trabalhador tem proteção do salário na forma da lei, constituindo ilícito civil sua retenção intencional.
- b) O trabalhador tem direito e proteção da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, apenas mediante acordo individual de trabalho.
- c) O trabalhador tem direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço até o máximo de trinta dias.
- d) É prevista a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- e) O trabalhador tem direito a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

**17. (IESES / TRE-MA – 2015) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**

I. Fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder





aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; e piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

II. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; e participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

III. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

IV. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença-paternidade, nos termos fixados em lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

V. Piso salarial proporcional à extensão, duração e à complexidade do trabalho.

Estão corretas apenas as afirmações:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) II, III e IV estão corretas.
- c) I, II e III estão corretas.
- d) I, III, IV e V estão corretas.

**18. (IESES / TRT 14ª Região – 2014) No tocante à associação sindical, considere:**

I – A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II – É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV – Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

**19. (IBFC / SEDS-MG – 2014) NÃO é direito social expressamente previsto na Constituição Federal:**

- a) Saúde.



- b) Previdência social.
- c) Moradia.
- d) Proteção à juventude.

**20. (IBFC / SEDS-MG – 2014) No que se refere aos direitos sociais, indique a alternativa CORRETA:**

- a) Somente através de lei alguém poderá ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- b) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- d) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**21. (IADES / EBSEH – 2014) No que se refere à efetividade na aplicação dos direitos sociais, conforme previsão do art. 6º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- a) É assegurado ao trabalhador o gozo de férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais do que o salário normal.
- b) A localização dos direitos sociais no título constitucional destinado aos direitos e às garantias fundamentais não acarreta, por consequência, a subordinação à regra da autoaplicabilidade das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político recém criado, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal, remunerado aos domingos.
- e) É um direito do trabalhador urbano e rural a remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, no mínimo, em 70%.

**22. (IADES / CONAB – 2014) Entre os direitos sociais elencados na Constituição Federal, consta o da eleição de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Esse direito social é previsto expressamente na Constituição Federal para o âmbito das empresas com mais de**

- a) 30 empregados.
- b) 50 empregados.
- c) 100 empregados.
- d) 200 empregados.
- e) 500 empregados.



## GABARITO

1. LETRA A
2. LETRA A
3. LETRA B
4. LETRA A
5. LETRA C
6. LETRA B
7. LETRA E
8. LETRA E
9. LETRA C
10. LETRA D
11. LETRA D
12. LETRA B
13. LETRA A
14. LETRA B
15. LETRA E
16. LETRA E
17. LETRA C
18. LETRA D
19. LETRA D
20. LETRA C
21. LETRA A
22. LETRA D



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.